



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXI - Nº 147 - QUINTA-FEIRA, 24 DE AGOSTO DE 2006 - BRASÍLIA- DF**

---

<b>MESA DO SENADO FEDERAL</b>	
<p><b>Presidente</b> Renan Calheiros – PMDB-AL</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b> Tião Viana – PT-AC</p> <p><b>2º Vice-Presidente</b> Antero Paes de Barros – PSDB-MT</p> <p><b>1º Secretário</b> Efraim Morais – PFL-PB</p> <p><b>2º Secretário</b> João Alberto Souza – PMDB-MA</p>	<p><b>3º Secretário</b> Paulo Octávio – PFL-DF</p> <p><b>4º Secretário</b> Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b>  <b>1ª</b> - Serys Shhessarenko – PT-MT  <b>2º</b> - Papaléo Paes – PSDB-AP  <b>3º</b> - Alvaro Dias – PSDB-PR  <b>4º</b> - Aelton Freitas – PL-MG</p>

<b>LIDERANÇAS</b>		
<p><b>MAIORIA (PMDB) – 20</b></p> <p><b>LÍDER</b> <b>Ney Suassuna</b></p> <p>VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago)</p> <p><b>LÍDER DO PMDB – 20</b> <b>Ney Suassuna</b></p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira</p>	<p><b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 16</b></p> <p><b>LÍDER</b> <b>Ideli Salvatti – PT</b></p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p><b>LÍDER DO PT – 11</b> <b>Ideli Salvatti</b></p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino</p> <p><b>LÍDER DO PL – 3</b> <b>João Ribeiro</b></p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p><b>LÍDER DO PSB – 2</b> <b>Antônio Carlos Valadares</b></p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p><b>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32</b></p> <p><b>LÍDER</b> <b>Alvaro Dias – PSDB</b></p> <p>VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p><b>LÍDER DO PFL – 16</b> <b>José Agripino</b></p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago)</p> <p><b>LÍDER DO PSDB – 16</b> <b>Arthur Virgílio</b></p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p><b>LÍDER DO PDT – 4</b> <b>Osmar Dias</b></p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p><b>LÍDER DO PRB– 2</b> <b>Marcelo Crivella</b></p>	<p><b>LÍDER DO PTB – 5</b> <b>Mozarildo Cavalcanti</b></p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p><b>LÍDER DO P-SOL – 1</b> <b>Heloísa Helena</b></p>	<p><b>LÍDER DO GOVERNO</b> <b>Aloizio Mercadante – PT</b></p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)</p>

<b>EXPEDIENTE</b>	
<p><b>Agaciel da Silva Maia</b> Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p><b>Júlio Werner Pedrosa</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p><b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><b>Raimundo Carreiro Silva</b> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p><b>Ronald Cavalcante Gonçalves</b> Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p><b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

**Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)**

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 139ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 23 DE AGOSTO DE 2006

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Comunicação

Do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, informando o encaminhamento à Mesa, de documentação proveniente da CPML que “investiga denúncia de irregularidades na venda das ambulâncias”. ..... 27369

##### 1.2.2 – Ofícios do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 1.554/2006, de 22 do corrente, comunicando a Declaração da Renúncia ao mandato de Deputado Federal do Senhor Coriolano Sousa Sales, nome parlamentar Coriolano Sales (PFL/RJ), em 15 de agosto de 2006, nos termos do artigo 239, **caput**, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, publicada no Suplemento do Diário da Câmara dos Deputados nº 143, de 17 de agosto de 2006. .... 27369

Nº 1.559/2006, de 23 do corrente, comunicando a Declaração da Renúncia ao mandato de Deputado Federal do Senhor Marcelino Ayub Fraga, nome parlamentar Marcelino Fraga (PMDB/ES), em 21 de agosto de 2006, nos termos do artigo 239, **caput**, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, publicada no Suplemento do Diário da Câmara dos Deputados nº 144, de 22 de agosto de 2006. .... 27369

##### 1.2.3 – Ofício

Nº 323/2006, de 23 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação do Senador Wellington Salgado de Oliveira, para integrar, como membro titular, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA. *Designação do Senador Wellington Salgado de Oliveira para compor a referida comissão, como titular.* ..... 27369

##### 1.2.4 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2006, de autoria do Senador José Sarney, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal Industrial de Laranjal do Jarí, no Estado do Amapá. .... 27370

Projeto de Lei do Senado nº 243, de 2006, de autoria do Senador José Sarney, que altera os arts. 1º e 7º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para dispor que o Tribunal de Contas da União é

competente para julgar ordinariamente as contas de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. .... 27371

##### 1.2.5 – Leitura de requerimentos

Nº 937, de 2006, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2006, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo. .... 27373

Nº 938, de 2006, de autoria do Senador Marcos Guerra, solicitando voto de congratulações ao Senhor Walter Luiz Dalla Bernardina, Presidente do Grupo São Bernardo de Saúde, e aos Diretores e funcionários daquela Empresa, pela conquista do 1º Lugar do Brasil para a Mulher Trabalhadora edição 2006, concedida pelo conceituado Guia Exame Você S/A. .... 27373

##### 1.2.6 – Discursos do Expediente

**SENADOR MARCO MACIEL** – Destaque para a importância de parceria entre as instituições de ensino e as empresas para o desenvolvimento do país, especialmente na área da Ciência e Tecnologia. .... 27374

**SENADOR ANTERO PAES DE BARROS** – Satisfação à opinião pública brasileira sobre fatos atribuídos à pessoa de S. Exa., pelo Sr. Vedoin, através de matéria veiculada pela revista **Veja**. .... 27377

**SENADORA IDELI SALVATTI** – Comentários sobre matérias publicadas em jornais recentes referentes à redução da desigualdade social no país e aos comparativos da lucratividade das empresas. .... 27380

**SENADOR HERÁCLITO FORTES** – Justificação a requerimento de informação que S. Exa. irá encaminhar à Mesa e solicitação de cópia do pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti. .... 27383

**SENADOR ALVARO DIAS** – Registro do descontentamento que varre todo o país, através de atitude da Sra. Ana Elizabeth Prudente, empresária de São Paulo, que encaminhou um requerimento ao Presidente da Câmara, propondo a instauração de procedimentos para o *impeachment* do atual Presidente da República. Considerações sobre projeções da CNA e do CEPEA, que mostram queda de participação do agronegócio no PIB. .... 27384

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Apelo em favor da moralidade na administração pública do país e decência nas eleições. .... 27384

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Manifestação de preocupação com o descaso do governo federal, no que diz respeito aos recursos para a concretização das obras do Metrô de Belo Horizonte. Reafirmação da necessidade de investimentos nas ferrovias e hidrovias em todo o país. .... 27387

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI – Registro de profundo respeito ao Senado Federal, com relação à atitude diante das denúncias que se abatem sobre alguns integrantes da Casa. Destaque para a necessidade de transparência na gestão pública. Comentários sobre emendas apresentadas por S. Exa. ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2005, que se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. .... 27391

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Homenagem aos 30 anos da morte do ex-Presidente Juscelino Kubitschek. .... 27398

SENADOR MARCOS GUERRA – Considerações sobre as empresas e segmentos que geram emprego de forma intensiva e resultado de pesquisa da CNI sobre a questão. Destaque para os segmentos moveleiro e mobiliário e as dificuldades por que passam os setores têxtil e calçadista. .... 27398

SENADOR SIBÁ MACHADO – Registro da reunião amanhã, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, a fim de debater o Plano Estratégico de Crescimento com Distribuição de Renda. Comentários sobre a crise gerada pela possibilidade de fechamento da fábrica da Volkswagen, no ABC Paulista. .... 27402

SENADOR CÉSAR BORGES – Registro do aniversário de 50 anos de atividades da agência de propaganda da Bahia, Publivendas, atualmente Morya. Comentários sobre matéria publicada no jornal A Tarde, sobre a cacauicultura na Bahia. .... 27404

SENADOR LUIZ OTÁVIO – Satisfação com que os paraenses recebem a equipe do BID, a fim de iniciar as tratativas do financiamento do Portal da Amazônia e da macrodrenagem da bacia da Estrada Nova. Regozijo pela concessão de financiamento ao município de Ananindeua, no Pará, para melhoria nos serviços de infra-estrutura. .... 27408

SENADOR MARCOS GUERRA – Justificação a requerimento de voto de congratulações ao Sr. Walter Luiz Dalla Bernardina, Presidente do Grupo São Bernardo de Saúde, pela conquista do 1º Lugar do Brasil para a Mulher Trabalhar, edição 2006, concedido pelo Guia Exame-Voce S/A. .... 27410

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Registro de correspondência recebida do Sr. Luiz Gushiken, manifestando-se sobre matéria da revista Veja a respeito de sua pessoa, e que foi objeto de pronunciamento de S. Exa. ontem no Plenário do Senado Federal. Críticas ao veio autoritário do Partido dos Trabalhadores. .... 27410

## 1.2.7 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “Dois atos falhos e uma revelação”, publicada no **Jornal do Brasil**, edição de 11 do corrente. .... 27414

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro da entrevista concedida pela Delegada da DRT/AM, Gláucia Reis Credie, intitulada “Não ao trabalho infantil”, publicada no jornal **Diário do Amazonas**, edição de 13 do corrente. .... 27415

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Comentário sobre a matéria intitulada “Educação e segurança estão carentes de investimentos, diz ONG”, publicada no jornal **Gazeta Mercantil**, edição de 24 de julho último. .... 27416

SENADOR MARCOS GUERRA – Destaque para a necessidade de investimentos em infra-estrutura no país, especialmente em transportes. ... 27417

SENADOR ALVARO DIAS – Considerações sobre o episódio “Google Brasil”. .... 27417

SENADOR RENAN CALHEIROS – Homenagem à memória do ex-presidente Juscelino Kubitschek, pela passagem dos 30 anos de sua morte. .... 27417

SENADOR EDISON LOBÃO – Homenagem pelas comemorações, no dia 25 de agosto, data do aniversário de Caxias, do “Dia do Soldado”. .... 27420

## 1.3 – ENCERRAMENTO

### 2 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 191 e 192, de 2006 ..... 27421

### 3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.715 a 1.730, de 2006 ..... 27422

## SENADO FEDERAL

### 4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

#### 5 – SECRETARIA DE COMISSÕES

#### 6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

#### 9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

#### 10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

### 11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

## CONGRESSO NACIONAL

### 12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

### 13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

### 14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

### 15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

# Ata da 139ª Sessão Não Deliberativa, em 23 de agosto de 2006

## 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

### Presidência do Sr. João Alberto Souza

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Na condição de Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, informo que, em reunião realizada na manhã de hoje, aquele Colegiado decidiu encaminhar à Mesa a documentação proveniente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que “investiga denúncia de irregularidades na venda das ambulâncias”, referente aos Srs. Senadores Magno Malta, Ney Suassuna e Serys Slhessarenko.

Essa decisão decorreu do entendimento de que compete à Mesa decidir se formulará ou não representação contra os mencionados Srs. Senadores.

Nesse sentido, estou encaminhando ofício, acompanhado da referida documentação, ao Sr. Presidente do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº 1.554/2006/SGM/P

Brasília, 22 de agosto de 2006

Assunto: Renúncia ao Mandato Parlamentar

Senhor Senador,

Comunico a Vossa Excelência a Declaração da Renúncia ao mandato de Deputado Federal do Senhor Coriolano Sousa Sales, nome parlamentar Coriolano Sales (PFL/RJ), em 15 de agosto de 2006, nos termos do artigo 239, **caput**, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, publicada no Suplemento do **Diário da Câmara dos Deputados** nº 143, de 17 de agosto de 2006, exemplar em anexo.

Atenciosamente, **Aldo Rebelo**, Presidente da Câmara dos Deputados.

Of. nº 1.559/2006/SGM/P

Brasília, 23 de agosto de 2006

Assunto: Renúncia ao Mandato Parlamentar.

Senhor Senador,

Comunico a Vossa Excelência a Declaração da Renúncia ao mandato de Deputado Federal do Senhor Marcelino Ayub Fraga, nome parlamentar Marcelino Fraga (PMDB/ES), em 21 de agosto de 2006, nos termos do artigo 239, **caput**, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, publicada no Suplemento do **Diário da Câmara dos Deputados** nº 144, de 22 de agosto de 2006, exemplar em anexo.

Atenciosamente, **Aldo Rebelo**, Presidente da Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. GLPMDB nº 323, de 2006

Brasília, 23 de agosto de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do meu nome, para integrar, como membro titular, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – **Wellington Salgado**, Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência designa o Sr. Senador Wellington Salgado de Oliveira como titular para compor a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 242, DE 2006****Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal Industrial de Laranjal do Jari, no Estado do Amapá.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica Federal Industrial de Laranjal do Jari, no Estado do Amapá.

Art. 2º A Escola Técnica Federal Industrial de Laranjal do Jari será uma instituição de ensino profissionalizante em nível médio, destinada à formação de técnicos para atender às necessidades socioeconômicas do setor industrial, extrativista e agropecuário da região do vale do Jari.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

A demanda por mão-de-obra especializada para atuar na indústria de extração e beneficiamento de minérios, no manejo florestal e na agroindústria constitui uma das maiores emergências educacionais do Estado do Amapá, especialmente do Vale do Jari.

A despeito do esgotamento das jazidas, o Amapá se mantém como segundo produtor nacional de manganês, ostentando, ainda, a sexta colocação no **ranking** de produção de ouro. No extrativismo vegetal, destacam-se a exploração de pinus, palmito, castanha-do-pará e açaí. Na agricultura, tem-se tornado expressivas as culturas de mandioca, arroz, milho, feijão e banana.

Assim, para que a região mantenha o seu ritmo de crescimento, de forma sustentável, impõe-se contar com profissionais qualificados para imprimir eficiência àquelas atividades econômicas, sem prejuízo do patrimônio natural de que o Estado dispõe.

A propósito, a harmonização entre essas atividades, outrora incompatíveis, tem marcado e tende a se firmar na identidade produtiva do município de Laranjal do Jari. Criado em 1987, o município já é o terceiro do Estado, com uma população de aproximadamente 40 mil habitantes e uma economia diversificada, que lhe tem permitido experimentar um extraordinário crescimento nos últimos anos, sobretudo na indústria.

Com efeito, a demanda reprimida por mão-de-obra qualificada já é significativa e, decerto, serão necessários alguns anos para atendê-la.

Por oportuno, vale lembrar a importância estratégica que o Ministério da Educação, especialmente a partir de 2003, vem conferindo à educação profissional e tecnológica, como parte do processo integral de formação dos trabalhadores. Para corroborar essa

política, em 18 do novembro de 2005, o Presidente da República sancionou a Lei nº 11.195, mediante a qual a União foi reabilitada a investir na expansão da rede de educação tecnológica e profissional, permitindo, assim, a criação de novas escolas a serem mantidas e geridas pela Administração Federal.

Por tudo isso, conclamamos os nobres colegas congressistas a apoiar o presente projeto de lei, com o que estarão contribuindo com ampliação da oferta de educação técnico-profissional, e com a implantação da primeira unidade federal do segmento no Estado do Amapá.

Sala das Sessões, 23 de agosto de 2006. – Senador **José Sarney**.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

LEI Nº 8.948, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1994

**Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências.**

Art. 3º As atuais Escolas Técnicas Federais, criadas pela Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959 e pela Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1983, ficam transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica, nos termos da Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, alterada pela Lei nº 8.711, de 28 de setembro de 1993, e do Decreto nº 87.310, de 21 de junho de 1982.

§ 1º A implantação dos Centros Federais de Educação Tecnológica de que trata este artigo será efetivada gradativamente, mediante decreto específico para cada centro, obedecendo a critérios a serem estabelecidos pelo Ministério da Educação e do Desporto, ouvido o Conselho Nacional de Educação Tecnológica.

§ 2º A complementação do quadro de cargos e funções, quando necessária, decorrentes da transformação de Escola Técnica Federal em Centro Federal de Educação Tecnológica, será efetivada mediante lei específica.

§ 3º Os critérios para a transformação a que se refere o **caput** levarão em conta as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados, as condições técnico-pedagógicas e administrativas, e os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento de cada centro.

§ 4º As Escolas Agrotécnicas, integrantes do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, poderão ser transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica após processo de avaliação de desempenho a ser desenvolvido sob a coordenação do Mi-



nistério da Educação e do Desporto. (Incluído pela Lei nº 9.649, de 1998)

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. (Redação dada pela Lei nº 11.195, de 2005)

LEI Nº 11.195, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2005

**Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º .....

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.

.....” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de novembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 243, DE 2006**

**Altera os arts. 1º e 7º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para dispor que o Tribunal de Contas da União é competente para julgar ordinariamente as contas de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 1º e 7º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .....

I – julgar as contas de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária, bem como daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário;

..... (NR)”

“Art. 7º .....

§ 1º .....

§ 2º Também se sujeitam ao regime ordinário de tomada ou prestação de contas aqueles que, por intermédio de convênio ou instrumentos congêneres, receberem recursos ou bens públicos em valor superior ao fixado pelo Tribunal em cada ano civil, na forma estabelecida no seu regimento interno.

..... (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

O presente projeto de lei visa a alterar o art. 1º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União (LOTCU), para adaptá-la à redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, ao parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal. Com efeito, em sua redação original, o referido parágrafo previa que deveriam prestar contas quaisquer pessoas físicas ou entidades públicas que utilizassem, arrecadassem, guardassem, gerenciassem ou administrassem dinheiros, bens e valores públicos. Por força da Emenda Constitucional, esse universo de responsáveis foi ampliado, para abranger quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, que desenvolvessem as citadas atividades. Foi evidenciado, pois, que é da natureza pública dos recursos que surge o dever de prestar contas e não de características da pessoa a quem eles são confiados, como sempre propugnou o mestre Hely Lopes Meirelles.

A LOTCU, contudo, não foi alterada, para se adequar aos novos ditames constitucionais. Em seu art. 1º, I, continua a figurar a competência do TCU para “julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos

poderes da União e das entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário”.

Não obstante sempre esteja aberta a possibilidade de julgamento de contas quando se apurarem indícios de irregularidade conducentes à instauração de processo de tomada de contas especial, o texto atual da lei não prevê a prestação de contas ao TCU como regra nos casos de recebimento de bens e recursos públicos por entidades particulares mediante convênios e outros instrumentos similares. Nesses casos, as contas são apreciadas pelo TCU, como dissemos, somente após a detecção dos indícios de irregularidade pelo órgão de controle interno ou por equipe do TCU em uma eventual auditoria.

O presente projeto de lei tem por escopo modificar a LOTCU para possibilitar o julgamento ordinário de contas daqueles particulares aos quais forem transferidos recursos e bens públicos para a realização de projetos e atividades de interesse público. Sendo certo que o volume de convênios celebrados é gigantesco e para evitar que controle externo efetuado pela Corte de Contas fique inviabilizado pela grande massa de processos, convertendo-se numa atividade meramente cartorial, havemos igualmente por bem inserir dispositivo que, a exemplo do que ocorre com as tomadas de contas especiais (art. 8º da Lei nº 8.443, de 1992), confere competência ao TCU para definir a partir de qual valor transferido seria obrigatória a remessa do processo de prestação de contas à Corte, para julgamento.

O número de irregularidades no uso desses recursos é considerável. Em um país com tantas restrições orçamentárias, é inadmissível que verbas públicas transferidas a entidades sem fins lucrativos sejam desperdiçadas ou desviadas. A razão de ser da transferência de recursos reside exatamente na presunção de que tais entidades desenvolverão atividade de interesse público de forma até mais eficaz do que se fosse realizada pelo próprio Estado. Caso contrário, não haveria sentido em promover a descentralização dos recursos.

Não é preciso ir longe para constatar a necessidade de exame das prestações de contas pelo TCU. Em julgamento ocorrido em maio de 2006, a Corte de Contas condenou associação que recebeu recursos federais com o objetivo de prestar assistência social e educacional a atletas profissionais e em formação, mas os utilizou em finalidades diversas do que foi estabelecido, o que resultou em um prejuízo de mais de 125 mil reais aos cofres públicos. Noutro julgamento reali-

zado no mesmo mês, a Corte condenou o presidente de uma associação de produtores e moradores rurais por não ter comprovado a regular aplicação de recursos da ordem de 122 mil reais, transferidos mediante convênio, com o objetivo promover o desenvolvimento tecnológico de práticas agropecuárias e a realização de cursos, em benefício de comunidades rurais. Os exemplos são inúmeros. Cremos serem estes que descrevemos representativos de um quadro que reclama a intensificação das medidas de fiscalização e controle sobre o bom uso dos recursos públicos.

Animados por esse propósito de fortalecer os mecanismos de controle externo a cargo da Corte Federal de Contas, apresentamos o presente projeto de lei, para cuja aprovação solicitamos o apoio de nossos pares.

Sala das Sessões, 23 de agosto de 2006. – **José Sarney.**

#### LEGISLAÇÃO CITADA

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

#### SEÇÃO IX

#### **Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária**

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

#### LEI Nº 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992

#### **Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:



## TÍTULO I

## Natureza, Competência e Jurisdição

## CAPÍTULO I

## Natureza e Competência

Art. 1º Ao Tribunal de Contas da União, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição Federal e na forma estabelecida nesta lei:

I – julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos poderes da União e das entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário;

## TÍTULO II

## Julgamento e Fiscalização

## CAPÍTULO I

## Julgamento de Contas

## SEÇÃO I

## Tomada e Prestação de Contas

Art. 6º Estão sujeitas à tomada de contas e, ressaltado o disposto no inciso XXXV do art. 5º da Constituição Federal, só por decisão do Tribunal de Contas da União podem ser liberadas dessa responsabilidade as pessoas indicada nos incisos I a VI do art. 5º desta lei.

Art. 7º As contas dos administradores e responsáveis a que se refere o artigo anterior serão anualmente submetidas a julgamento do Tribunal, sob forma de tomada ou prestação de contas, organizadas de acordo com normas estabelecidas em instrução normativa.

Parágrafo único. Nas tomadas ou prestações de contas a que alude este artigo devem ser incluídos todos os recursos, orçamentários e extra-orçamentários, geridos ou não pela unidade ou entidade.

Art. 8º Diante da omissão no dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pela União, na forma prevista no inciso VII do art. 5º desta lei, da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou, ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá imediatamente adotar providências com vistas à instauração da tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano.

§ 1º Não atendido o disposto no **caput** deste artigo, o Tribunal determinará a instauração da tomada de contas especial, fixando prazo para cumprimento dessa decisão.

§ 2º A tomada de contas especial prevista no **caput** deste artigo e em seu § 1º será, desde logo, encaminhada ao Tribunal de Contas da União para julgamento, se o dano causado ao erário for de valor igual ou superior à quantia para esse efeito fixada pelo Tribunal em cada ano civil, na forma estabelecida no seu regimento interno.

§ 3º Se o dano for de valor inferior à quantia referida no parágrafo anterior, a tomada de contas especial será anexada ao processo da respectiva tomada ou prestação de contas anual do administrador ou ordenador de despesa, para julgamento em conjunto.

*(À Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania – decisão terminativa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os projetos que acabam de ser lidos vão às comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 937, DE 2006**

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2006 que, “altera o art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal para autorizar a instalação de salas de aulas nos presídios”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Em de de 2006. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 938, DE 2006**

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja formulado voto de congratulações ao Senhor Walter Luiz Dalla Bernardina, Presidente do Grupo São Bernardo de Saúde, e aos Diretores e funcionários daquela Empresa, pela conquista do 1º Lugar do Brasil para a Mulher Trabalhar edição 2006, concedida pelo conceituado Guia Exame Você S/A.

### Justificação

O Grupo São Bernardo Saúde, com sua sede na cidade de Colatina – Espírito Santo, tem contribuído com o progresso e a valorização de seus trabalhadores e de maneira especial da mulher que sente orgulhosa em prestar seus serviços aquela empresa, na área de saúde em todo o Estado Espírito Santo.

O Grupo São Bernardo Saúde, anteriormente premiado em 3 ocasiões, concorreu em 2006 com as grandes empresas do Brasil, mostrando que com seriedade, responsabilidade social e respeito ao ser humano as conquistas advêm.

Sala das Sessões, 23 de agosto de 2006. – **Marcos Guerra.**

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Há oradores inscritos.

Por permuta com a Senadora Ideli Salvatti, concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, ex-Governador de Pernambuco, ex-Vice-Presidente da República, do PFL de Pernambuco.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Muito obrigado!

Ilustre Presidente desta sessão, nobre Senador João Alberto, Representante do Maranhão no Senado Federal; Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a colaboração entre empresa e universidade é, como sabemos, fundamental para o desenvolvimento econômico, baseado na ciência e na tecnologia. O exemplo mais conhecido está nos Estados Unidos da América do Norte, onde as empresas médias e pequenas – não só as grandes, é bom frisar – colaboram com instituições de ensino superior. O pragmatismo americano ensinou, portanto, as vantagens da livre concorrência na competição mediada democraticamente pelo Estado.

O exemplo dos Estados Unidos se estendeu ao Japão, à Coreia do Sul, a Taiwan, à Malásia e a Cingapura. O Canadá e a Austrália, anglófonos, em menor escala pelo tamanho das suas economias, posto que suas economias são bem menores que as dos Estados Unidos da América, já vinham acompanhando o modelo americano com, frise-se, igual sucesso.

No Brasil, pesquisa recente do Ipea, que é uma instituição conceituada – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, órgão criado há cerca de 30 anos e vinculado ao Ministério do Planejamento –, demonstrou outro dos impactos da globalização na transformação do mercado brasileiro de trabalho.

Um conjunto de empresas brasileiras inovadoras, com mais de 500 funcionários cada uma, aumentou em 29% a oferta de postos de trabalho, gerando cerca de 500 mil novos empregos entre 2000 e 2004, portanto, em sua maior parte, esse avanço ocorreu na Presidência de Fernando Henrique Cardoso.

As mudanças internas das referidas empresas tiveram origem na necessidade de modernização para dar competitividade internacional.

Sabemos que a globalização tornou o mundo muito competitivo. Urge, pois, que o Brasil se converta também num país que tenha a preocupação em competir, sobretudo nessa área extremamente sensível do desenvolvimento, que é a educação – em primeiro lugar, é óbvio –, na ciência e tecnologia e na inovação. E adotar também novos procedimentos, entre os quais não se pode deixar de reconhecer a importância desse enlace entre universidade e empresa.

No Brasil, tem-se a sensação de que ainda há certo preconceito da academia, de um lado – isto é, da universidade –, em se associar a empresas; e, de outra parte, ocorre no sentido contrário: o empresário, às vezes, receia que a universidade possa não atender a uma demanda específica da sua área.

É necessário remover aquilo que eu chamaria de preconceito sem fundamento, que, de alguma forma, está engessando o desenvolvimento científico-tecnológico do País e suas reverberações nos campos sociais. Na medida em que se avança e se inova em ciência e tecnologia, em que se estabelecem também novos enlaces, fica muito mais fácil alavancar a economia e, sobretudo, gerar empregos.

O desenvolvimento tecnológico adveio das decisões certas, a meu ver, nas áreas empresariais, que se beneficiaram da expansão das pesquisas no Brasil entre 1981 e 2004, elevando-se a uma média específica de 9% ao ano em produção de artigos científicos publicados em revistas especializadas de circulação internacional, num crescimento acumulado de mais de 600%.

Esse é um dado extremamente positivo porque, como se sabe, no mundo todo, um dos critérios para se medir o avanço nessa área tão estratégica do desenvolvimento é a produção de artigos científicos, que são inseridos em revistas e periódicos especializados e que, de alguma forma, permitem fazer com que se amplie o espaço da criação.

Os pesquisadores brasileiros – e aí me refiro especificamente, mais uma vez, ao Brasil – passaram de 0,44% da produção científica mundial, em 1981, para 1,78% em 2004. No Governo Fernando Henrique Cardoso, houve uma grande preocupação com ciência e tecnologia. Foi mantido o Ministério de Ciência e Tecno-

logia, e criada a Secretaria de Assuntos Estratégicos. Esses dois órgãos apoiaram, e muito, as instituições de pesquisa em nosso País.

De mais a mais, durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em cujo período fui Vice-Presidente da República, foram retomadas também as conferências nacionais para discutir ciência, tecnologia e inovação. Isso é igualmente um fato muito positivo, porque permite que os esforços governamentais tenham mais perfusão, articulem-se melhor com as demandas da sociedade e interajam com a universidade, com as instituições de pesquisa não somente públicas, mas também privadas.

É certo que o desenvolvimento tecnológico é cada vez mais fundamental para o País, num mundo que se divide entre os que sabem e os que não sabem. Formamos aproximadamente dez mil doutores por ano, em patamar semelhante ao da Inglaterra, ao da Coreia e ao da Índia. Mas temos um foco difuso, não priorizando a engenharia, as ciências naturais, que concorrem para o processo de inovação, conforme destacou recentemente o Professor Carlos Henrique de Brito Cruz, Diretor Científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, a reconhecida internacionalmente Fapesp. É bom lembrar que a Fapesp foi, certamente, a primeira experiência estadual da criação de uma fundação – e nisso vamos fazer justiça ao Governo de São Paulo – voltada para propiciar o desenvolvimento científico e tecnológico. A Fapesp se converteu num modelo que foi depois copiado por todos os Estados. Na Constituição de 1988 se tornou um preceito que os Estados adotaram nos seus procedimentos com relação ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, existem crescentes quantidade e qualidade de pesquisas científicas nas universidades e em institutos especiais, como a Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, a famosa Fiocruz.

A Universidade de Campinas, conhecida por Unicamp, criada em 1962 e instalada a partir de 1966, tornou-se outro grande exemplo de pesquisa tecnológica pura e aplicada em acordos de colaboração com empresas privadas brasileiras e estrangeiras.

Noutras partes do Brasil, vêm sendo efetuadas experiências análogas. Vou dar um exemplo de um modelo bem sucedido em Pernambuco.

No meu Estado, desde 1996, surgiu o Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife, conhecido pela sigla Cesar, como continuação do trabalho do Centro de Informática da Universidade Federal de Pernambuco, iniciado em 1974, que recebeu, ao lado de tantos outros, o meu incentivo e a minha colaboração, quer

como Deputado Federal, Governador de Pernambuco e, sobretudo, como Ministro da Educação e Vice-Presidente da República. Devo destacar nesse processo, dentre muitos que concorreram para o êxito do Cesar, a figura que o lidera, o cientista Sílvio Meira, que adquiriu, inclusive, reconhecimento internacional.

Faço tais observações, Sr. Presidente, para destacar quão importante é a pesquisa tecnológica avançada, aplicável ao mercado pelas empresas. Ela sempre ajuda, e muito, no resultado dos esforços que vêm sendo feitos no sentido de aprofundar os alicerces do conhecimento.

No Brasil, o analfabetismo juvenil caiu de 12%, em 1991, para menos de 3%, em 2002. Esse é um fato positivo, porque significa que mais jovens estarão habilitados ao enriquecimento cultural que a educação propicia. Daí surge a possibilidade, também, do aparecimento de novos pesquisadores, cientistas, tecnólogos e pessoas voltadas para a inovação.

Como exemplo da preocupação do Governo Fernando Henrique Cardoso com a questão da ciência e tecnologia, o Brasil chegou a investir cerca de 2% do Produto Interno Bruto anual em pesquisa científica e tecnológica. Parece que essas taxas não se mantiveram no atual Governo. São informações que recebi e não custa tentar confirmá-las, mas o que importa é lembrar que esse é um ponto fundamental, se queremos ter um País desenvolvido.

Volto a citar o físico Carlos Henrique de Brito Cruz que, em entrevista à revista **Veja**, fez uma série de observações muito úteis ao debate do tema. Ele é o diretor científico da Fapesp, a que já me reportei, e demonstrou que, nos Estados Unidos, uns 20% dos pesquisadores estão nas universidades e mais ou menos 80%, nas empresas. No Brasil, a média se revela inversa, ou seja, 80% nas universidades e 20% nas empresas, o que demonstra, mais uma vez, a importância de políticas voltadas para a articulação entre universidade e empresa.

Diante da nossa circunstância, reconheceu ele que, na mudança de perspectiva, a maioria dos atuais cientistas deveria permanecer, por enquanto, nas universidades, para formar as novas gerações de pesquisadores, à medida em que são mudados os hábitos e as novas gerações sejam mais encaminhadas às empresas, para haver um equilíbrio cooperativo entre os dois setores.

Tudo isso comprova, Sr. Presidente, a necessidade de colaboração entre universidade e empresa.

Quando falo em universidade e empresa, quero ampliar esse entendimento para não o circunscrever apenas entre universidade pública e empresas privadas, lembrando que isso deve envolver todas as ins-

tuições de ensino superior, públicas ou privadas, federais, estaduais e até municipais, quando for o caso, para que se gere uma consciência cívica de que é fundamental essa parceria, se desejamos construir, de fato, um País não somente democrático, mas também desenvolvido e justo.

Por isso, concluo as minhas palavras, Sr. Presidente, acreditando ser essencial que forjemos uma consciência coletiva para que o enlace entre as instituições de ensino e as empresas se difunda cada vez mais, gerando, assim, novas oportunidades para o nosso crescimento.

**O Sr. Roberto Cavalcanti** (PRB – PB) – Senador Marco Maciel, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Concedo um aparte ao nobre Senador Roberto Cavalcanti, da representação da Paraíba no Senado Federal.

**O Sr. Roberto Cavalcanti** (PRB – PB) – É um privilégio apartear-lo, Senador. V. Ex<sup>a</sup>, além de amigo pessoal, é um ícone dentro deste Parlamento.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Roberto Cavalcanti** (PRB – PB) – Na verdade, eu queria me acostar às palavras citadas, no sentido de fazer com que haja, realmente, essa integração maior de universidade e empresa. Tive a oportunidade, momentos antes de aqui estar, de visitar, na Paraíba, todas as instituições de ensino, quer sejam federais, estaduais ou privadas. Assim, captei o pensamento da universidade paraibana, que é o mesmo da universidade brasileira e coincide com o que V. Ex<sup>a</sup> acabou de transmitir. Eu ressaltaria, também, um outro tema, no qual estou procurando me aprofundar para, talvez, fazer um pronunciamento a respeito nesta Casa. No mundo moderno, nos Estados Unidos, por exemplo, verifica-se que as grandes universidades e centros de ensino vivem, fundamentalmente, de doações. No Brasil, as restrições e o complicador das doações são tamanhos que a própria lei que permite a doação começa dizendo: “É vedada a doação, exceto...” Em seguida, citam-se as exceções. É como se fosse: “É proibido se desenvolver, a não ser que se faça isso”. Ou: “É proibido fazer o bem, a não ser que se faça aquilo”. A revista **Veja**, recentemente, trouxe uma matéria sobre essas grandes doações de magnatas mundiais. Fiz, então, o comparativo: por que, no Brasil, não existe isso? Por que o cidadão e a grande ou a média empresa não têm o hábito de fazer as doações para as universidades, pulmão enriquecedor, em todo o mundo moderno, da pujança desses centros e academias? Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento. E vamos, o Senado, juntos, tentar fazer com que se possibilite canais modernos com legislação moderna, para permitir que haja recur-

sos não só da esfera federal como da iniciativa privada para que sejam alocados às universidades. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Marco Maciel.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Roberto Cavalcanti. Adito ao que disse V. Ex<sup>a</sup> uma consideração, inclusive por V. Ex<sup>a</sup> trazer à discussão também a questão de estímulos a empresas e empresários que possam doar recursos para o desenvolvimento, incluindo ciência e tecnologia. Isso é uma prática muito comum nos Estados Unidos, onde há um incentivo a esse procedimento. É muito comum quando falecem pessoas ricas, abastadas, de considerável poder aquisitivo, de tais pessoas deixarem no testamento tantos mil ou até milhões de dólares em favor de uma instituição X. Com isso, a pessoa não somente pratica uma ação que ajuda entidades beneméritas, como também beneficia-se da isenção ou redução do imposto de renda. Isso deveríamos desenvolver no Brasil: criar uma cultura dessa cooperação. Além do mais, essas pessoas abastadas, às vezes, não desejam outro reconhecimento senão o de terem seus nomes em salas ou denominando uma instituição, ou até mesmo o de um ascendente seu.

Recentemente, um amigo comentou comigo haver tomado conhecimento do falecimento de uma pessoa nos Estados Unidos desconhecida para ele. No entanto, essa pessoa rica teve um gesto elogiável ao doar US\$500 milhões a uma fundação, independentemente de ter deixado algo para os seus descendentes. O fato é que consignou, nada mais nada menos, do que US\$500 milhões para o desenvolvimento de uma fundação.

Essa é uma cultura que precisamos gerar igualmente no País. Dizem que o desenvolvimento é, sobretudo, uma questão cultural e, nessa questão cultural, há uma componente política também. Precisamos pensar em investir nesse campo para criarmos uma sociedade mais solidária.

**O Sr. Roberto Cavalcanti** (PRB – PB) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um outro aparte?

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Ouço V. Ex<sup>a</sup> antes de encerrar.

**O Sr. Roberto Cavalcanti** (PRB – PB) – Senador Marco Maciel, as pessoas, os legisladores ou o próprio Governo não se apercebem que isso é realimentar o bem. Nós temos de criar todos os instrumentos para realimentar o bem, o que não é feito. Na verdade, recebi um relatório, dizendo que “tendo em vista as fraudes que aconteciam, a legislação nova passou a ser redigida de tal forma”. Nós não podemos partir do pressuposto da fraude e do erro para então inibir uma atividade. Nós temos de fazer com que a atividade seja, realmente, policiada, acompanhada. No entanto, não



podemos basear as legislações na idéia de se evitar a fraude. Permita-me, mais uma vez, parabenizar V. Ex<sup>a</sup>, e que possamos, juntos, criar instrumentos para que as universidades tenham outras fontes para serem realimentadas.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Concorde com V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, já encerrando, devo dizer que sempre que há uma lei corre-se sempre o risco de surgir uma forma de fraudá-la. Aliás, há uma expressão espanhola que diz: “Hace la ley, hace la trampa” – quando se faz a lei, já há quem pense em fazer a fraude. Mas aí o que cabe, a meu ver, ao Governo é proceder com medidas fortes de fiscalização para evitar que isso ocorra. Se tal fizermos, certamente estaremos ensinando, conseqüentemente, a prática de gestos que vão concorrer para o desenvolvimento do País. Isso é um traço cultural que precisamos – talvez importando não apenas dos Estados Unidos, mas da Europa e da Ásia – adotar aqui em nossa praça. Acredito que isso nos ajudaria a promover o desenvolvimento do País. Há quem diga – e é verdade – que o brasileiro é solidário. Concorde com isso. O fato de ser solidário é importante, e a solidariedade não deixa de ser um gesto de grande significação, mas é, geralmente, um gesto pessoal. Precisamos, ao lado da solidariedade, desenvolver algo que é também indispensável na minha opinião: o associativismo. Uma coisa é a solidariedade; outra coisa é o associativismo. Sinto que somos solidários, mas não temos uma cultura associativista. Quando houve um grande processo migratório – aliás, isso é pouco destacado –, no fim do século XIX e início do século XX, de europeus e também de asiáticos, esse processo migratório trouxe uma cultura associativista, como prova o cooperativismo que se desenvolveu no Sul do País, onde se instalaram. Eles, a meu ver, procuravam uma região com clima mais compatível com o dos países em que viviam. E, nesses lugares, se desenvolveu muito, entre outras culturas, a do cooperativismo. Algo, por exemplo, que não acontece muito intensamente em outras Regiões do País, inclusive na minha, o Nordeste, porque não houve um choque de culturas, no sentido positivo do termo, que suscitasse esse sentimento do associativismo, que é tão ou mais importante quanto o exercício da solidariedade.

Encerro as minhas palavras, mas, antes de concluí-las, gostaria de agradecer, mais uma vez, ao Senador João Alberto, ilustre representante do Maranhão no Senado da República, pelo tempo que me concedeu.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido, Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros, do PSDB de Mato Grosso, 2º Vice-Presidente desta Casa.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, interrompi a minha campanha eleitoral porque acho que é meu dever dar uma satisfação à opinião pública brasileira.

Sou jornalista, por formação, sou radialista e sou bacharel em Direito, embora ainda não tenha feito o exame da Ordem dos Advogados do Brasil. Como jornalista, não fiz curso superior. Fui beneficiado pela Lei Camata. O curso superior que tenho é de bacharel em Direito. Mas, mesmo tendo sido beneficiado pela Lei Camata, nunca vi, em jornalismo, isso que a revista **Veja** fez comigo.

Tenho pela **Veja** a maior admiração. É uma revista da maior credibilidade. Não sou daqueles que brigam com os fatos e com a notícia. Sei que é, jornalisticamente, interessante uma entrevista, por mais bandido que ele seja, do Sr. Luiz Antônio Vedoin. Compreendo tudo isso jornalisticamente. Só não posso compreender não ter recebido sequer um telefonema da revista **Veja** para que pudesse dar a minha versão dos fatos.

E os fatos, como ali se passaram, Sr. Presidente, inquietam a inteligência humana. Isso porque esse cidadão Luiz Antonio Vedoin foi ouvido durante mais de 120 horas, em diferentes esferas – no Ministério Público Federal, na Polícia Federal, na Justiça Federal e, por mais de um dia, aqui na CPMI –, e, em todas essas oitivas, e era normal que isso acontecesse, perguntaram-lhe sobre todos os membros da Bancada de Mato Grosso. Absolutamente normal, até porque o viveiro de sanguessugas é lá em Mato Grosso; a Planam, a empresa dos sanguessugas, é lá de Mato Grosso. E, nas mais de 120 horas de depoimento, ele nunca teve lembrança de ter conversado comigo.

Agora, sem lhe ter sido perguntado – justiça se faça à **Veja**, que não lhe perguntou sobre o Senador Antero Paes de Barros –, ele lembra de dizer que “o Senador Antero...”, “meu pai me disse...”. O depoimento do pai dele, na CPMI, é inteiramente diferente, de que o Senador Antero era inacessível. O depoimento da Maria da Penha era que o Senador Antero era inacessível, porque, da Bancada de Mato Grosso, nunca conversaram com o Senador Antero. “Meu pai me disse que tinha uma emenda de R\$400 mil e que ele deu R\$40 mil – não foi para o Antero, foi para o Lino Rossi; para o Lino Rossi dar para o Antero.”

Quanto ao Deputado Lino Rossi, confesso dizer que temi que ele tivesse combinado com Luiz Vedoin, porque o Deputado Lino Rossi apóia o meu adversário político em Mato Grosso, o atual Governador Blairo Ma-



ggi. Mas o Lino Rossi teve oportunidade de desmentir isso numa entrevista dada à imprensa de Mato Grosso – não sei sequer se teve cobertura nacional ou se a **Veja** sequer vai ter oportunidade de repor a verdade.

Pessoalmente, já tomei providência jurídica. Protocolei, ontem, no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, o pedido de direito de resposta à revista **Veja**, sem prejuízo de outra ação jurídica, dependendo do caminhar dos acontecimentos, porque os fatos, como relatados pela **Veja**, são uma ofensa; seria uma propina portuguesa, porque o coordenador da área de emendas da saúde foi o Deputado Federal Lino Rossi. Chegaram a ser indicados quatro Municípios como destinatários da minha parte na emenda de Bancada. Posteriormente, houve um ofício do Deputado Ricarte de Freitas, coordenador da Bancada à época, para que disséssemos onde é que queríamos que aplicassem os recursos. Fiz um ofício para o Secretário-Geral da Presidência, Arthur Virgílio, e mandei um *e-mail* ao Deputado Ricarte de Freitas dizendo exatamente que eu queria que cortassem os recursos para ambulâncias. No que dependesse de mim, eu cortava os recursos para ambulâncias, porque, conversando com o Secretário de Saúde de Mato Grosso, ele me disse: “Antero, pelo amor de deus, ambulância não é política de saúde. O grande problema da saúde é levar a saúde até a população. É melhor, então, destinar para postos de saúde, para hospital municipal, para centro de saúde, mas, para ambulância, não”. E cortei os recursos.

Quer dizer, então, que teria sido dada uma propina para o Lino Rossi – o que ele já desmentiu – para me entregar, em função de eu ter cancelado a emenda, de eu ter mandado cancelar parte dos recursos que seriam destinados à Planam.

Ponto. Está feito o esclarecimento. Eu vou virar a página. Por que isso? Porque eu enfrento uma das maiores fortunas do Brasil. Eu enfrento o Sr. Blairo Borges Maggi como candidato a governador. Eu não discuto, eu sei que ele é muito mais rico do que eu. Eu não vou ter chance, nunca na minha vida, de competir com ele em recursos. Lá é um massacre.

E por que isso ocorreu? Porque a nossa campanha é assim: ou se vota no PSDB ou se vota nos mensaleiros e sanguessugas. Ele organizou um palanque onde todos os mensaleiros e sanguessugas estão. Nenhum ficou de fora. E eu estou dizendo isto na campanha eleitoral: “Vamos acabar com esse viveiro de sanguessugas patrocinado pelo Governador Blairo Maggi”.

Ele não fez, Sr. Presidente, uma coligação partidária. Ele organizou uma quadrilha para tomar conta do palácio, para transformar o palácio num verdadeiro viveiro de sanguessugas.

Eu quero dizer que Deus é pai, não é padrasto. As pessoas ficam indignadas e nos procuram. Eu só tenho a honra, o nome, para deixar aos meus filhos. E as pessoas nos procuram e nos revelam quem é esse Governador.

Hoje, aqui, protocolei na CPMI dos Sanguessugas – e vou descer da tribuna e correr ao Ministério Público Federal para protocolar lá também – um pedido de investigação sobre o Governador Blairo Borges Maggi, pelos motivos que passo a expor.

Esse Governador mandou uma lei para a Assembleia Legislativa de Mato Grosso, datada de 7 de janeiro de 2004 – o autor, portanto, é o Poder Executivo –, em que ele estabelece, no art. 3º, isenção de IPVA aos veículos automotores terrestres, novos, adquiridos de empresas de transformação. Isenta da cobrança de IPVA veículos adquiridos de empresas de transformação. Quantas empresas de transformação existem em Mato Grosso? Só uma. Só a Planam; só a empresa das sanguessugas.

Essa lei é do dia 7 de janeiro. Estabelece, no parágrafo de um dos artigos, que a isenção é válida desde que o veículo isento permaneça pelo menos dois anos no Estado de Mato Grosso. Regulamenta, por meio de decreto, a lei aprovada na Assembleia Legislativa, conforme ele havia mandado. A lei era de 7 de janeiro. Veja bem, Sr. Presidente, no dia 29 de janeiro – de 7 para 29 são 22 –, vinte e dois dias depois, o Deputado Silval Barbosa, da Assembleia Legislativa – Quem é o Deputado Silval? É o candidato a vice-governador na chapa do Sr. Blairo Maggi –, propõe a mudança da lei para estabelecer o quê? “Em relação aos veículos tais, quando a transferência para outra (...)”. Ele elimina o prazo fixado no §1º – prazo de dois anos –, quando se der a transferência para outra Unidade da Federação. Ou seja, a Planam fica isenta de pagar IPVA e entrega ambulâncias em outros Estados da Federação. Hoje, eu soube aqui, por importantes jornalistas brasileiros, que a Planam é isenta do IPVA em Mato Grosso, mas prefeituras do Brasil inteiro pagam o IPVA para a Planam.

De quem é a Lei? Do Deputado Estadual Silval Barbosa, Vice-Governador do Blairo Maggi. Essa lei aprovada no dia 29 foi regulamentada em fevereiro pelo Governador Blairo Maggi. Aí ele faz um outro decreto alterando os dispositivos dessa lei.

Pasmem, Senadores e Senadoras, pasmem, para verificar os tentáculos dos sanguessugas no Estado de Mato Grosso: no dia 13 de outubro de 2005, a própria empresa Planam, aí já sem intermediário, faz um ofício diretamente ao Secretário de Fazenda do Estado de Mato Grosso – no dia 13 de outubro de 2005 –, em que solicita que se inclua, no rol do art. 5º, §5º,

do decreto número tal, o Cnae nº 5010-5/02. (Cnae é a Classificação Nacional de Atividade Econômica). O que a Planam fez? Como indústria transformadora, ela já tinha isenção do IPVA e, com esse pedido direto à Secretaria da Fazenda, assinado pela Sr<sup>a</sup> Cleia Maria Trevisan Vedoin, solicita isenção também para a empresa Santa Maria – também dos Vedoin, também dos sanguessugas –, para ter os mesmos benefícios do IPVA.

E o que mais pede a Sr<sup>a</sup> Cleia Maria Trevisan Vedoin? Pede que esses benefícios sejam estendidos até novembro de 2006. Isso chegou à Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso no dia 13 de outubro de 2005. E pasmem, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Governador Blairo Maggi, do alto da sua riqueza, do alto da sua montanha de soja – ele que é o rei da soja –, resolve mostrar a seus parceiros dos sanguessugas: “Alto lá! Sou o sanguessuga-rei”. Assim como existe aquela história da abelha-rainha, para a qual todas as abelhas trabalham, a situação política lá em Mato Grosso é a seguinte: todos os sanguessugas trabalham para o sanguessuga-rei.

Descobrimos quem é o sanguessuga-rei em Mato Grosso. É o Governador Blairo Maggi. Olhem o que ele escreve no decreto de novembro de 2005, atendendo **ipsis litteris** ao que havia pedido a Sr<sup>a</sup> Cleia Maria Trevisan Vedoin. Ele a atende no que se refere à inclusão do Código 5010-5/02, mas diverge dela – tenho de ser honesto e dizer qual é a divergência – quanto ao pedido para prorrogar o benefício até novembro de 2006. Aí ele divergiu: “Não, não é assim”. E, por decreto, ele prorrogou o benefício até dezembro de 2007, para mostrar que é um “parceiraço” mesmo dos sanguessugas de Mato Grosso.

Portanto, essa gente pode ser mais rica que eu, mas não tem a menor chance de ter mais dignidade que eu; não tem a menor chance de empatar comigo em honestidade. A mesma dificuldade que tenho de combater economicamente a campanha dele é a mesma dificuldade que ele tem de eticamente combater a minha candidatura. O Sr. Blairo Borges Maggi está enganado e só tem duas alternativas na vida: respeitar-me ou respeitar-me. E estou provando, com documentos, que ele é o sanguessuga-rei do Estado de Mato Grosso.

Ontem, participamos do primeiro debate na televisão. Fiz-lhe um apelo: “Vá ao debate, Governador, saia detrás dos Vedoin, venha enfrentar-me cara a cara”. Ele foi ao debate e saiu de lá com a perna bamba, tremendo, porque lhe mostrei todos esses documentos. E sabem qual foi a reação dele? “Ah! Eu não sabia que tinha assinado isso.” Está igual ao Lula, que ele apóia. “Eu não sabia que tinha assinado. Vou

estudar com minha assessoria como revogar...” E eu lhe disse: no meu Governo, não vou assinar nada em favor dos sanguessugas, sem ler, sem pesquisar, sem documentar.

Então, Sr. Presidente, juntei os dados, toda a documentação da Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, já entreguei à CPI, que vai abrir um espaço para fiscalizar os atos que envolvem setores do Poder Executivo. Espero que a CPI investigue bem o meu Mato Grosso, para ver o conluio existente no Estado.

Essas pessoas, não tenho dúvida nenhuma, jamais conseguirão atingir a minha honra.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Solicito um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Concedo um aparte ao Senador Alvaro Dias.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Senador Antero Paes de Barros, não entro no mérito das questões suscitadas por V. Ex<sup>a</sup>, mas como seu colega de Partido, seu companheiro, seu amigo, tenho o dever de manifestar minha solidariedade a V. Ex<sup>a</sup> no momento em que é agredido injustamente e acusado irresponsavelmente. Todos nós conhecemos a postura ética imbatível de V. Ex<sup>a</sup>, por isso creio que será muito difícil atingi-lo. Poderão até derrotá-lo nas eleições, se conseguirem. Poderão derrotá-lo nas urnas.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Mas também será difícil, Senador.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Mas, certamente, como disse V. Ex<sup>a</sup>, encontrarão terríveis dificuldades. E, se conseguirem, derrotarão apenas no plano eleitoral, porque, no plano ético, não acredito. Seria para nós, seus colegas, a maior surpresa se isso ocorresse, mas temos consciência de que isso jamais ocorrerá. Basta olhar para o comportamento corajoso de V. Ex<sup>a</sup> em todos os momentos, expondo-se e combatendo implacavelmente os poderosos da corrupção; basta verificar essa sua trajetória para entender que a conduta de V. Ex<sup>a</sup> sempre merecerá aplausos por parte daqueles que estão indignados no Brasil diante de tantos escândalos de corrupção. Precisamos preservar e valorizar aqueles que ousam, como V. Ex<sup>a</sup> fez desde a CPMI do Banestado, enfrentar os poderosos da corrupção. As calúnias assacadas certamente frustrarão aqueles que as assacaram, porque, ao final, a verdade prevalecerá.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Agradeço o aparte do Senador Alvaro Dias.

Agradeço também ao Senador Marcos Guerra. Tenho vôo agora para Cuiabá. Vou cuidar da minha campanha, vou lá para falar com os eleitores. Penso que a situação está boa: quanto mais tentarem agredir-nos, mais eles ficarão sacrificados.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde!

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Antero Paes de Barros.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, do PT de Santa Catarina. Em seguida, eu a concederei ao Senador Roberto Cavalcanti e, depois, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Agradeço-lhe, Sr. Presidente.

Cumprimento as Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs. Senadores presentes nesta sessão de quarta-feira. Trago à tribuna algumas matérias dos jornais de hoje e dos últimos dias que entendo serem pertinentes e que estão profundamente relacionadas entre si.

A primeira matéria, publicada em vários jornais, versa sobre os estudos do Professor Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas, nossa querida FGV, que faz a análise dos dados que apontam, de forma significativa, a diminuição da desigualdade em nosso País.

O estudo do Professor Marcelo Néri nos informa:

O mercado de trabalho brasileiro promoveu nos últimos quatro anos uma melhor distribuição de renda. Entre março de 2002 e junho deste ano, a participação dos 50% mais pobres na renda nacional saltou de 10,11% para 12,20%, enquanto a fatia dos 10% mais ricos caiu de 49,12% para 46,89% no mesmo período. Com isso, o Índice de Gini, que mede a desigualdade da renda do trabalho e é melhor quanto mais perto de zero estiver, recuou de 0,633 para 0,600.

Portanto, esse é um recuo bastante significativo, que dá a prova inequívoca de que o crescimento econômico, enfim – há pessoas que não gostam disso –, talvez pela primeira vez na história, está absolutamente atrelado, vinculado à redução da desigualdade econômica em nosso País.

Peço que possa ser incluída a reportagem, na íntegra, do **Correio Braziliense**, em que me baseei para trazer as informações à tribuna, mas o assunto está em vários outros jornais. Inclusive, o **Valor Econômico** tem uma reportagem maior. Vários jornais estão registrando esse estudo importante do Professor Marcelo Néri, da FGV.

Outra matéria, que, com muito prazer, também trago à tribuna, é da Folha Online que diz:

Lucro da indústria quase triplicou durante Governo Lula.

As empresas do setor não-financeiro lucraram bem mais durante os três anos e meio do Governo Luiz Inácio Lula da Silva do que no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Levantamento da consultoria Econômica revela que o lucro de 180 empresas de diversos setores (excluídos os bancos) no segundo mandato de FHC chegou a R\$71,582 bilhões contra R\$213,973 bilhões

na gestão Lula. Ou seja, houve um crescimento de R\$142,4 bilhões ou de 198,9%.

Além disso, diz ainda a matéria da Folha Online: “Excluindo a Petrobras do cálculo, no segundo mandato de FHC as 179 empresas não-financeiras analisadas acumularam lucro de R\$ 29,2 bilhões, contra R\$136,5 bilhões na gestão Lula, o que mostra um avanço de 366%”.

Portanto, se for incluída a Petrobras, o comparativo de lucratividade das empresas é de 198%; se a retirarmos, as demais empresas têm um lucro comparativo, um crescimento de 366%.

É importante ver os dados setor a setor, Senador João Alberto:

Petrobras – Lucro de R\$42,285 bilhões sob FHC e de R\$77,439 bilhões sob Lula.

Energia elétrica – Prejuízo de R\$17,847 bilhões sob FHC e lucro de R\$14,753 bilhões com Lula.

Bancos – Lucro de R\$31,937 bilhões com FHC e de R\$57,637 bilhões sob Lula.

Siderurgia e Metalurgia – Lucro de R\$5,279 bilhões com FHC e de R\$28,554 bilhões com Lula.

Mineração – Ganho de R\$12,514 bilhões com FHC e de R\$29,195 bilhões com Lula.

Papel e Celulose – Lucro de R\$3,909 bilhões com FHC e de R\$10,954 bilhões com Lula.

Química – Lucro de R\$2,375 bilhões com FHC e de R\$8,122 bilhões com Lula.

Telecomunicações – Ganho de R\$9,469 bilhões com FHC e de R\$13,777 bilhões com Lula.

Alimentos e bebidas – Lucro de R\$4,683 bilhões com FHC e de R\$8,203 bilhões com Lula.

Veículos e peças – Lucro de R\$4,950 bilhões com FHC e de R\$4,187 bilhões com Lula.

Portanto, de setor a setor, conforme dados levantados pela empresa de consultoria Econômica, é esse o placar extremamente significativo para os que entendem como importante fazer este País desenvolver distribuindo renda.

Além de matérias sobre a diminuição da desigualdade, há ainda as reportagens da semana passada. Trago a nacional e também a do meu Estado. Todos os jornais da semana passada deram informações a respeito dos acordos salariais, divulgando que os acordos salariais negociados no primeiro semestre deste ano batem a inflação, correspondem a um aumento real de salário em 81,9%.

**O Sr. Marcos Guerra** (PSDB – ES) – Senadora Ideli, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Pois não, Senador Marcos Guerra.



**O Sr. Marcos Guerra** (PSDB – ES) – Não quero entrar em números com V. Ex<sup>a</sup>, mas, quando V. Ex<sup>a</sup> fala em lucros, vou chamar a atenção para uma única empresa, que é a grande responsável pelo desenvolvimento do País, pelo combustível. O petróleo está presente em praticamente toda a economia do País. Por que uma empresa como a Petrobras, que teve R\$77 bilhões de lucro no Governo Lula, aumenta tanto o preço do combustível se ela é uma empresa tão lucrativa? Acredito que o lucro vem do produto que se vende. Então, gostaria de ter essa resposta de V. Ex<sup>a</sup>, porque esses aumentos, infelizmente, oneram o custo dos nossos produtos em geral.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Senador Marcos Guerra, caso eu não possa responder à altura, quero deixar consignado, em primeiro lugar, que o preço do petróleo está vinculado ao mercado internacional e segue essa regra. Portanto, todos os contratos e tudo aquilo relacionado com preço estão vinculados ao preço internacional do petróleo. Medidas que poderíamos adotar para fazer uma modificação nos valores dos preços dos combustíveis vendidos dentro do País muitas vezes são impraticáveis, tendo em vista que temos de respeitar os contratos internacionais.

Além disso, infelizmente, a Petrobras teve ações vendidas na Bolsa de Nova York. Durante o Governo Fernando Henrique, essa empresa não foi privatizada, mas parcela significativa de suas ações foi vendida. Por isso, a empresa está também sujeita ao controle dos acionistas minoritários. Tudo isso é levado em consideração na hora de estabelecer as políticas de preço.

De qualquer maneira, o gás de cozinha, que é um produto de consumo das classes de baixa renda, está com seu preço praticamente congelado durante todo o período do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Neste momento, pela alta do petróleo, já deveria ter havido reajustes significativos no preço da gasolina. Portanto, eu gostaria de ficar por aqui, até porque gostaria de terminar minha exposição e já estou sendo acionada.

**O Sr. Marcos Guerra** (PSDB – ES) – Peço-lhe apenas um segundo, Senadora.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Não há problema algum em trazer ao debate, em outro momento, a política de preços da Petrobras...

**O Sr. Marcos Guerra** (PSDB – ES) – Mas o Brasil... Veja bem: a Petrobras...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Senador Marcos Guerra, posso ser bem sincera? Não tenho problema em trazer esse assunto ao debate em outro momento, mas eu gostaria de concluir meu pronunciamento. O Presidente é rígido – e está correto em sê-lo –, e quero concluir ainda algumas questões, se V. Ex<sup>a</sup> me permite. Peço também desculpas ao Senador Sibá Machado.

Eu trouxe aqui dados referentes à redução das desigualdades; são estudos realizados por renomado cientista político da Fundação Getúlio Vargas. Trouxe

também os comparativos relacionados à lucratividade das empresas, feitas pela consultoria Economática. O Dieese, ao longo da semana passada, divulgou os dados dos acordos salariais, em que 81,9% de todos os acordos salariais negociados no primeiro semestre foram superiores à inflação – portanto, os trabalhadores tiveram aumento real de salário. Se pegarmos os que conseguiram entre aumento real e recuperação da inflação, praticamente a totalidade dos acordos salariais, 95,6% deles, foi celebrada com recuperação da inflação ou com aumento real – 82% como aumento real de salário. Inclusive, no meu Estado, o Dieese fez a pesquisa em Santa Catarina, e os acordos salariais do primeiro semestre são os melhores dos últimos dez anos.

Para concluir, Sr. Presidente, a edição de hoje do jornal **Folha de S. Paulo**, que traz mais uma pesquisa – não quero falar dos números da pesquisa, que é sempre uma fotografia do momento –, mostra o crescimento de dois pontos do Presidente Lula, 1% de crescimento do Alckmin e a redução de 1% da Senadora Heloísa Helena. No entanto, o que merece destaque efetivamente é que, nessa pesquisa, o Governo é visto como bom ou ótimo por 52% dos pesquisados. E o Datafolha aponta que esse índice é o maior desde 1987.

**A Folha de S. Paulo** apresenta o gráfico das avaliações dos últimos governos, desde 1987, apontando os 52% de ótimo e bom de avaliação do Governo pela população pesquisada, segundo o Datafolha, o que é um recorde. O outro percentual que mais se aproximou desses 52% se deu em dezembro de 1996, de 47% no primeiro mandato do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Portanto, se estamos distribuindo renda, se estamos desenvolvendo com lucratividade os setores produtivos de forma significativamente melhor do que no governo que nos antecedeu, se estamos fazendo com que os trabalhadores, nos seus acordos salariais, tenham ganhos, aumentos significativos acima da inflação, nada mais poderia estar acontecendo.

Consigo entender, dessa forma, como uma decorrência natural que a população faça uma avaliação positiva, inclusive com o recorde do último período, desde 1987, das ações do Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Portanto, são esses os dados, todos de órgãos reconhecidos e avaliados como isentos pela sociedade brasileira, numa demonstração inequívoca de que crescer com distribuição de renda é o caminho que o País escolheu.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A  
SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## Diminui a desigualdade

O mercado de trabalho brasileiro promoveu nos últimos quatro anos uma melhor distribuição de renda. Entre março de 2002 e junho deste ano, a participação dos 50% mais pobres na renda nacional saltou de 10,11% para 12,20%, enquanto a fatia dos 10% mais ricos caiu de 49,12% para 46,89% no mesmo período. Com isso, o Índice de Gini, que mede a desigualdade da renda do trabalho e é melhor quanto mais perto de zero estiver, recuou de 0,633 para 0,600. Outro indicador da melhora é a redução no percentual de trabalhadores pobres, que antes representavam 23,95% da força de trabalho do país e hoje somam 18,57%. Os dados são da Fun-

dação Getúlio Vargas (FGV).

Autor do estudo, Marcelo Neri, ressalta que a redução da desigualdade no mercado de trabalho não é fruto da política de aumento do salário mínimo implementada pelo governo Lula. Segundo ele, a maior parte dessa evolução foi concentrada entre abril e julho de 2004, quando a participação dos mais pobres na renda nacional saltou de 10,50% para 11,62%, o Índice de Gini caiu de 0,626 para 0,609 e os trabalhadores pobres passaram de 23,88% para 19,45% do total. Mas foi justamente em 2004 que o salário mínimo registrou seu menor aumento real. O valor subiu de R\$ 240 para R\$ 260, um aumento de 8,33%. Descontada a inflação de 7,60%, o ganho real limitou-se a apenas 0,77%.

Segundo Neri, em 2005 e 2006, quando o aumento real

do salário mínimo foi de 9% e 13%, respectivamente, não houve redução significativa da desigualdade. "Pelo contrário, o aumento do mínimo tem gerado demissões", afirmou o economista.

### Renda média

No período analisado pela FGV, a renda média do trabalhador brasileiro cresceu 5,5%, atingindo R\$ 415 em junho último. Embora ainda ganhem 23 vezes menos que os abastados, foram os mais pobres que tiveram melhor ganho de renda. Entre 2002 e 2006, os 50% mais pobres viram sua renda média crescer 29,5%, de R\$ 59,49 para R\$ 77,03, enquanto os 10% mais ricos tiveram apenas 1,18% de ganho, de R\$ 1.775,23 para 1.796,23. No mesmo período, os 40% intermediários (a conhecida classe média) tiveram 7,75% de ganho real, de

R\$ 342,16 para R\$ 368,69. Segundo Neri, entre 2000 e 2004 o Índice de Gini de todas as fontes de renda (salários, transferências de renda e aposentadorias) recuou de 0,586 para 0,574. "O Brasil saiu da 3ª pior posição para a 10ª. O crescimento econômico, enfim, está reduzindo a desigualdade", afirmou. (MT e LP)

## PONTO A PONTO// CARLOS KAWALL

### Ajuste fiscal é o desafio

O secretário do Tesouro Nacional, Carlos Kawall, tem compensado a falta de experiência nos meandros do poder em Brasília com a vivência no mercado financeiro, onde trabalhou por 12 anos. Por enquanto, está se adaptando ao contato periódico com parlamentares e com a securo do ar na capital. Ao assumir o Ministério da Fazenda em abril, Guido Mantega convocou o auxiliar na diretoria do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para estar à frente da política fiscal e da administração da dívida. Para o secretário, está chegando o momento em que o governo deverá enfrentar a difícil questão do corte de gastos. "O desafio dos próximos anos é um ajuste fiscal com foco, sobretudo, nas despesas correntes. Esse é o ponto", disse ao Correio. A seguir, os principais trechos da entrevista.

A trajetória declinante é importante. O superávit fiscal de 4,25% do PIB permite a queda da dívida dentro de parâmetros de mercado. Acha-mos que a dívida em 40% do PIB, por volta de 2011, é um bom número. O perfil melhorou. A parcela atrelada à Selic vai ficar em torno de 40% neste ano, numa redução de 10 pontos percentuais. Em 2007, podemos evoluir para 33% da dívida. Hoje, a parcela de prefixados e dos títulos corrigidos pela inflação é de 52%. No passado, era de 25%. Isso reduziu o risco da dívida. Hoje, uma desvalorização do real de 1% até

diminui o estoque porque somos credores em dólar. O aumento de um ponto percentual na Selic causa um impacto de apenas 0,22%.

Este será o oitavo ano consecutivo de cumprimento da meta de superávit primário. Mas, como todos sabem, o superávit foi pautado por uma forte elevação de receitas. Desde 1996, temos tido aumento de despesas correntes em relação ao PIB em todos os anos, com exceção de 2003. O debate está evoluindo para além da meta primária. Será que devemos continuar no rumo de um resultado fiscal dependente do



**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí, pela ordem.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas pedir que V. Ex<sup>a</sup> determine à Mesa que me remeta, o mais rápido possível, esse brilhante discurso, feito aqui pela Liderança do PT, em que faz uma apologia do capital e se esquece dos empregados, no exato momento em que a Volkswagen ameaça o fechamento de fábricas.

Em seguida, Sr. Presidente, encaminharei requerimento solicitando informações da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina sobre as indústrias produtoras daquele Estado: indústrias do setor têxtil, do setor de azulejos e, acima de tudo, dos que investem no campo, na agropecuária – a Sadia e todas as empresas que geram emprego naquele Estado, como também do setor de calçados. É um pedido que faço: que a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina me mande um quadro desse mar de rosas em que vive o Estado nesses quatro anos do Governo Lula. Evidentemente, peço que essa cópia seja também remetida para o Presidente do Sindicato dos Funcionários dos Trabalhadores da Volkswagen do Brasil. São pedidos impessoais, apenas cumprindo aqui o meu dever de Senador da República.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Alvaro Dias.

Eu vou atender V. Ex<sup>a</sup>, Senador Heráclito Fortes, com referência à cópia do pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Após a fala do Senador Alvaro Dias, concederei a palavra a V. Ex<sup>a</sup> pela ordem.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pela ordem.) – Solicito a V. Ex<sup>a</sup> minha inscrição como Líder da Minoria.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito.

Com a palavra pela ordem a Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Senador, considero bastante relevante pedirmos o detalhamento da

situação não somente no meu Estado, que enfrenta problemas em alguns setores. Não tenho problema algum em fazer o debate aqui. Devemos levar em conta o embargo à exportação da carne suína determinado pela Rússia. Tivemos a agroindústria afetada, sim. Apesar de não haver nenhuma incidência ou qualquer situação delicada no Estado, fomos afetados pela gripe aviária. E temos setores com problemas de câmbio, como o moveleiro e o calçadista, como acontece em outros Estados. Não há problema algum, porque Santa Catarina tem outros setores que acabam compensando. Nós podemos fazer aqui o debate de forma tranqüila, mas acho que valeria a pena ter um levantamento – quero solicitar ao Senador Heráclito que faça isso – para todos os Estados, inclusive para o Estado de S. Ex<sup>a</sup>, para que possamos ter o detalhamento.

Já tive a oportunidade aqui, em vários momentos, de detalhar, por exemplo para o Senador Marcos Guerra, sobre a geração de empregos no Estado de S. Ex<sup>a</sup> e o crescimento ao longo dos últimos dez anos. Penso que podemos fazer esse debate com tranqüilidade.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Heráclito, eu não gostaria do debate paralelo em plenário. Gostaria que V. Ex<sup>a</sup> apenas registrasse sua opinião a respeito do que disse a Senadora Ideli Salvatti.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – S. Ex<sup>a</sup> me facilita muito as coisas e pode ter acesso ao Governo do Estado do Piauí, que é do PT, ao qual eu não tenho. O Estado do Piauí está vivendo seus piores momentos.

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – À Federação V. Ex<sup>a</sup> deve ter acesso.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – O Estado do Piauí está vivendo os piores momentos de um Governo de promessas e de factóides, muito parecido com o Governo Federal. De qualquer maneira, eu vou procurar...

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Senador Heráclito, V. Ex<sup>a</sup> está dizendo que as análises e os estudos da Fundação Getúlio Vargas e do Dieese são factóides? É isso que V. Ex<sup>a</sup> está dizendo?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Eu não falei de Fundação Getúlio Vargas.

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Porque aí eu só posso lamentar.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Permita-me, Senadora Ideli.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Eu falei do Governo do Estado do Piauí. Lá, não tem nada. Portanto, já fica de V. Ex<sup>a</sup> aqui a resposta de que o Governo comandado pelo seu Partido no Piauí não fomentou indústria. Vivemos no Piauí a crise da soja, e a indústria passa o seu pior momento. Agora me admira uma Senadora por Santa Catarina fazer a apologia do lucro dos banqueiros e dos industriais no Brasil enquanto o seu Estado passa dificuldades!

Está aí, Sr. Presidente, a justificativa do jantar do Presidente da República hoje com os que mais lucraram no Brasil. Assim é bom se confraternizar, enquanto setores consideráveis da produção no Brasil passam dificuldades. Durma-se com um barulho desses.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias pela Liderança da Minoria.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Não pedi pelo meu Partido porque sabia que ia falar. Se for, eu peço pela Liderança do meu Partido.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mas Senador, o Senador Alvaro Dias é o Líder da Minoria.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sim, mas o Líder do meu Partido aqui está também para me indicar.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mas V. Ex<sup>a</sup> não disse naquele momento, e S. Ex<sup>a</sup> tem...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Porque V. Ex<sup>a</sup> disse que eu ia falar.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Eu cedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mas seria, no caso, o Senador Roberto Cavalcanti do Partido Republicano Brasileiro. V. Ex<sup>a</sup> me permita. Deixe-me conceder a palavra ao Senador Alvaro Dias. E, se V. Ex<sup>a</sup> for falar pela Liderança do PFL, eu concederei a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, com muita satisfação.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias, ex-Governador do Paraná, pela Liderança da Minoria, do PSDB do Paraná.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos, por gentileza.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pela Liderança do PR. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 23 DE AGOSTO, DE 2006, QUE, RETIRA-**

**DO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Por permuta com o Senador Roberto Cavalcanti, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, ex-Governador da Bahia e ex-Presidente do Senado Federal, do PFL da Bahia.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>, por dez minutos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, as minhas primeiras palavras são de agradecimento ao nosso Colega que tanto conquista, em pouco tempo, a amizade e o respeito de todos nesta Casa: o Senador Roberto Cavalcanti. S. Ex<sup>a</sup> é uma figura que, realmente, todos nós torcemos para que continue neste Plenário.

Sr. Presidente, estamos diante de uma situação inacreditável: na Bahia, muda-se o candidato sem a Justiça Eleitoral permitir. Jaques Wagner era o candidato e não é mais. O candidato é o Presidente Lula, Sr. Presidente!

Advirto V. Ex<sup>a</sup> para chamar a atenção do nosso Tribunal Superior Eleitoral, composto de gente muito decente, principalmente o seu Presidente, Marco Aurélio, para o fato de que todo programa do PT, do primeiro ao último minuto, é de Lula. Lula faz questão de ser derrotado na Bahia e tirou o seu amigo íntimo. Jaques Wagner desapareceu e aparece Lula de corpo inteiro – coisa que, aliás, não é boa – na televisão, durante todo o tempo.

Em segundo lugar, quero dizer que, se aqui estivesse ontem, eu teria respondido ao Sr. Roberto Saturnino, que agrediu a memória de Juscelino Kubitschek, logo nos 30 anos de sua morte, comparando os ladrões do atual Governo ao Governo Kubitschek. Eu reagiria, com todo vigor, e provavelmente, se V. Ex<sup>a</sup> estivesse aqui, teria de suspender a sessão.

Infelizmente ou felizmente, eu não estava presente, porque eu não poderia permitir isso de um Senador da República com quem não mantenho relações e que talvez não devesse estar aqui, posto que dividiu seu mandato ao meio com o substituto Carlos Luppi, mas não cumpriu. O processo foi ao Conselho de Ética, e não se fez nada!

Uma advertência para quem comete um crime desse, Sr. Presidente, não é o que desejavam fazer comigo em outra época. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que não cabe advertência, cabe a perda do mandato. O sujeito, por meio de uma carta, passa metade do seu mandato

para seu suplente. E não cumpriu. É algo totalmente diferente.

Tenho procurado tratá-lo convenientemente, sem amor, mas sem ódio. E ele não deveria fazer isso com o Presidente Kubitschek, que tem seu nome gravado no Brasil, enquanto ele não o tem na Prefeitura do Rio de Janeiro, porque, ao contrário, foi a pessoa mais fraca que saiu da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, acho que é uma vergonha esses números falsos apresentados pela Líder do PT! Eles são falsos, e lê-se no próprio **O Globo** de hoje: “Lula erra na TV: inflação no seu Governo não é a menor, foi menor no Governo Fernando Henrique”. Esse é um dado; outros foram salientados pelo Senador Heráclito Fortes. Tudo é uma farsa, mas uma farsa que beneficia os poderosos.

Ele, que era um torneiro mecânico, pobre, paupérrimo, que veio em um pau-de-arara, janta hoje – ou jantou ontem – com os milionários do Brasil: os banqueiros; com os empresários maiores deste País, ele janta. E, na véspera da eleição, esses jantares têm um significado diferente!

Vejam bem, não se admite mais caixa dois, e esse jantar tem um significado. Por que só agora? Por que tiveram lucros tão grandes? Por que mentem nos números, como diz bem **O Globo**? Por que pediu à ONU para não averiguar a situação de corrupção no Brasil antes das eleições? Está aqui: porque se a ONU viesse verificar, diria que nenhum país, nem mesmo os da África, vive uma situação tão grave quanto o Brasil no que se refere à corrupção; corrupção essa que parte do Palácio do Planalto e segue em todos os Ministérios.

Ora, não é sem razão que ele designa um homem do Ministério da Saúde, um da era dos vampiros, dos sanguessugas para representá-lo no evento da sua campanha. Está aqui também. Hoje, ele indica um sanguessuga para isso.

Sr. Presidente, é uma situação grave esta do País! Este Presidente não toma juízo!

O único dado certo que a Senadora apresentou, com certeza, é o de que aumentou o consumo de bebidas no Palácio do Planalto. Quanto a isso, não há dúvida, ninguém duvida, ninguém contesta, até porque ele diz que gosta de tomar seu uísque, seu vinho e sua cachacinha. É o próprio Presidente da República quem o diz! E é uma pena que não digamos isso no nosso programa eleitoral. Aí vai uma crítica ao PSDB e ao PFL, no caso, de não apresentar fatos graves como esse no programa eleitoral.

Defenderei – e não defendi – o governo Fernando Henrique, comparando-o com o de Lula. Não há comparação possível nem em relação aos números, nem em relação à moralidade! Fiz críticas fortes ao governo Fernando Henrique, mas sua honorabilidade nunca poderá ser comparada à do Presidente Lula ou à de qualquer Ministro do Presidente Lula.

Defendo-o aqui e agora, dizendo que estarei pronto, em qualquer trincheira, para lutar pela moralidade pública do Brasil.

Ontem, eu disse aqui – e alguém duvidou – que Lula fez comentários favoráveis ao governo militar brasileiro. Elogiou o General Emílio Garrastazu Médici, que, segundo o jornal – com o que não concordo –, foi quem mais fez repressão militar no País.

Ainda há mais: no auge da ditadura, vivemos um *boom* de empregos na história deste País, e houve um crescimento de 10% ao ano.

O que dizer de um País que está crescendo apenas 2,5%? É Lula quem o diz: 1970 foi a maior época de empregos, e houve o maior crescimento do PIB brasileiro.

É Lula quem diz que o regime militar teve essas virtudes; e registra outras que, certamente, farei publicar.

Sr. Presidente, cumpro meu dever nesta tribuna, chamando mais uma vez a atenção do Tribunal Superior Eleitoral para o fato de que não se pode mudar candidato a não ser oficialmente. Já tiraram o Jaques Wagner e colocaram o Lula na Bahia. O Governador Paulo Souto pouco se incomodou, porque, com Lula ou Jaques Wagner, ele vai vencer no primeiro turno com uma grande diferença.

Por tudo isso, quero pedir moralidade na administração, decência nas eleições e, sobretudo, que o Presidente da República não se utilize, como certamente vai fazê-lo, de caixa dois, prática que ele tanto condenou, mas que achou natural quando esteve na França. Hoje, ele tem todos os elementos do caixa dois, todos aqueles que respondem a inquéritos, os mais graves, na República, ainda não solucionados, como aqueles do seu Estado-Maior.

Portanto, o Brasil com Lula é uma sede de corrupção do mundo inteiro, é o País mais corrupto que existe no universo.

Muito obrigado!

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM  
SEU PRONUNCIAMENTO**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# **Petista também fez elogios aos militares**

**DA REDAÇÃO**

Lula também já fez comentários favoráveis a políticas do governo militar brasileiro. Em 29 de agosto de 2002, ano em que foi eleito, ele elogiou o governo do general Emílio Garrastazu Médici, cuja gestão (1969-1974) marcou o período de maior repressão política e policial do regime militar.

Para se contrapor ao que considerava falta de planejamento estratégico do governo tucano de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Lula disse: "Em 1970, no auge da ditadura, vivemos o maior boom de empregos da história desse país, a um crescimento de 10% ao ano".

A afirmação foi feita em entrevista ao "Bom dia Brasil", da Rede Globo. Questionado sobre as altas taxas de inflação deixadas pelos militares, Lula respondeu: "Não é verdade". O presidente ressaltou, porém, que "não vale a pena viver sem liberdade" e que luta pela democracia.

Em julho de 2001, em Minas Gerais, Lula já havia feito outros elogios a militares: "Eles criaram o pólo petroquímico e empresas de energia", disse.

Texto Anterior: Eleições 2006/Presidência: Alckmin diz que vai usar Forças Armadas no combate ao crime

Próximo Texto: Eleições 2006/Regras do jogo: Justiça restringe imagem de Lula em SP

Índice



**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu é que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, do PSDB de Minas Gerais, ex-Governador das Alterosas.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, volto a esta tribuna para, mais uma vez, manifestar a minha preocupação com o andamento das obras do metrô de Belo Horizonte, ou melhor, com o descaso do Governo Federal, no que diz respeito à aplicação dos recursos para essa obra, que foi iniciada há cerca de 20 anos.

Minha indignação, nobres colegas, encontra razão quando observamos os valores da execução orçamentária da União, disponíveis no Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro – o Siaf. Chocaria afirmar que, do Orçamento de 2006, um centavo sequer chegou a ser aplicado no sistema ferroviário de transporte urbano da capital mineira. Todos sabem que a proposta orçamentária deste ano só foi aprovada no mês de abril, mas os dados demonstram a pouca liberação financeira para essa obra.

O que verdadeiramente respalda este pronunciamento são os números referentes a Orçamentos de anos anteriores, tendo como referência as obras do metrô de Belo Horizonte. Dos R\$110,7 milhões aprovados para execução em 2005, R\$16,1 milhões foram efetivamente pagos, ou seja, apenas 14% do total foram liberados. Para 2004, estavam previstos investimentos de R\$50,7 milhões, dos quais R\$25,3 milhões, ou 49%, foram pagos. Em 2003, dos R\$60,2 milhões aprovados pelo Congresso, as obras do metrô receberam apenas R\$12,3 milhões, ou seja, um percentual de 20,5%. Portanto, foram repassados 20% em 2003, 49% em 2004 e 14% em 2005, em relação ao metrô de Belo Horizonte.

Destrinchando ainda mais esses dados, tive a comprovação do que havia alertado já em outubro do ano passado, nesta mesma tribuna: o anúncio de que iria investir nas linhas 2 e 3 do metrô de Belo Horizonte era mais uma entre as muitas falácias deste Governo Federal.

A despeito de as obras da linha 1 não terem sido concluídas, a CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos, anunciou números espetaculares para o novo trecho: 20 quilômetros de linhas subterrâneas, mais de 20 estações e investimentos de R\$4,5 bilhões. Imaginem quem consegue executar apenas R\$16 milhões dos R\$110 milhões do ano passado vir falar em R\$4,5 bilhões.

Já seria absurdo o Governo Federal falar na construção de uma nova linha subterrânea, sem dar seguimento ao ramal do Barreiro – que beneficiaria, sobretudo, uma das mais populosas regiões da capital – e sem liberar os recursos para terminar a linha 1. Mas absurdo, mesmo, é constatar, pelo Siafi, que essa alardeada obra nada recebeu em recursos da União. Aliás, na proposta para 2005, não havia qualquer previsão de recursos para o novo trecho, que foi incluído a partir de ação da Bancada mineira no Congresso.

Nobres Colegas, Sr. Presidente, não é segredo para ninguém a habitual conduta do Presidente Lula de fazer comparações entre o seu Governo e os Governos anteriores. Hoje, porém, peço licença a ele para lançar mão do mesmo recurso. Faço questão de voltar na História e citar os valores repassados durante as gestões do PSDB no Estado e na Presidência para as obras do metrô de Belo Horizonte.

De acordo com o Siafi, em 1995 – meu primeiro ano como Governador do Estado de Minas –, foi feita a liberação de R\$33,5 milhões dos R\$64,2 milhões previstos no Orçamento – ou seja, 52%. Já em 1997, conseguimos ampliar esse percentual para 76,4%, com investimentos de R\$77 milhões, dos quais R\$60 milhões foram pagos. Em 1998, já no último ano de Governo, foram efetivamente investidos R\$99,1 milhões – 82,2% dos R\$120 milhões constantes na Lei Orçamentária.

Nos primeiros quatro anos de seu Governo, o PT – que há mais de 12 anos comanda também a Prefeitura de Belo Horizonte – conseguiu investir apenas R\$54 milhões nas obras do metrô da capital. Nos quatro anos de sua primeira gestão, o Governo tucano investiu R\$192 milhões. Portanto, foram investidos R\$54 milhões no atual Governo do PT e R\$192 milhões no Governo anterior.

Alguns podem concluir que a União tende a beneficiar os Estados cujos governantes são aliados do poder central, mas não é essa a visão que o PSDB tem. O PSDB não tem esse pensamento mesquinho. Não é segredo para ninguém que nunca foram das melhores as relações entre o meu sucessor no Governo de Minas e o Planalto.

Pois vejam só: o Orçamento de 2000 previa recursos de R\$81,8 milhões, dos quais foram pagos 60,3% – R\$49 milhões. Já em 2001, foram efetivamente aplicados R\$67,7 milhões, ou seja 65% dos R\$105 milhões previstos.

Ainda comparando, em apenas dois anos da sua segunda gestão, o PSDB investiu R\$116,7 milhões no metrô de Belo Horizonte.



Quantas vezes esses investimentos, somados ou isolados, são superiores aos feitos pelo Governo do PT? Quatro, cinco vezes.

O PT, que era extremamente crítico durante o Governo passado em relação a esse metrô, que fazia manifestações e convocava a população para dizer que não era possível essa obra receber tão pouco recurso, consegue, agora, menos recursos ainda para liberação.

Tenho, comigo, uma edição de um jornal de Belo Horizonte, o **Estado de Minas**, de ontem, terça-feira, que diz: “Metrô – desprezado pela União”, mostrando que os investimentos do metrô de Belo Horizonte foram muito inferiores aos de metrôs de outras capitais onde o Governo Federal tem, ainda, a sua responsabilidade, como Recife, Fortaleza e Salvador. Observem que Recife, Fortaleza e Salvador também fazem parte de Estados onde a aplicação de recursos é muito pequena.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Ouço, com prazer, o Senador Marco Maciel, do Estado de Pernambuco.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – Nobre Senador Eduardo Azeredo, V. Ex<sup>a</sup> fere, nesta tarde, um assunto que diz respeito não apenas ao Estado de Minas Gerais e, de modo especial, a sua capital e região metropolitana, como também a outros Estados da Federação, inclusive Pernambuco. V. Ex<sup>a</sup> observa, com propriedade, que o atual Governo desconsiderou a construção ou ampliação dos chamados metrôs dos diferentes Estados. Isso se aplica não somente a Minas Gerais, mas a Pernambuco, à Bahia e a muitos outros Estados. Para o caso de Pernambuco, nobre Senador, eu gostaria de chamar a atenção porque, no ano passado, sequer se abriu rubrica no Orçamento para se consignar verba para o metrô. Não fora uma emenda que apresentei, no valor de 60 milhões, que permitiu abrir rubrica, o metrô não teria um real sequer no Orçamento deste ano. O grave é que quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso concluiu sua administração a expansão do metrô de Recife estava prestes a ser inaugurada. Faltava um percentual muito pequeno para ser concluído, mas como em 2003 e 2004 os valores liberados foram insignificantes – e uma marca do Governo Lula é justamente fazer investimentos cadentes em Pernambuco –, o metrô não teve a sua ampliação concluída, o que é muito grave. Neste ano, em função de emenda que apresentei ao Orçamento, foi possível abrir-se uma rubrica. A partir daí, o Governo emitiu uma medida provisória e alocou algo como R\$78 milhões, que estão sendo liberados

em parcelas. Infelizmente, o que V. Ex<sup>a</sup> denuncia com relação a Minas se aplica a outros Estados da Federação. Lamento que isso ocorra, porque o metrô é um tipo de transporte de massa que beneficia sobretudo as pessoas de baixa renda. É um transporte que eu chamaria de “primeiro mundo para todo mundo”. Portanto, isso sempre foi uma prioridade. Quando fui Governador de Pernambuco, no início da década de 80, uma das preocupações minhas foi justamente essa questão. Iniciaram-se, então, os primeiros estudos e obras para a construção do metrô, o chamado Metro-rec. Agora, com a ampliação que está sendo feita, vamos passar de 160 mil para 400 mil passageiros/dia, o que vai beneficiar a população mais pobre, sobretudo a que mora na periferia e no grande Recife, e desafogar o tráfego urbano. Na medida em que se usa mais o transporte sobre linhas férreas – como é o caso do metrô –, de alguma forma se reduz o número de linhas de ônibus, que contribuem para congestionar o tráfego na cidade-mãe, Recife, e nas cidades circunvizinhas. O metrô tem inúmeras vantagens. Espero que o apelo de V. Ex<sup>a</sup> seja ouvido – e aqui o reforço –, para que se dê prioridade a esse tipo de transporte, até por um reconhecimento do direito que tem o trabalhador a um transporte de melhor qualidade, o que não está sendo assim entendido pelo Governo Federal. E mais: um transporte de melhor qualidade, sobretudo para quem – como são os trabalhadores de mais baixa renda, que moram longe dos estabelecimentos em que trabalham – consomem grande parte do tempo – o que é muito grave – para se deslocarem até o trabalho e retornarem às suas casas. Há capitais em que esse percurso significa quatro, cinco horas de lazer sacrificadas em função do deslocamento para o trabalho, e, às vezes, em condições muito precárias. Portanto, louvo a iniciativa de V. Ex<sup>a</sup> em trazer esse assunto na tarde de hoje. Espero que o Governo seja mais atento a esse tipo de transporte tão importante em um País que não somente se urbanizou, mas se metropolizou sobretudo, porque, como sabe V. Ex<sup>a</sup>, o processo de urbanização brasileira, especialmente o de migração no Brasil, não foi só um processo campo-cidade, mas das pequenas e médias cidades para as grandes cidades, para as capitais, que se converteram em grandes aglomerados humanos, exigindo, por isso, intervenções muito importantes, não somente no abastecimento, mas no transporte e também na questão de saúde e educação. Era o que tinha a dizer. Cumprimento, mais uma vez, V. Ex<sup>a</sup>, pelo discurso que profere nesta Casa.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Senador Marco Maciel, V. Ex<sup>a</sup>, realmente, enriquece este meu pronunciamento, como homem público que é, como Vice-Presidente da República que foi, trazendo

do exatamente a mesma visão do que hoje ocorre em Pernambuco.

Veja V. Ex<sup>a</sup> que, no primeiro programa do Presidente Lula, nessa campanha reeleição, ele anunciou que estava investindo nos metrô de Recife, Belo Horizonte, Fortaleza e Salvador, quando, na verdade, isso não está acontecendo devidamente. Tanto é que, no programa seguinte, foi dito que havia projetos para a ampliação dos metrô, reconhecendo o erro do primeiro programa.

O fato é que, tirando São Paulo, as outras grandes cidades brasileiras não podem dizer que possuem sistema de metrô. São Paulo tem quatro linhas funcionando, fruto da ação inclusive do Governo do Estado. No entanto, nas demais grandes cidades brasileiras, os metrô ainda são tentativas de transporte de massa, diria. Em Belo Horizonte, não chegamos ainda às 150 mil pessoas. Este número gira em torno de 130 a 140 mil pessoas/dia. O transporte via ônibus, por melhor que seja – considero até que o transporte de Belo Horizonte está acima da média –, não consegue atender a massa de trabalhadores que o utilizam, porque as vias são finitas e, com tantos carros e ônibus que entrem todos os meses nas nossas grandes cidades, a cada dia fica mais difícil.

Belo Horizonte necessita e há muito espera por um metrô de grande extensão, subterrâneo, que facilite a vida de milhões de pessoas que, mensalmente, usam o transporte coletivo em toda a região metropolitana.

Estamos passando por um momento importantíssimo da vida brasileira. Momento em que o cidadão se prepara para ir às urnas escolher seus novos representantes. E é a esses a quem me dirijo agora.

Obras estruturantes, de extremo valor para a população, não podem ficar apenas no discurso. Aqueles que pretendem conduzir o País e, em particular, o meu Estado de Minas Gerais, peço que incluam em seus programas de governo, como o Governador Aécio Neves as incluiu, não apenas as obras do metrô, mas tantas outras que o Estado e o País necessitam. E mais: há a necessidade de empenho para que elas sejam levadas a cabo.

As dificuldades vividas por milhares de trabalhadores, diariamente, gastando parte preciosa do seu tempo dentro de ônibus, em pé quase sempre, não podem passar despercebidas.

O Poder Público não deve e não pode ficar insensível! O tempo perdido no trânsito poderia ser melhor aproveitado no aprimoramento educacional, no convívio familiar, ou no simples lazer.

Ainda na última semana, pude ver, na Avenida Amazonas, em Belo Horizonte, ao me dirigir à cidade de Betim para o comício do candidato à Presidente,

Geraldo Alckmin, pude ver as filas nos pontos de ônibus – filas enormes e ônibus repletos. Ironicamente, acabara de ver o programa eleitoral do PT, em que o Presidente Lula iludia à opinião pública ao propagandar as obras dos metrô de Belo Horizonte, Fortaleza, Salvador e Recife, como mencionei anteriormente.

Como bem demonstrei neste pronunciamento, com números, trata-se de mera propaganda desprovida de base real.

Solicitei ao nosso candidato a Presidente, Geraldo Alckmin que, se eleito, dê a necessária atenção ao metrô de Belo Horizonte. Sei que o fará, pelo seu compromisso demonstrado com o metrô de São Paulo enquanto Governador daquele Estado.

Geraldo Alckmin, ao lado de Aécio Neves, em Betim, na grande Belo Horizonte, garantiu essa prioridade, explicitando ainda a importância de o metrô ser estendido de Contagem a Betim, de forma a beneficiar milhares de mineiros, milhares de trabalhadoras e trabalhadores.

Há poucas semanas, abordei, aqui, a necessidade de um plano arrojado de duplicação das principais estradas brasileiras. Não dá para continuarmos apenas com os tapa-buracos; temos de ter uma visão de futuro.

É hora de duplicarmos as principais estradas brasileiras! Algumas delas, Senador João Alberto Souza, ainda são da época de Juscelino Kubitschek. Precisamos que essas obras estejam de acordo com o crescimento do País.

O mesmo arrojado é necessário para enfrentar o problema do transporte coletivo nas grandes cidades, por intermédio do metrô e da duplicação de estradas, entre as grandes capitais.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador Eduardo Azeredo, V. Ex<sup>a</sup> permite-me um aparte?

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Ouço V. Ex<sup>a</sup>, Senador Sibá Machado, com muito prazer.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> chama a atenção do Brasil para a questão da infraestrutura em transporte. Realmente é um apelo nacional. Tem-me chamado a atenção o fato de o Brasil haver priorizado o transporte rodoviário. Nosso País tem um índice pluviométrico bastante elevado, e o intemperismo químico e físico, principalmente no Centro-Sul do Brasil, causam fortes choques de temperatura. Por isso, a resistência de nossas rodovias é, digamos, perecível. O Brasil, nesse campo, não copiou o modelo ferroviário nem dos Estados Unidos, nem da Europa. O Brasil, por ser um País continental, não usa o sistema ferroviário. Há também a questão das hidrovias, que também são pouco utilizadas e quase nada discutidas. Passando

para o transporte de cabotagem, soube que também é pouco utilizado. É claro que o transporte de uma carga via rodovia é bem mais confortável, porque se tem maior velocidade, além de a carga ser entregue porta a porta. Por isso, também é bem mais caro. No caso do transporte aquático, temos uma velocidade menor, o tempo no transporte maior e uma capacidade de carga de maior atendimento, o que reduz custos.

É preciso apostar ainda mais. É claro que se pegarmos os grandes eixos rodoviários que temos, veremos que alguns deles têm de ser melhorados, ampliados até, como V. Ex<sup>a</sup> coloca. Mas, preocupa-me, por estarmos sempre fazendo um chamamento aqui, preocupados com o transporte rodoviário, caríssimo, cada vez mais caro, e cuja manutenção também é de alto custo. O fluxo do transporte rodoviário do Centro-Sul até compensa ser privatizado, mas quando vamos para o Nordeste, para o Centro-Oeste e para a Amazônia, acho pouco provável que alguma empresa se interesse. A manutenção fica a cargo dos Estados e dos Municípios, os quais têm pouca condição para tal. Então, faço aqui um apelo nacional – no caso das ferrovias e das hidrovias –: que se evite a questão das cargas. Ano a ano o Brasil aumenta sua capacidade de produção no campo. Se Deus nos ajudar, no próximo ano podemos chegar a 150 milhões de toneladas. Haja carreta, haja caminhão para transportar toda essa produção do Centro-Sul até os portos, tendo em vista a capacidade de carga tão reduzida. Então, é o apelo que faço a V. Ex<sup>a</sup>: que insistamos na mudança da matriz de transporte do Brasil!

**O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) –** Senador Sibá Machado, agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que, na verdade, vem no mesmo sentido do pronunciamento que ora faço. Já tive a oportunidade de ocupar a tribuna para falar da questão ferroviária. Esta é uma questão em que o Brasil cometeu alguns erros na hora da privatização, mas, no geral, se mostrou acertada. Hoje, a participação do transporte ferroviário na matriz de transporte do Brasil cresceu.

Já estamos perto de 20% do transporte de carga por trem. Era da ordem de 13%. Evoluiu bastante. Uma das estradas não foi bem-sucedida, uma das privatizações; outras foram bem-sucedidas. Não tenho dúvidas sobre a questão do transporte sobre trilhos – e aqui falo do transporte de passageiros – nas grandes metrópoles, do metrô. O Brasil é um País continental. Sempre fui favorável e continuo defendendo que haja investimentos em ferrovias.

Sentimos que o Governo não consegue dar seguimento à questão das rodovias, que não consegue fazer concessões. O Governo Lula não fez uma concessão à iniciativa privada. São três anos e oito meses. Não é mais uma questão ideológica. Sei que o PT já mudou

muito a cabeça, nesse caso até para melhor. Já não tem o preconceito que tinha contra conceder uma estrada à iniciativa privada sob o regime de pedágio. Por que não consegue, então? Não fez nenhuma, não houve nenhuma. V. Ex<sup>a</sup> sabe de alguma? Não sei de nenhuma estrada que o Governo tenha, nesses três anos e oito meses, passado para o sistema de pedágio.

A rodovia Fernão Dias, entre Belo Horizonte e São Paulo, tem um trânsito que justifica a utilização de pedágio. O brasileiro já demonstrou que quando vê o resultado do investimento do dinheiro se convence da necessidade de pagá-lo. Não tenho dúvida de que quem paga um pedágio e vê que a estrada está em boa situação, em bom estado, fica convencido da necessidade daquele recurso. O Governo não fez. Não fez com as PPPs também, nas parcerias público-privadas, em alguns trechos onde o custo teria de ser alto demais para ser justificado, sob o ponto de vista econômico.

O Governador Aécio Neves, por exemplo, já está lá com o primeiro projeto de parceria público-privada em andamento. É uma rodovia de Minas, a MG – 50, que liga Belo Horizonte ao oeste mineiro, ao sudoeste mineiro.

Encaminho-me já para o encerramento, Sr. Presidente.

Vejam bem que caminhos existem para a questão das estradas. Sejam as PPPs, seja com recursos da Cide, seja com as concessões. O que realmente tem havido é uma demora muito grande.

Sei também reconhecer – já o fiz desta tribuna –, a questão da BR-040, que liga Belo Horizonte a Brasília, que está prevista. O Governo abriu licitação no último dia 14 de julho. Já consegui por duas vezes que tivéssemos aprovação de emendas de bancada para a retomada dessa duplicação. O Ministro Passos realmente tem acompanhado esse processo e anuncia, por meio do Denit, que agora, em setembro, devem ser iniciadas as obras de retomada da duplicação, de Belo Horizonte até o chamado Trevo de Curvelo, que hoje está parada na cidade de Sete Lagoas e será retomada para a realização de mais cinquenta quilômetros.

Então, sei reconhecer quando é o caminho correto, e o faço sem nenhuma dificuldade. No entanto, é necessário que no caso do metrô tenhamos o mesmo tipo de visão, de mentalidade moderna, de pensamento aberto, de visão que enxergue o futuro. Já tive oportunidade de aqui demonstrar que recursos existem, vindos, como já disse, do Orçamento e da arrecadação da Cide. Também existem alternativas, como as parcerias público-privadas.

Cito ainda, encerrando este meu pronunciamento, a criação, ontem, em Belo Horizonte, da Frente Parlamentar Pró-metrô, que busca trabalhar no sentido de que ao metrô de Belo Horizonte designem as verbas

necessárias. Além disso, que possa ser transferido para a gestão do Estado, como já previsto, ao Estado de Belo Horizonte, da Prefeitura de Contagem. Já existe uma empresa com esse objetivo, a Metrominas, que foi criada quando eu era Governador, há quase oito anos. Essa empresa está criada; entretanto, não se passa o metrô para ela. Por quê? Porque as obras não são devidamente concluídas.

De maneira que, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, reafirmo a importância de que tenhamos projetos arrojados, à altura deste País imenso que temos, projetos de duplicação das principais rodovias, projetos de metrô para transporte de massa nas grandes cidades, fazendo com que o trabalhador não sofra como sofre hoje e, além disso, seguramente, Senador Sibá Machado, investimentos nas ferrovias, nas hidrovias. Ou seja, uma matriz de transportes que dê ao Brasil as condições de crescer e, nesse sentido, dê emprego a toda sua população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eduardo Azere-do.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti, do Partido Republicano Brasileiro da Paraíba.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos.

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (PRB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, desejo registrar o meu mais profundo respeito a esta Casa, a esta instituição, a V. Ex<sup>as</sup>, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. Peço permissão, neste ato, para abordar um tema extremamente delicado.

Vivemos um momento no Senado no qual pairam acusações sobre supostas irregularidades praticadas por companheiros nossos, pelos quais mantenho profundo respeito.

No momento atual, existe uma sensação de desconforto entre nós. Tenho conversado com vários companheiros, e este sentimento é presente, é constante.

Não viemos aqui para julgar colegas. Nossa missão é, antes de tudo, legislativa. Aqui estamos para transmitir os anseios, os problemas e as esperanças da população dos Estados que representamos.

A opinião pública, no entanto, espera de nós não somente a punição dos realmente culpados, mas o fortalecimento de leis que evitem, no futuro, a repetição de tais procedimentos.

Venho hoje, aqui, oferecer a minha colaboração, a minha contribuição.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é uma responsabilidade do Senado Federal, é uma responsabilidade nossa para com a opinião pública e para com as nossas consciências. Temos de fazer a nossa parte.

O momento político-eleitoral desvia o foco de nossas atenções. Existe uma dificuldade de concentração em matérias que não tenham como tema o processo eleitoral.

Dedicar-me-ei, porém, a falar hoje, neste plenário, sobre um assunto que chamo de “Tríplice Aliança” contra a corrupção. A liberdade de imprensa caracterizei como ponto “a”.

Nada aconteceria, nada faria com que vivêssemos o clima em que vivemos hoje no Brasil se não houvesse a liberdade de imprensa. Graças a ela, conseguimos viver este momento pleno de democracia – democracia com sacrifícios, desgastes, mas momentos de democracia.

Como item “b”, colocamos o fim da impunidade. Sem o fim da impunidade, a população brasileira não acredita em nenhum de nós. O fim da impunidade se faz necessário qualquer que seja o trauma, a consequência.

Como ponto “c”, coloquei a transparência na gestão pública.

Este será o meu foco:

Primeiro, apuração dos fatos – direito absoluto e constitucional de defesa. Todos os acusados devem ter pleno e real espaço de direito à defesa. Não devemos permitir o que chamamos de malhação de Judas em festas de Semana Santa no Nordeste, nas quais um boneco, que muitas pessoas não sabem nem o porquê, está rua e a população apedreja, queima, esquarteja, sem fazer a avaliação devida. Não é isso que queremos.

Em segundo lugar, o que queremos, na verdade, é a punição exemplar dos culpados. É a imagem do Congresso Nacional que está em jogo.

Como terceira medida, sugiro que sejam tomadas medidas no sentido de eliminar, reduzir, limitar a repetição de fatos como esses que têm abalado o Congresso Nacional.

É exatamente para tratar desse último tema que encaminhei à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania três emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2005, em tramitação naquela Comissão, que tem como pressuposto básico dificultar a má gestão pública. São remédios jurídicos que denominamos de “vacinas contra sanguessugas”.

As propostas visam a alterar a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, com vistas a aperfeiçoar o controle e a transparência das transferências de recursos federais aos Municípios. O objetivo final, ao propor a alteração da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, é reduzir o espaço para o desvio de recursos públicos, por meio da maior transparência e da maior informação à comunidade a respeito dos recursos federais recebidos pelas Prefeituras.

Antes de lê-las, desejo agradecer à Consultoria Legislativa do Senado Federal, que tem feito um trabalho fantástico para esta Casa e, em especial, a este Senador. Ressalto o nome do Dr. Marcos Mendes e do



Dr. Rogério Machado, na elaboração da Nota Informativa nº 915, de 2006.

Agradeço a participação, nesse trabalho, de colaboradores anônimos, tirados do seio dos meus amigos e, em especial, ao Procurador Federal Dr. Antônio Edílio de Magalhães.

Passo a ler as minutas das emendas, Sr. Presidente. Serei bastante objetivo: tratarei apenas das modificações e da justificativa.

A Emenda nº 1 acrescenta o seguinte parágrafo único:

Parágrafo Único. Recebida a notificação, deverá o Presidente da Câmara, por escrito, no prazo de dois dias úteis, levar o fato ao conhecimento dos demais vereadores e fazer fixar uma cópia em quadro de avisos disposto em local de amplo acesso público.

Sr. Presidente, isso visa, fundamentalmente, a que se torne objetiva, de acordo com a lei em vigor, a comunicação ao Presidente da Câmara dos recursos federais encaminhados àquele município. V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem que, na maioria das vezes, o Presidente da Câmara é um correligionário do Prefeito, razão pela qual aquela informação se torna fechada dentro de um círculo vicioso e, muitas vezes, é engavetada.

A nossa proposição pretende, exatamente, garantir transparência e tornar público o que está ocorrendo com os recursos federais.

A justificativa da emenda é a seguinte:

Pretende-se, com esta emenda, tornar a aludida notificação mais efetiva, obrigando não só a Administração Pública Federal direta e indireta a notificar as câmaras municipais, no caso de liberação de recursos federais aos municípios, mas também o Presidente da Câmara Legislativa a notificar os outros Vereadores no prazo de dois dias úteis.

A proposta, contrariamente ao que se pode imaginar, não enseja violação da autonomia municipal pela esfera federal, uma vez que recursos federais estão envolvidos, e, nesse caso, pode a Administração Federal estabelecer condições para a sua liberação.

A Emenda nº 2 destina-se à inserção do art. 2º e à transformação do atual art. 2º em art. 3º.

Art. 2º O Art. 3º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º As Câmaras Municipais, através dos seus respectivos Presidentes, representarão aos órgãos de controle externo e ao Ministério Público competentes o descumprimento do estabelecido nesta Lei, sem prejuízo da faculdade de representação por qualquer interessado.

O que isso significa? Que qualquer cidadão pode informar o não-cumprimento do que está previsto em lei.

É a seguinte a justificativa dessa emenda:

Esta emenda vem reforçar o comando legal já existente. Primeiro, imputando diretamente ao Presidente da Casa legislativa a responsabilidade de representação aos órgãos de controle externo competentes. Segundo, incluindo a obrigatoriedade de representação também ao Ministério Público. Por fim, a nova redação reforça a importância do controle social, quando torna expressa a possibilidade, antes tácita, de representação, por qualquer interessado, do descumprimento da Lei nº 9.452, de 1997.

Finalmente, Sr. Presidente, a terceira emenda acrescenta ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2005, que estabelece:

Art. 2º A Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

Art. 3º-A. A não-observância do disposto nos artigos antecedentes importa em causa de rejeição de conta e em ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11, inciso II, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Isso significa, Sr. Presidente, que haverá dupla caracterização de descumprimento da lei e dupla punição. A lei atual simplesmente dá a atribuição de fazer, mas não cria nenhum instrumento de punição para o não-fazer.

Da justificativa técnica, destaco o seguinte trecho:

[...] constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, lealdade às instituições e, notadamente, conforme o inciso II, vise retardar ou deixar de praticar indevidamente ato de ofício.

Essas três emendas consolidam um pacote de medidas que visam exatamente a eliminar fatos como esses que estão ocorrendo em nosso País, no presente momento.

Srs e Srs. Senadores, essas eram as minhas indicações de vacinas contra a corrupção.

Peço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que faça constar dos Anais do Senado a Nota Informativa nº 915, de 2006, bem como o teor das minutas de emenda que acabo de encaminhar à Casa.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ROBERTO CAVALCANTI EM  
SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)



## NOTA INFORMATIVA Nº 915, DE 2006

Em atendimento à STC nº 200604806, do Senador ROBERTO CAVALCANTI, que solicita elaboração de proposição para alterar a Lei nº 9.452, de 1997, com vistas a aperfeiçoar o controle e a transparência das transferências de recursos federais aos municípios.

Em atendimento à solicitação em epígrafe, e nos termos combinados em reunião com o Senhor Senador, enviamos, em anexo, minutas de emendas ao PLC nº 5, de 2005.

Aproveitamos a oportunidade para enviar, também, artigo da série Texto para Discussão, editado pela Consultoria Legislativa, que trata de tema correlato ao da proposição em questão.

O objetivo final do Senhor Senador, ao propor alterações à Lei nº 9.452, de 1997, é reduzir o espaço para o desvio de recursos públicos, através da maior transparência e maior informação da comunidade a respeito dos recursos federais recebidos pelas prefeituras.

Outra frente de batalha contra a corrupção seria alterar a Lei de Inelegibilidade (Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990), para tornar o efetivo o comando constitucional que determina a proteção da probidade administrativa, da moralidade para o exercício do mandato, considerada a vida pregressa do candidato (CF, art. 14, § 9º).

O problema básico da Lei de Inelegibilidade é que ela torna inelegível apenas o candidato condenado em última instância (com trânsito em julgado). A lentidão da justiça e as inúmeras possibilidades de recursos abrem espaço para que criminosos contumazes possam se eleger. Diversos projetos buscam alterar essa realidade, mas não têm obtido sucesso dentro do parlamento. Talvez esse seja um momento oportuno para reavivar a discussão.

Consultoria Legislativa, 16 de agosto de 2006.



Marcos Mendes  
Consultor Legislativo



Rogério Machado  
Consultor-Legislativo

**MINUTA DE EMENDA Nº 1****MINUTA DE EMENDA Nº 2****MINUTA DE EMENDA Nº 3**

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, eram estas as minhas indicações de “vacinas” contra a corrupção.

Senhor Presidente, peço que faça constar dos Anais do Senado, a Nota Informativa nº 915, de 2006, bem como o teor das minutas de emendas. Muito obrigado.

**EMENDA Nº**  
(ao PLC nº 5, de 2005)

Acrescente-se o seguinte art. 1º ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2005, renumerando-se os demais:

**Art. 1º** O art. 1º da Lei nº 9.452 de 20 de março de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“**Art. 1º** .....

*Parágrafo único.* Recebida a notificação, deverá o Presidente da Câmara, por escrito, no prazo de dois dias úteis, levar o fato ao conhecimento dos demais vereadores, e fazer fixar uma cópia em quadro de avisos disposto em local de amplo acesso público. (NR)”

**JUSTIFICAÇÃO**

Pretende-se com esta emenda tornar a aludida notificação mais efetiva, não só obrigando a administração pública federal direta e indireta a notificar as Câmaras Municipais no caso de liberação aos municípios de recursos federais, mas obrigando também o Presidente da Casa Legislativa a notificar os outros vereadores, no prazo de dois dias úteis. A proposta, contrariamente ao que se pode imaginar, não enseja violação da autonomia municipal pela esfera federal, vez que recursos federais estão envolvidos e, neste caso, pode a administração federal estabelecer condições para a sua liberação.

Sala da Comissão,

Senador ROBERTO CAVALCANTI

**EMENDA Nº**  
(ao PLC nº 5, de 2005)

Acrescente-se o seguinte art. 2º ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2005, renumerando-se o atual art. 2º para art. 3º:

**Art. 2º** O Art. 3º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 3º** As Câmaras Municipais, através dos seus respectivos Presidentes, representarão aos órgãos de controle externo e ao Ministério Público competentes o descumprimento do estabelecido nesta Lei, sem prejuízo da faculdade de representação por qualquer interessado. (NR)”

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda vem reforçar o comando legal já existente. Primeiro, imputando diretamente ao Presidente da Casa Legislativa a responsabilidade de representação aos órgãos de controle externo competentes. Segundo, incluindo a obrigatoriedade de representação também ao Ministério Público. Por fim, a nova redação reforça a importância do controle social quando torna expressa a possibilidade, antes tácita, de representação, por qualquer interessado, do descumprimento da Lei nº 9.452, de 1997.

Sala da Comissão,

Senador ROBERTO CAVALCANTI



**EMENDA Nº**  
(ao PLC nº 5, de 2005)

Acrescente-se o seguinte art. 2º ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2005, renumerando-se o atual art. 2º para 3º:

**Art. 2º** A Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“**Art. 3º-A.** A não observância do disposto nos artigos antecedentes importa em causa de rejeição de contas e em ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11, inciso II, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.”

**JUSTIFICAÇÃO**

Com o objetivo de fortalecer a transparência e os controles sobre as transferências de recursos federais aos municípios, esta emenda traz ao descumpridor dos mandamentos insculpidos nos artigos anteriores da Lei que se pretende modificar a sanção de rejeição das contas, o que, conforme a Lei Complementar nº 101, de 4 e maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em seu art. 25, § 1º, inciso IV, alínea “a”, é uma das condições que, não cumpridas, impede o ente federado de receber transferências voluntárias. Além disso, a não observância do disposto nesta Lei teria como resultado a declaração de improbidade administrativa do ato, nos termos do art. 11, inciso II, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, o qual dispõe que *constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, e notadamente, conforme o inciso II, vise retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.*

Sala da Comissão,

Senador ROBERTO CAVALCANTI

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Roberto Cavalcanti.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Roberto Cavalcanti.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu já tinha apresentado, há vários dias, uma solicitação para fazermos uma sessão em homenagem a Juscelino Kubitschek pelo passamento dos 30 anos de sua morte, que ocorreu ontem.

Não pude estar presente à sessão de ontem, mas quero deixar registrado meu apreço e minha admiração pelo Presidente Juscelino Kubitschek, lamentando a infelicidade do Senador Roberto Saturnino por ter criticado o Presidente Juscelino exatamente ontem, quando estávamos lembrando os 30 anos de sua morte, lamentando os trinta anos que passamos sem a presença de Juscelino Kubitschek. Ele foi um dos maiores mineiros que tivemos. Foi também um Presidente democrata, um Presidente de visão e um homem que deve servir sempre de exemplo para todos nós.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Mesa registrará a intenção de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eduardo Azeredo.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Guerra, do PSDB do Espírito Santo.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos.

**O SR. MARCOS GUERRA** (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Alberto, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje quero falar sobre empresas que geram emprego ou segmentos que geram emprego de forma intensiva. Não quero comparar o crescimento do Brasil, que realmente foi pífio, com os países emergentes, como a China, que cresceu 9%; a Índia, em torno também de 9%. Não quero comparar também com os países da América do Sul: o Chile cresceu 6%, a Venezuela, 9,1%, o Uruguai, 6,10%, a Argentina, nossa vizinha, 9%. Esta é a década para os países emergentes crescerem, e o Brasil está perdendo esta oportunidade de

crescer. E olha que o nosso Brasil é um país que tem toda a capacidade para crescer.

Recentemente, a CNI fez uma pesquisa em 26 segmentos industriais do País e constatou que somente cinco cresceram. Eu poderia aqui citar vários segmentos, eu poderia falar da cerâmica, da panificação, do setor de alimentos, dos setores gráficos, mas falarei somente de dois: o moveleiro e o de vestuário, que são segmentos que empregam mão-de-obra de forma intensiva.

O setor moveleiro vem enfrentando grandes problemas, Senador César Borges. Tem no País 16.500 empresas, chegando próximo de 30 mil se somarmos as informais, e emprega 300 mil pessoas no Brasil.

No Estado do Espírito Santo, temos um pólo de vestuário forte. Cito, aqui, junto com vestuário e têxtil, o setor moveleiro, porque no Espírito Santo ele está sofrendo, e muito, com a crise em nosso País. É um setor que, no primeiro semestre, já reduziu em torno de 9% a sua produção, e em 11% as exportações; um setor que teve, no primeiro semestre deste ano, 12% de redução de empregos.

Num comparativo de 2002 com 2004, esse setor praticamente dobrou as suas exportações. E, neste primeiro semestre, já tem uma redução de 16%, se comparado ao exercício de 2005. Recentemente, conversei com o Presidente da Abimóvel, Domingos Rigoni, um grande empresário do Espírito Santo, que disse que a perspectiva de crescimento deste ano é zero.

Agora, a coisa que mais me chama a atenção é que é um setor que, para gerar um único emprego, basta investir uma média de R\$10 mil, e o Governo não lhe dá atenção. Hoje, quase que 98% da matéria-prima desse setor, principalmente no Estado do Espírito Santo, vem de reflorestamento com o eucalipto e o pinho. Quer dizer, é um setor que trabalha de maneira ecologicamente correta. E o Governo também não tem dado atenção a esse quesito nesse setor.

Quero falar do setor têxtil. Em 1990, esse setor, junto com o de confecção, gerava 2 milhões e 950 mil postos de trabalho em todo o País; em 2000, 1 milhão 873 mil postos de trabalho; em 2002, 1 milhão 734 mil postos de trabalho. Em 2006, esse número caiu para 1 milhão e 650 mil postos de trabalho, uma queda que, se comparada a 1990, chega a 44% dos empregos gerados no setor.

A previsão para 2010 é de que o setor têxtil/vestuário chegue a 944 mil postos de trabalho – dados da Abit, Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, entidade da qual faço parte. Isso significa menos 43%, se comparado a este ano. E o Governo não tem feito nada para socorrer esses dois setores,

que estão presentes praticamente, Senador Roberto Cavalcanti, em todo o País.

A indústria do vestuário, Sr. Presidente, é responsável pela maior interiorização do emprego no País. Ela está presente no Estado de São Paulo, onde cito o Bom Retiro e o Brás; em Santa Catarina, no Vale do Itajaí; no Paraná; na Bahia do Senador César Borges; no Ceará; no meu Estado do Espírito Santo, onde é um setor altamente representativo, com cinco pólos de vestuário: em Vila Velha, em Cachoeiro, em Linhares, em Colatina, representando 21% da força de trabalho daquele Município, e em São Gabriel da Palha, representando 32% da força de trabalho daquele Município. Nós temos pólos em Goiânia, no Estado de Goiás, e em Minas Gerais. Em Pernambuco, temos dois grandes pólos que ficam em Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. Temos também na Paraíba.

Enfim, é um setor que está presente praticamente em todo o País. Mas o que é mais curioso é que é um setor que, para gerar um único emprego, investe menos de R\$9 mil na média, enquanto nos setores petroquímico, de celulose, de mineração, de petróleo e de gás, para gerar um único emprego, fala-se em investimento em torno de R\$2 milhões. Temos exemplos, no nosso Estado, de grandes plantas que foram construídas com investimentos superiores a até R\$2 milhões para gerar um único emprego. E os setores do vestuário e moveleiro, com investimento médio de R\$9 mil, geram um único emprego. Mas o Governo Federal não tem prestado atenção a esses segmentos.

Recentemente, estive no gabinete do Presidente da República com representantes da Abit e vários empresários, em que esteve presente a Senadora do PT Ideli Salvatti. Os setores do vestuário e têxtil foram mostrar ao Governo Federal a dificuldade que estão enfrentando em nível nacional e internacional. Pedimos ao Governo Federal um socorro. Falamos que a “luz vermelha” estava acesa nesses setores.

**O Sr. Roberto Cavalcanti** (PRB – PB) – Senador, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. MARCOS GUERRA** (PSDB – ES) – Concedo o aparte ao Senador Roberto Cavalcanti.

**O Sr. Roberto Cavalcanti** (PRB – PB) – É um privilégio ter V. Ex<sup>a</sup> na tribuna do Senado, porque V. Ex<sup>a</sup> tem a competência e o foco de visão empresarial de que o Brasil tanto necessita. É muito difícil ouvir discursos nesta Casa que tenham exatamente o foco nas dificuldades empresariais. Conversava há poucos segundos com o nobre Senador Sibá Machado sobre a existência de um hiato, de algo que não funciona na informação entre a base empresarial e o Presidente Lula. Acredito nas boas intenções do Governo, o meu Partido faz parte da base aliada do Governo, mas

não posso deixar de me acostar às preocupações de V. Ex<sup>a</sup>. Cito um exemplo que mostra que essa assessoria, essas pessoas da base econômica do Governo que cercam o Presidente têm essa dificuldade: é exatamente esse clima, transmitido magistralmente pelo nobre Senado, em que há uma angústia da base empresarial brasileira, porque os números são fantásticos, mas beneficiam uma elite empresarial, alguns segmentos específicos da economia brasileira que vivem, no presente momento, um clima de euforia. Mas isso não representa a base do pensamento e da circunstância vivida pela classe empresarial brasileira. Cito o caso específico do recente veto do Presidente Lula ao Refis, que se tratava de um anseio do Brasil, de um anseio da base trabalhadora, da base empregadora, patronal. Por quê? Pela sobrevivência das empresas. Hoje, na modernidade do relacionamento entre patrão e empregado – existe isso de uma forma fantástica hoje –, todos anseiam pela sobrevivência das empresas. Houve uma decisão tomada por larga maioria na Câmara Federal, que representa o pensamento brasileiro, uma decisão tomada por quase maioria absoluta desta Casa, que representa o pensamento dos Estados. Isso foi desrespeitado integralmente. Houve um simples veto. Dois ou três assessores chegaram ao ouvido do Presidente da República e disseram: “Vete, porque isso vai criar um vício de mau pagador”. Não, Sr. Presidente, esse era um anseio desta Casa, que aprovou a matéria quase por maioria absoluta – se não me engano, houve somente quatro votos contrários; o restante da Casa votou favoravelmente –, e o veto talvez seja uma desmoralização do Senado, porque representamos os anseios dos Estados deste País, e a Câmara Federal é a representação do povo brasileiro. As duas Casas aprovaram a matéria de forma maciça – não se tratou nem de assunto polêmico –, e houve o veto, simplesmente porque a assessoria econômica do Governo Federal induziu o Presidente ao erro. Conversava, com a maior intimidade, com o Senador Sibá Machado, que faz parte mais profundamente do Partido e da base do Governo, e lhe dizia que o Presidente Lula precisa ouvir a classe empresarial brasileira para que não se tomem medidas inadmissíveis como esse veto. Existe, sem dúvida, um hiato entre o interesse da Nação brasileira e o pensamento do Presidente.

**O SR. MARCOS GUERRA** (PSDB – ES) – Senador Roberto Cavalcanti, o meu pedido hoje, desta tribuna, não faço somente ao Presidente da República. Represento entidades empresariais, e qualquer Senador desta Casa pode perguntar, no seu Estado, a representantes desses dois segmentos – e até incluo, Senador, o setor calçadista também – e ouvirá que estão enfrentando a maior crise das últimas décadas.

Conheço empresários da indústria de calçados que acabaram com as suas fábricas e terceirizaram a produção na China com a sua marca. Hoje, eles estão importando produtos. Terceirizaram a fábrica e a mão-de-obra e, hoje, estão simplesmente vendendo a sua marca aqui no País. Trata-se também de setor que, com investimento médio de R\$8 mil a R\$9 mil, gera um emprego.

Sei que a indústria de vestuário, principalmente a indústria de confecção, não tem cultura exportadora, Senador Sibá Machado, porque é um setor em que praticamente 98% das empresas são micro e pequenas. Não é fácil incentivar, Sr. Presidente, uma microempresa a exportar, mesmo com as facilidades que, às vezes, existem no Governo Federal, com a Apex e tudo o mais, mas eles não vão. Geralmente, eles trabalham, no máximo, com um ou dois Estados da Federação.

Com relação a esses setores, o que o Governo deve fazer? O que o Senado Federal deve fazer? O que o Congresso Nacional deve fazer? Temos que criar uma musculatura para essas empresas, principalmente para esses pequenos empresários desses três segmentos a que me referi, principalmente vestuário e calçadista, para que eles realmente possam enfrentar a globalização. Os números mostram que houve 43% de redução de emprego nos próximos quatro anos. Um Governo que tem como meta principal a geração de empregos deve ficar atento a esses segmentos que estão realmente morrendo.

O Brasil tem recebido grandes redes, grandes magazines do mundo todo que têm se instalado no País, muitos dos quais importam os seus produtos e desprezam a produção nacional. Temos de ficar atentos a esses detalhes, porque, senão, esses setores vão acabar. Aí, acaba a interiorização do emprego.

Senador César Borges, o emprego da indústria do vestuário é diferente, porque mais de 70% são mulheres, sem formação acadêmica, com idade um pouco avançada. São funcionários muitas vezes discriminados no comércio e em certas indústrias, em certos segmentos da indústria brasileira. Trata-se, realmente, de um setor que tem um papel social muito importante. Trata-se de um setor que, realmente, precisa ser ouvido, precisa ser trabalhado.

Sr. Presidente, aproveito para pedir um pouco mais de tempo.

Concedo um aparte ao nobre Senador César Borges.

**O Sr. César Borges (PFL – BA)** – Senador Marcos Guerra, concordo plenamente com V. Ex<sup>a</sup> e o parabenizo pelo seu pronunciamento. Essa sua preocupação é a de todos nós, à exceção do Partido dos Trabalhadores e

da Senadora Ideli Salvatti, que pintam um quadro róseo para o País, ou da propaganda eleitoral do Presidente Lula. Mas sabemos que isso não é verdade.

A crise é profunda. O que nós verificamos é que quem cresce economicamente é quem pode e tem capacidade de exportar para mercados extremamente compradores, francamente compradores, como a China, que está absorvendo muita matéria-prima. Mas a China processa a matéria-prima e coloca produtos aqui no Brasil por preços com os quais não podemos competir por conta do custo Brasil. Não conseguimos aprovar, por exemplo, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, porque o Congresso Nacional...

**O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES)** – ...não tem avançado.

**O Sr. César Borges (PFL – BA)** – ...não tem avançado. A Base do Governo não apóia a aprovação dos projetos, há uma verdadeira obstrução por parte da Base do Governo na Câmara dos Deputados. A reforma tributária, que deveria desonerar a produção, principalmente para o pequeno e o médio industrial, não existe. A reforma tributária, durante quatro anos, se resumiu à desvinculação da receita da União e a manter a CPMF e a Cide. Foi só isso. Não avançamos numa distribuição mais justa para que a produção pudesse ser desonerada. Então, aquilo a que assistimos é o que V. Ex<sup>a</sup> traça aí. Nós temos problemas na indústria têxtil, na calçadista, na de vestuário. Isso se verifica também na Bahia, onde diversas empresas estão fechando. Só aqueles setores mais concentrados em capital, como o petroquímico, o de petróleo, o de minério e o de aço é que podem disputar, com alguma vantagem, o mercado internacional. Há o crescimento de uma indústria muito intensiva em capital, mas não geradora de mão-de-obra. Ou seja, não vamos empregar as pessoas mais humildes. Se hoje são 11,5 milhões de famílias recebendo o Bolsa Família, vamos para vinte milhões. Vamos, daqui a pouco, arrecadar impostos apenas para colocar no Bolsa-Família, deixando de fazer investimentos. V. Ex<sup>a</sup> cobra do Governo uma política.

Não há essa política. Não há uma política industrial brasileira. O Ministério do Desenvolvimento Industrial simplesmente fica acompanhando as exportações. Muitas dessas vantagens da Balança Comercial vêm do setor agroindustrial. Será que esse setor agroindustrial, esse setor do agronegócio, está sendo apoiado? Não existe uma política. Existe, na verdade, uma política de juros altíssimos. Quem for descontar uma duplicata hoje vai pagar juros de quase 50% ao ano. Será que alguma pequena e micro empresa consegue sobreviver? Não consegue.



**O SR. MARCOS GUERRA** (PSDB – ES) – Com certeza não.

**O Sr. César Borges** (PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup> está cheio de razão. Parabenizo-o pelo pronunciamento.

**O SR. MARCOS GUERRA** (PSDB – ES) – Peço ao Sr. Presidente mais um tempo para poder concluir.

Tenho um pedido a fazer, mas não me dirigirei apenas ao Presidente Lula, mas aos nossos futuros presidentes: que se sensibilizem com a causa dos segmentos que geram emprego de forma intensiva.

O Senador César Borges citou o Bolsa-Família. Não pretendia citá-lo, mas, aproveitando o gancho, quero dizer que com muito pouco investimento, Senador, geram-se muitos empregos. Com uma média de R\$ 8 mil geram-se empregos. Seria o maior pacote assistencialista do País sob a forma de geração de emprego. É preciso olhar realmente para os setores que geram emprego. Hoje fiz referência a dois setores, mas há mais.

Recentemente, quando estivemos no gabinete do Presidente da República, fizemos um pedido: que todo contrabando que entrasse no Brasil, que todas as mercadorias que entrassem no Brasil de forma ilícita fossem incineradas em vez de serem vendidas em leilões.

Muitas vezes são apreendidas as cargas de navios vindos da Ásia, principalmente confecções vindas da China. De modo geral, são produtos subfaturados que depois vão a leilão. Quer dizer, eles vão para o mercado, Sr. Presidente, tomar postos de trabalho. Então, o ideal seria queimá-los, porque a Nação não perde nada com isso, aliás, ela ganha, porque é mantido o emprego nacional. Esse foi um dos pedidos.

Recentemente se leu o seguinte na **Folha**: “Polícia Federal e Receita prendem suspeitos do maior esquema de fraudes com importação”. Só de tributos, perderam-se mais de quinhentos milhões de reais em decorrência da sonegação possibilitada por importações fraudulentas. Então, produtos apreendidos nessas circunstâncias têm de ser incinerados, não podem ser jogados no mercado.

Meus Senadores, se chegarmos a nossos Estados e observarmos esses segmentos, tenho certeza de que esta passará a ser a bandeira de todos nós: a geração de empregos.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador Marcos Guerra, gostaria de apartear-lo. Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> me concede um minuto?

**O SR. MARCOS GUERRA** (PSDB – ES) – Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Sibá Machado.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – O Presidente vai permitir?

**O SR. PRESIDENTE** (Alberto Silva. PMDB – PI) – Sim.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Obrigado. Eu não ia fazer aparte, mas agora, no final, me senti tentado. Estava procurando aqui uma matéria de jornal, mas não consegui encontrá-la. A minha intenção era reprimir os fundamentos do pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti.

A Senadora Ideli Salvatti citou aqui dados da Fundação Getúlio Vargas e de outras instituições que constantemente fazem estudos sobre o comportamento de nossa economia. Todos nós concordamos com o que V. Ex<sup>a</sup> traz na tarde de hoje, pois temos uma situação colocada no Brasil que não é de hoje, é histórica: precisamos tentar acertar o passo de nossa economia frente à aceleração da globalização e a outros cenários que nos são impostos. Nas negociações internacionais de que o Brasil participa, insiste-se, em todas as rodadas, para que seja diminuída ou suprimida a carga de subsídios da economia. Isso é negociado, em primeiro lugar, com produtos da agricultura. Agora estamos ainda mais preocupados, porque, na constituição dos blocos econômicos, são muitos os itens em relação aos quais os países exigem a contrapartida de nossa parte no sentido de desonerar as exportações e importações. Então, para que vendamos determinado produto, somos obrigados a aceitar alguns outros em determinadas condições. Acontece que parte do crescimento da China é baseada em baixos salários, inclusive, algum tempo atrás, foi denunciada a utilização da mão-de-obra de presos nas indústrias chinesas, o que barateava, e muito, os custos de produção. Trata-se de um país que não hesita minimamente em copiar, a tecnologia chinesa é acusada de copiar o tempo inteiro. A China não mostra preocupação em relação à distribuição de uma massa salarial mínima, básica. O nosso País tem essa preocupação.

Neste cenário, alguns setores avançaram, mas outros não conseguiram avançar. A preocupação que V. Ex<sup>a</sup> traz aqui merece a nossa consideração. De fato, precisamos nos esforçar para dar as mãos aos setores que não estão encontrando alternativa no meio dessa situação toda, e o Governo tem de se esforçar também. No meu entendimento, o Brasil está caminhando para o equilíbrio de sua economia, e todos os setores industriais haverão de ser contemplados. No meu entendimento – e isso será motivo de meu pronunciamento daqui a pouco –, é preciso que fique claro o que vai acontecer no Brasil a partir do ano que vem. Queremos saber o que o Presidente Lula vai anunciar, a partir do final desta semana, tendo em perspectiva um segundo mandato. Num segundo mandato, que caminho será adotado no Brasil? Isso diz respeito diretamente

à questão do crescimento com distribuição de renda. Concordo que há setores que não foram bem assistidos, que estão, digamos assim, com dificuldades, como o de calçados, que enfrenta produtos da China, da Itália e de outros países, que têm um *design* também aceito no mundo inteiro, mas com um custo de produção muito mais baixo. Além disso, com o valor do dólar hoje no Brasil, essas indústrias não conseguiram competir. Isso realmente merece um estudo de nossa parte, mas não penso que devamos colocar o Bolsa Família nessa discussão porque é outro assunto.

**O SR. MARCOS GUERRA** (PSDB – ES) – De forma alguma.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Também entendo que o caminho do Brasil para os próximos dez anos é apostar em pequenas e médias empresas mesmo, porque a grande empresa trabalha com uma capacidade de tecnologia tão alta, que dispensa cada vez mais mão-de-obra. E são as pequenas empresas que têm gerado as oportunidades de trabalho, e é nelas que o Brasil deve concentrar seus esforços daqui para a frente para que tenhamos maior equilíbrio de participação entre todos os setores.

**O SR. MARCOS GUERRA** (PSDB – ES) – Sr. Presidente, peço mais dois minutos para encerrar.

Concluindo, quero dar o exemplo da Índia, que criou o Ministério das Confecções. O Brasil tem que criar políticas voltadas para esses segmentos se desejar que eles realmente continuem a gerar emprego.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo que V. Ex<sup>a</sup> me concedeu.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Marcos Guerra.

Srs. Senadores, vou conceder a palavra agora aos Senadores inscritos para uma comunicação inadiável. Primeiro, ao Senador Sibá Machado e, depois, ao Senador Heráclito Fortes.

Senador César Borges, concederei a palavra a V. Ex<sup>a</sup> imediatamente após a fala desses dois Senadores. O tema que o Senador Marcos Guerra trouxe era bem interessante, o que suscitou uma série de apartes e a conseqüente prorrogação do tempo, pois eu não poderia conceder a S. Ex<sup>a</sup> somente 10, 15 minutos. S. Ex<sup>a</sup> extrapolou o tempo falando por mais de 30 minutos.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, inscrito para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, como eu havia dito no aparte ao pronunciamento do Senador Marcos

Guerra, o que me chama atenção, na tarde de hoje, é a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que deverá ocorrer amanhã.

No Conselho, há a participação do Governo, das entidades de representação de classes, tanto patronal quanto de trabalhadores, e de diversas organizações da sociedade civil. Amanhã, nessa reunião, vai se tratar de um ponto que foi o motivo de meus pronunciamentos, feitos da semana passada para cá. O Presidente Lula também participará dessa reunião, em que se vai debater um texto, escrito pelo BNDES, pelo Banco Central e pelo Ministério da Fazenda, denominado “Plano Estratégico de Crescimento com Distribuição de Renda”. Esse é o título do documento que vai ser debatido amanhã, que propõe, para os próximos quinze anos, que essa deve ser a orientação da economia e do Governo do Brasil.

É um plano estratégico de desenvolvimento que perpassa o mandato de um Governo. Como há uma eleição agora, sabemos que quem vencer a eleição haverá de debater o assunto a ser apresentado, como sugestão, amanhã por esse Conselho.

E diz mais, Sr. Presidente: trabalhar o crescimento econômico com as mudanças nas taxas de juros, nas metas de superávit primário, na redução do Índice de Gini e procurar sempre levar em consideração agora grandes investimentos na área da infra-estrutura do País, visando seu crescimento, mas também garantindo a distribuição de renda.

Vejam bem que o documento remete a um debate no período de 2007/2008 a 2022. Prevê-se crescimento econômico brasileiro de 6% ao ano – é essa a meta a ser alcançada a partir de 2008 – e com investimentos básicos no setor produtivo e na infra-estrutura.

Eu até gostaria de estar na reunião amanhã, mas estarei impossibilitado. Todavia, ficarei atento e tentarei ter acesso, inclusive, ao resultado desse documento para que, semana que vem, voltemos novamente ao debate, nesta Casa, sobre essa linha de pensamento do nosso Governo hoje. No meu entendimento, esse é o caminho que levará o Brasil a sua verdadeira independência a partir do ano de 2022, Sr. Presidente.

Outro tema que gostaria de tratar refere-se às negociações com a Bolívia. Por que os índios guaranis ameaçaram fechar o fornecimento de gás ao Brasil?

É que consta do consórcio formado pela Petrobras, Repsol YPF e Total – empresas que administram o empreendimento do gás na Bolívia – cláusula que prevê investimento de US\$9 milhões para aquela comunidade. Segundo o Presidente da Petrobrás, esse investimento é verdadeiro e tem prazo contratual de 20 anos para ser concluído – não é algo que se realize imediatamente. Como amanhã deverá vir aqui

do Vice-Presidente da Bolívia, Garcia Linera, esse deverá ser um dos assuntos tratados. O Presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, nos diz que nada impede a Petrobras de antecipar esse investimento de US\$9 milhões. Portanto, não deve haver nenhuma preocupação quanto ao corte no fornecimento do gás da Bolívia para o Brasil.

Sr. Presidente, um outro assunto diz respeito à Volkswagen. Tentei entrar em contato com o Presidente do Sindicato do ABC, Sr. José Feijó, e não consegui. Todavia, tive acesso a diversos documentos que estão na Internet. Um deles mostra a versão mais ligada à empresa; o outro, a versão mais ligada ao sindicato.

A empresa diz aqui que o seu plano de reestruturação, de 1996, prevê o enxugamento ou até o fechamento da unidade do ABC.

O sindicato, em dez anos, tem buscado negociações, para evitar essa política da Volkswagen.

A Volkswagen se reunirá neste final de semana, em sua matriz, para decidir os novos investimentos da empresa. O sindicato, por sua vez, tenta negociar a inclusão da unidade do ABC nesses investimentos.

A empresa propõe um remédio muito amargo. Analisei os dados, trata-se de um remédio extremamente amargo! Não dá para se tomar esse remédio; seria como se pulássemos de uma frigideira para o fogo, Sr. Presidente.

Veja o que diz.

Hoje a unidade da Volkswagen no ABC conta com 12.400 operários. Doze mil e quatrocentos! A empresa pretende que haja um corte imediato de 3.672 postos de trabalho. Além da demissão de 3.672 empregados, exige também o corte no reajuste de participação do plano médico, o corte no Programa de Participação nos Resultados – parece-me que seria participação nos lucros –, uma reconsideração no banco de horas e que haja um novo acordo na tabela salarial.

Portanto, o que a empresa propõe ao sindicato é demissão e, para os que ficarem, corte nos salários e nas garantias negociadas anos a fio.

O sindicato, a meu ver, está reivindicando que a matriz da Volkswagen, na Alemanha, aceite a proposta dele: colocar novos modelos para serem industrializados naquela unidade e mudar o que foi considerado pelo sindicato uma administração maluca, anterior, que errou muito na condução do seu programa de trabalho e que investiu recursos erroneamente. Hoje, a empresa paga por uma incapacidade de lucros que ameaça os trabalhadores.

Digo a V. Ex<sup>a</sup> com convicção que, neste momento, o sindicato está correto. Há uma situação a ser negociada neste final de semana. O sindicato reabriu as negociações: deve manter durante a quinta e a sexta-feira

as negociações com a direção da empresa; no sábado, deve haver uma assembléia da categoria na porta do sindicato, esperando que na reunião de sábado ainda, que ocorrerá na Alemanha, a empresa reconsidere o seu plano de reestruturação e garanta as oportunidades de trabalho para esses operários.

**O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI)** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC)** – Pode conceder, Sr. Presidente? Pois não.

**O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI)** – Em primeiro lugar, V. Ex<sup>a</sup> faz um pronunciamento em caráter pessoal ou como Líder do Governo? Se for como Líder do Governo, gostaria de saber oficialmente qual é a posição do Governo com relação a isso, se está do lado da Volkswagen ou se está do lado dos trabalhadores. Se estiver do lado dos trabalhadores, que providências já tomou, porque é isso, realmente, o que está deixando angustiada a classe de trabalhadores da Volkswagen, que, aliás, é uma fábrica simbólica, tradicional. Então eu queria saber, até para tranquilizar todos que estão nos ouvindo, se V. Ex<sup>a</sup> está falando em caráter pessoal ou como Líder do Governo e que esclareça ao País essa posição. Se é pessoal; se é da Volks; se é da Volks, qual é a posição do Governo e por que ele ainda não se manifestou. O Presidente Lula hoje janta com o Presidente da Volkswagen. Vão tratar assuntos objetivos de campanha ou vão tratar a questão dos desempregados da Volkswagen? Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC)** – O que vai tratar o Presidente Lula em reunião com os empresários, eu desconheço. Não sei qual é o objetivo da reunião. O que quero dizer para V. Ex<sup>a</sup> é que, independentemente de qualquer coisa, tenho aqui a obrigação pessoal de tratar do assunto e de me solidarizar com os trabalhadores. Esse é um problema grave, é um problema de decisão da empresa em âmbito mundial. Não é uma decisão da empresa local, da matriz local; essa decisão faz parte de uma administração complicada que teve, no passado, a própria Volkswagen do Brasil. O que nós estamos querendo aqui é encontrar uma saída diferente do caso da Varig. São dois casos distintos, embora possam ter um resultado final muito parecido. Aqui se coloca a perspectiva de demissão. A Varig, para ser salva, propunha demissão. A Varig, para ser salva, propunha reinvestimento. O próprio BNDES está dizendo que está disposto – é o que vi ali no jornal – a financiar essa reformulação da empresa, o reinvestimento da empresa no Brasil. Os trabalhadores exigem que outros modelos de carros da Volkswagen sejam fabricados naquela unidade de produção. De acordo com o sindicato, assim estaria resolvido o problema. Resta saber se a direção inter-

nacional da empresa, a direção mundial alemã, vai acatar essa proposta ou não. Entendo que todos nós aqui, independentemente de uma decisão de Governo... O Governo tem limites sobre isso, o Governo não pode determinar, por caneta, que a Volkswagen tome posições; o Governo pode fazer o que já foi feito ao longo dessas negociações, ou seja, facilitar o crédito para aquisição de carros.

Outro aspecto é que a Volkswagen do Brasil participa com mais ou menos 10% do conjunto das vendas da Volkswagen no mundo, haja vista as exportações do Fox do Brasil para a própria Europa e assim por diante. Assim, entendo que deve haver sensibilidade da própria empresa. Se o comportamento for esse, de um trabalho apenas descartável, não podemos aceitá-lo de maneira alguma.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes para uma comunicação inadiável por cinco minutos.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, quero crer que falo como orador inscrito regimentalmente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu pensei que V. Ex<sup>a</sup> havia dito...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Não, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Neste caso tenho que continuar com a lista de oradores. V. Ex<sup>a</sup> será o último.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Não há problema.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Falará primeiro o Senador César Borges, depois o Senador Luiz Otávio e depois V. Ex<sup>a</sup>.

Com a palavra o Senador César Borges, ex-Governador da Bahia, por dez minutos.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, quero saudar desta tribuna os 50 anos de uma lendária agência de propaganda da Bahia, a Publivendas – hoje chama-se Morya – que faz história no mercado publicitário baiano desde àquela época quando atuava, inicialmente, em Salvador, cidade que tinha 700 mil habitantes e apenas dois jornais diários.

A Publivendas cresceu com Salvador e com a Bahia. Hoje é uma empresa solidificada que atua também nos mercados mais importantes do País como São Paulo, Recife e Belo Horizonte, cidades onde tem filiais.

Com isso, este grupo Publivendas, hoje Morya, já emprega cerca de 165 brasileiros com um faturamento anual de 70 milhões e uma carteira de clientes que inclui algumas das mais importantes empresas do País. A Morya tem a marca do dirigente que tem conduzido o seu destino nas últimas décadas: o publicitário Fernando Carvalho. A sua competência e criatividade foram também usados na administração de um importante Município baiano – a cidade de Maracais – onde, como Prefeito, foi inovador, sendo destacado inclusive com o Prêmio Nacional do Sebrae como um dos melhores administradores municipais.

Aos poucos, Fernando Carvalho vai abrindo espaço para as novas gerações, tendo, agora, o seu filho Cláudio como o braço direito e responsável pelos novos caminhos que o grupo vai tomando. A Morya soma criatividade com a marca social diferenciada que a leva a novas práticas na publicidade brasileira. É por isso que ela, hoje, é tão destacada para a Bahia.

A própria mudança de nome elege o novo conceito de comunicação do grupo. Morya homenageia o conhecido mestre espiritual indiano que trabalha a comunicação, a transformação e a força. Quem ganha com isso são os seus clientes públicos e privados e a Bahia, que vê a sua cultura e a sua inteligência valorizadas pelo trabalho dessa empresa.

Faço este registro por um dever de justiça, fazendo jus ao aniversário de uma agência inovadora, socialmente responsável, que orgulha a Bahia e que eu saúdo neste instante. Ontem, o Senador Antonio Carlos Magalhães, aqui nesta Casa, solicitou a aprovação de um requerimento parabenizando essa empresa.

Colocada essa posição que é um dever de justiça para com a Bahia, Sr. Presidente, quero trazer a esta Casa matéria publicada no Caderno de Economia do jornal **A Tarde**, da Bahia, sobre a cacauicultura baiana. Essa matéria é muito importante, Sr. Presidente, porque essa cultura, lamentavelmente, vive se arrastando numa crise interminável. Em primeiro lugar, há uma praga que assola a cultura – e há denúncias recentes, inclusive de um membro da quadrilha que patrocinou a entrada, na região, dessa doença chamada Vassoura-de-Bruxa – que tem levado a uma queda acentuada da produção. Até agora nós não conseguimos retomar a produção na lavoura cacauieira.

Em segundo lugar, além de o preço internacional ser baixo – com o dólar irreal – o real supervalorizado perante o dólar faz com que as receitas diminuam a cada dia e as despesas aumentem, sufocando uma lavoura importantíssima para uma região da Bahia que compreende mais de 90 Municípios.

Mas voltando à matéria do jornal **A Tarde**: Fazendas vão a leilão. O que se está verificando agora



é que o Governo Federal tenta dar o último aperto no pescoço dos cacauicultores, dos produtores rurais. A matéria diz que, enquanto o Governo Federal estende uma mão e assina nova medida provisória renegociando débitos, com a outra despacha notificações de execução de cacauicultores que podem perder suas fazendas em leilão.

Imagine, Sr. Presidente! O Governo Federal, que deveria se preocupar em promover o desenvolvimento do agronegócio, da agricultura, é o algoz dessa cultura! O Governo Federal editou a Medida Provisória nº 317, publicada no Diário Oficial do último dia 18, que desonera de encargos de inadimplência as parcelas do Pesa, da securitização e do Recoop e renegocia as dívidas vencidas em 2005 e em 2006. Quer dizer, edita uma medida provisória que, virtual ou aparentemente, tenta salvar a região e também a agricultura, mas, por outro lado, nada acontece porque não passa de uma medida virtual, que não está em prática. Veja V. Ex<sup>a</sup> a posição do Sr. Isidoro Gesteira, Presidente do Sindicato Rural de Ilhéus, importante cidade que seria, junto com Itabuna, a capital da produção do cacau. Disse o presidente do Sindicato que a nova medida provisória favorece menos de 1% dos produtores, já que contempla apenas os que estariam adimplentes até 2004. Portanto, pelas palavras do próprio presidente do Sindicato, é mais um engodo só para confundir a região. Segundo ele, o problema vem desde 2003, quando ocorreu o acúmulo do vencimento das parcelas do Pesa, primeira e segunda etapas do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira, que se acumulou com a terceira etapa e com as CTNs. Do jeito que está, segundo ele, a maioria dos produtores pode ser executada a qualquer momento, e suas fazendas irão a leilão, já que o Banco do Brasil transformou a dívida agrícola em dívida fiscal. E isso acontece com milhares de produtores rurais no País, com pequenos produtores, em especial no semi-árido e na região cacaueira.

A esperança dos produtores é de obter decisão favorável da Justiça Federal para a ação civil pública que pede o retorno da dívida para o Banco do Brasil. Só pelo sindicato de Ilhéus, 243 assinaram a ação, e o órgão vai entrar com outra ação civil pública, pedindo a nulidade de contratos da primeira e segunda etapa do programa.

Agora, quem vem falando em nome do Governo é o Coordenador Geral de Apoio Operacional da Ceplac, Wellington Duarte. Vem enaltecendo a medida provisória e dizendo que ela vai beneficiar as operações alongadas e renegociadas por meio do Pesa.

Sabem quem é Wellington Duarte? É um dos acusados de ter levado da região amazônica, mais

precisamente do Estado de Rondônia, a vassoura-de-bruxa para o Estado da Bahia. Ele tem um elevado cargo na Ceplac, o cargo de Coordenador Geral de Apoio Operacional. É alguém que já devia estar afastado de suas funções. Lamentavelmente, é ele que está defendendo o Governo. Ele levou a vassoura-de-bruxa para alcançar seus objetivos políticos.

Volto a dizer aqui, Sr. Presidente, é o crime que compensa. Saindo um pouco dessa área policial – a Polícia Federal se mostra muito eficiente em determinadas áreas, mas não eficiente quando é para apurar fatos relativos ao Governo – eu quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que **O Estado de S. Paulo** publica hoje, na primeira página, que o agronegócio cai 1,9% e vai perder R\$10 bilhões. Essa é a estimativa da Confederação Nacional da Agricultura. Com isso, está comprometida a previsão de crescimento do PIB, que poderá não chegar sequer aos 4%, aliás, sempre dissemos que dificilmente chegaria a 4%.

Diz ainda o jornal **O Estado de S. Paulo** que a queda do PIB da agricultura é de 3,81% – trata-se de queda e não de crescimento – e que a redução esperada do PIB no setor da pecuária – que também vive uma grave crise – é de 4,21%. Essa é a situação da pecuária e da agricultura brasileiras.

Enquanto isso, o Governo Federal, que aprovou a Medida Provisória nº 285, aqui transformada na Lei nº 2.322, a qual dispõe sobre renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área do Nordeste, na área do semi-árido, na área da Adene, até hoje, não efetivou as providências nesse sentido, porque, pelo art. 18, o Conselho Monetário Nacional precisa regulamentá-la, mas ele não se reúne para fazer isso.

Então, de que adiantam essas medidas provisórias, que não são transformadas em realidade? Essa é a crise que está assolando o Brasil, Sr. Presidente. É uma crise que assola o agronegócio, a pecuária, a agroindústria, a pequena e a média empresas, todos em dificuldades para sobreviver, para gerar emprego.

O Contrário acontece com o grande capital financeiro. Os bancos, estão indo para o livro de recordes, o *Guinness Book*, porque nunca aconteceu neste País uma lucratividade tão elevada, dos bancos. Não tenho nada contra banco. Longe de mim ser contra banco. Agora, sou contra a que esteja a população brasileira pagando esses altíssimos lucros, seja devido ao acúmulo de taxas cobradas dos clientes, seja devido ao aumento dessas taxas muito além da inflação. Não há controle. O Banco Central não fiscaliza absolutamente nada. Você fica livre para fazer da forma que deseja. Nós sabemos que nesse mercado não há uma concorrência. O mercado bancário é cartelizado.

Por outro lado, os bancos quando emprestam utilizam um *spread* altíssimo, o maior *spread* do mundo, Sr. Presidente. Quando nós aprovamos aqui a Lei das Falências, perguntei a um alto dirigente da Febraban que impacto essa Lei teria na diminuição do *spread*. Ele não respondeu. Impacto não houve nenhum para diminuir o *spread*. Muito pelo contrário, aprovamos a Lei de Falências, que privilegia o recebimento desses créditos, mas aumentaram os *spreads*. Então, paga a conta todo o setor produtivo, especialmente o pequeno e o médio produtores.

O único setor que cresce efetivamente no País é o exportador, que consegue para algumas *commodities*, para alguns produtos semifaturados ou industrializados um mercado altamente comprador.

Quanto ao restante, há uma crise generalizada. Todos que nos ouvem sabem desses problemas. O Brasil inteiro, o Brasil verdadeiro, o Brasil que não é da propaganda engenhosa do PT, da televisão, sabe dessa lamentável crise que estão vivendo setores tão importantes para gerar emprego e renda, para fixar o homem, no campo, como é o caso da agricultura e da pecuária. Qualquer um dos Senadores aqui conhece essa realidade brasileira. Lamentavelmente, assistimos a comemorações de alguns setores limitados, que são lucrativos, porque a conjuntura internacional lhes é favorável. O setor do álcool é lucrativo – sabemos disso –, mas representa quanto do agronegócio? E o arroz? E a soja e tantos outros produtos que estão com seus preços depreciados, como é o caso do cacau? É uma crise fortíssima. Estamos vendo, aí, um trabalho, às vezes, de gerações, sendo destruído, e o Governo dizendo que tem grandes números na economia, na macroeconomia. Mas, o que essa macroeconomia significa para o pequeno produtor e para o pequeno empresário? Lamentavelmente, apenas dificuldade, Sr. Presidente.

Por isso, neste momento quero consignar aqui esse protesto. Essa situação do cacau da Bahia é um problema antigo. Diversas vezes, tratamos desse assunto, fomos falar com o Ministro Roberto Rodrigues, que não teve força alguma, para fazer nada pelo cacau.

A corda está apertando o pescoço dos cacauicultores baianos. Essa cultura que serve tanto à Bahia, e ao Brasil já serviu tanto, hoje é pequena na pauta de exportações, mas merecia atenção maior do Governo. Mas esse não é um Governo que olhe para a agricultura. Sequer tem Ministro da Agricultura. Eu pergunto a qualquer um dos senhores aqui quem é o Ministro da Agricultura do Brasil e ninguém saberá dizer o nome dele.

Eu concedo um aparte, com muita satisfação, se V. Ex<sup>a</sup> permitir, ao Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup>,** como sempre, oportuno nos temas que trata nesta Casa. Esse mistério que paira sobre o crime praticado contra os plantadores de cacau na Bahia, com o famoso caso da vassoura-de-bruxa, merece ser apurado. Eu gostaria de ver a ação do Ministério da Justiça de maneira bem efetiva e rápida nessa questão. Mas, Senador César Borges, é realmente de estarrecer. V. Ex<sup>a</sup> mostra a situação de um setor tradicional da Bahia, como é o do cacau, e o Governo vem fazer aqui apologia de lucros dos banqueiros e das grandes empresas, quase todas multinacionais. E um setor como o agrícola, como o da agropecuária, no Brasil, é colocado de lado. Um setor que gera emprego, que fixa o homem no campo. Ninguém está preocupado com isso. Realmente, é entristecedor ver aqui a maneira leviana como o Governo se ufana dos quatro anos em que dirige este País, com factóides, com promessas de maquete, obras virtuais e, acima de tudo, desrespeito ao trabalhador brasileiro. Vejam o tratamento que o Governo está dando à Volkswagen. Tive até o cuidado de perguntar ao meu querido amigo Sibá Machado qual a posição efetiva do Governo. Ele escorregou daqui, dacolá, não respondeu, disse apenas que o problema existe. Mas o Governo tinha que ser claro quanto a sua posição, se a favor ou contra o trabalhador. A posição do Governo com relação à Varig foi vergonhosa. Será que com a Volkswagen será a mesma coisa? Eu lamento, mas este é o Brasil em que se está vivendo hoje. E aí ouvimos aqui a palavra oficial do Governo, que se ufana de que os lucros no Governo atual foram bem maiores do que no Governo passado, Senador João Alberto, como se fosse uma grande coisa para melhorar a situação de vida do povo brasileiro. Muito obrigado.

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço,** Senador Heráclito. Veja bem V. Ex<sup>a</sup>: ninguém pode ser contra um programa como o de Renda Mínima, de um programa como o Bolsa Família. Acharmos que é um programa necessário para a população mais carente, o que não significa que achamos, Sr. Presidente, que esse programa seja estendido de forma indefinida, porque já alcançou onze milhões e meio de famílias. Isso representa 55 milhões de pessoas, num País de 180 milhões de habitantes. E vai continuar expandido. Se entrarmos em crise na agricultura, na pecuária, no agronegócio, nas pequenas e microempresas, vamos precisar de mais Bolsa-Família. Daqui a pouco vamos ter cem milhões de pessoas no Bolsa-Família. Será que essa é a política certa que queremos? O Renda Mínima é um dinheiro dado sem contrapartida. Queremos emprego, crescimento econômico, dignidade, acima de tudo, para o trabalhador brasileiro, para a sua família, oportunidade para seus filhos. Isso é o que não

estamos assistindo. O Presidente fala no Bolsa-Família por quê? Porque é o programa por meio do qual está conseguindo angariar votos. É o coronel do século XXI: dá o dinheiro com uma mão e toma o voto com a outra. Aproveita-se exatamente da crise econômica para dar Bolsa-Família.

Ontem ouvi, estarrecido, o Presidente falar das críticas que ele mesmo faz ao Bolsa-Família, e uma delas é de que precisamos criar uma porta de saída. Ora, já falamos quantas vezes que era preciso criar essa porta de saída? O que é a porta de saída? Treinar as pessoas, promover crescimento econômico, arrumar empregos, dar dignidade ao trabalhador. Disso ele não cuidou e nem cuida. Ele está falando antes que seja criticado, mas já falamos disso muitas vezes aqui.

Se V. Ex<sup>a</sup> permitir, até para contribuir com o debate, concedo um aparte ao Senador Sibá Machado.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Posso, Sr. Presidente? Obrigado. Senador César Borges, eu faço este aparte, primeiro, para dizer que acho que o PFL está muito catastrofista na tribuna, sempre fazendo observações como se o Brasil tivesse parado, travado; como se o Brasil, de janeiro de 2003 para cá, tivesse quebrado a engrenagem, como uma caixa de marchas de um carro ou um comando de válvula quebrados e fundido o motor. V. Ex<sup>a</sup> trouxe o assunto do cacau e, pelo que me consta, não é a primeira vez. Se existe qualquer pessoa que tenha tomado uma atitude como esta, de ter transportado uma bactéria para contaminar as plantações de cacau na Bahia, ou de qualquer outro lugar, essa pessoa é uma criminosa e deveria estar muito mais do que exonerada do cargo: tinha que estar presa. Agora, é preciso provar que ela fez isso. V. Ex<sup>a</sup> tem referendada essa matéria. Acho que cabe, sim, um inquérito policial, porque é um crime que considero de ordem federal. Se a Polícia Federal tiver um inquérito sobre isso, requer uma investigação. Fiz aqui um pronunciamento sobre o que penso a respeito da agricultura brasileira. Isso é bíblico, vem de José, que fez a interpretação dos sonhos do Faraó sobre as sete espigas magras e as sete vacas magras que comiam as gordas. Aquilo era um sinal de que haveria sete anos de grande produção e sete anos de seca e que o rei deveria se preparar para o período ruim. Então, no período bom, deveria se preparar para o período ruim. Também sou filho desta área, fui agricultor. Na cabeça do agricultor, indistintamente, os mais pobres e os mais ricos, sempre existe a esperança de que o ano que vem será melhor. Os investimentos no setor são de muito curto prazo. E o que ocorre? No momento em que um produto sobe de preço, todo mundo corre para lá. Aí, no ano seguinte, vem uma supersafra daquele produto, e o outro está em falta e volta para cá de novo. Nunca

plantei cacau, mas plantei pimenta-do-reino e café. A terra do meu pai não dava cacau, mas, nas redondezas, havia muito cacau – na Transamazônica, no Estado do Pará. No momento em que o cacau alcançou grande preço – preço dolarizado, a pimenta-do-reino também –, vi muita gente viver por um ano como se fosse rico: mandou fazer casas enormes, comprou carro de luxo para rodar na Transamazônica. Na época, era o lançamento do Santana Quantum, da Volkswagen, da qual acabei de falar, para rodar naquelas vias que, quando chove, não passa quase nem cavalo, imagine andar com um Santana Quantum! Estou falando desta maneira para dizer que há, sim, a necessidade de se trabalhar um melhor equilíbrio de investimento para o setor da agricultura, que é muito cíclico, e trabalha com a questão de *commodities*, com o preço internacionalizado. Quando a Bolsa de Nova Iorque ou de outra decide que o preço de determinado produto é aquele, determinado país faz um estoque e quebra. Li muito sobre a história do cacau em Gana, na África. A Nestlé e outras grandes empresas de chocolate fizeram um trabalho para controlar o preço e arrebentaram com o cacau em Gana e no Brasil. Então, V. Ex<sup>a</sup> tem razão num ponto: precisa, sim, haver uma investigação policial para saber se essa pessoa transportou ou não essa bactéria de maneira criminosa. Se foi, tem de ser presa. Mas discutir o preço da agricultura brasileira requer outro tipo de debate. Sou franco em dizer a V. Ex<sup>a</sup> que este assunto não é de hoje, nem de ontem. Vai chegar para mim, daqui a pouco, um trecho de um pronunciamento sabe de quem? Do Senador Antonio Carlos Magalhães. Pronunciado quando? No ano de 2001, exatamente sobre o cacau, dizendo que está cansado – naquele discurso de 2001! – do Governo Fernando Henrique, que não atendia a seus pleitos a respeito do cacau baiano.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Com relação ao inquérito policial, lamentavelmente, há mais de 60 dias, eu, o Senador Rodolpho Tourinho e o Senador Antonio Carlos estivemos com o Ministro da Justiça. Foi aberto o inquérito e não temos notícia nenhuma da Polícia Federal. Não há nenhuma resposta, nenhuma informação que possa nos dar alguma esperança de que esses criminosos serão responsabilizados pelo ato.

Quanto à agricultura, penso que crises de preços sempre existem. No entanto, o Governo tem que ser sensível para renegociar as dívidas; tem que estar pronto a dar o apoio necessário para que não tenhamos uma migração do campo para as cidades, fazendo com que as periferias das nossas cidades trans-

formem-se em invasões e favelas. Mas este Governo não tem sensibilidade.

E com relação às pragas dos sete anos que V. Ex<sup>a</sup> citou, espero que a praga do PT seja apenas de quatro anos – não passe dos quatro anos. Essa é a minha expectativa. Espero que o povo brasileiro possa refletir, para que encerremos essa praga no final deste ano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador César Borges.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio, do PMDB do Pará.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 30 minutos, aliás, 10 minutos. Estou dizendo 30 minutos por que o Senador César Borges quase ultrapassa os 30 minutos. Só o Senador Sibá Machado falou oito minutos.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a atenção de V. Ex<sup>a</sup> em me permitir os cinqüenta minutos.

Sr. Presidente desta sessão, Senador João Alberto Souza, do PMDB do Estado do Maranhão, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna, nesta tarde, primeiro, para dizer da satisfação com que o povo do meu Estado, Pará, recebe, a partir de hoje, a equipe do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que vai à capital, Belém, para iniciar as tratativas do financiamento do Portal da Amazônia e da macrodrenagem da bacia da Estrada Nova. Os membros da comitiva do BID se encontram, ainda hoje, com o Prefeito Duciomar Costa, no Palácio Antônio Lemos. No domingo, eles visitarão a orla de Belém, onde também inspecionarão a área do Portal da Amazônia, que, na verdade, é uma grande via que será construída na orla de Belém.

Essa área foi resultado de uma questão judicial com a Prefeitura Municipal de Belém, numa região onde funcionava o late Clube do Pará. A área é bem maior: cerca de oito quilômetros, onde se inclui um espaço muito próximo da Universidade Federal do Pará. Como eu disse, é uma área ribeirinha, pois ela é a orla do nosso rio e, com certeza, faz vista, principalmente, para quem chega a Belém pelo nosso rio Pará ou pela baía do Guajará ou mesmo de avião.

É um grande impulso para o turismo. Principalmente para a população de Belém, é um grande avanço na questão sanitária e na saúde. Tendo em vista que já concluímos a macrodrenagem de grande parte de Belém, com essa área da Estrada Nova que estava faltando, a nossa beira-rio, com certeza, o Prefeito de Belém terá uma grande oportunidade de sanear por completo a região.

Faço esse registro porque, na verdade, esse foi um grande trabalho nosso no Senado Federal, em Brasília, junto ao Ministério da Fazenda. Iniciamos os trabalhos, na administração do Ministro Antônio Palocci, com o Secretário do Tesouro Nacional e com a Secretaria Executiva do Tesouro Nacional e continuamos na gestão do Ministro Guido Mantega, com o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, a quem agradeço. Fui eu o Senador do Pará que conseguiu, principalmente por intermédio da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, incluir alterações na Resolução nº 43 do Senado Federal prorrogando o prazo de obrigatoriedade de apresentação de CNPJ, das certidões negativas de todos os órgãos dos Estados e dos Municípios brasileiros e também do Governo Federal:

Executivo, Legislativo e Judiciário.

Foi realmente um grande avanço. Tivemos um trabalho muito grande com a equipe da Prefeitura de Belém lá, junto à Secretaria do Tesouro Nacional, porque havia na época uma enorme dificuldade, uma enorme barreira a ser vencida. É que nos últimos sete anos o Ministério da Fazenda e a Secretaria do Tesouro Nacional não estavam autorizando financiamento para municípios. Então vários municípios brasileiros se habilitavam e não conseguiam ultrapassar a Secretaria do Tesouro Nacional, que é quem analisa a prioridade, a capacidade de endividamento dos municípios bem como a capacidade de pagamento. O Governo Federal é quem dá o aval nessas operações internacionais, nesses empréstimos externos que são feitos junto ao BID, ao BIRD e à Cafap, que é uma instituição financeira com sede na Venezuela e que tem penetrado no Brasil, como já faz em outros países, mas iniciou-se há pouco tempo, com capacidade de emprestar, de financiar projetos principalmente na área social, na área de infra-estrutura, na América Latina.

Faço também esse registro porque sei da dedicação, do empenho e do entusiasmo do Prefeito de Belém, Prefeito Duciomar Costa, que foi nosso colega, Senador da República, e que teve de realmente fazer da sua administração uma administração eficiente, competente e principalmente de apresentar resultados superavitários, haja vista que a Prefeitura de Belém, na legislatura anterior à do Prefeito Duciomar, era deficitária.

Esse superávit fez com que a Secretaria do Tesouro Nacional, em razão do sucesso do primeiro ano de administração do hoje Prefeito de Belém, em 2005, bem como do sucesso que vem apresentando em 2006, aprovasse esse financiamento. São mais de US\$160 milhões, que vão proporcionar à população de Belém, à cerca de mil pessoas, melhoria sanitária.



ria, melhorias com relação à questão da saúde, que é muito precária.

Com certeza, Belém, por meio da aprovação desse financiamento e agora da visita da equipe do Bid, dar-se-ão ainda na administração do atual Prefeito o início e a conclusão dessa obra, bem como a do Portal da Amazônia, que será dada em contrapartida a esse financiamento como obra da Prefeitura de Belém abrangendo a área ribeirinha, a área que fica de frente ao rio, a nossa baía, obra que vai melhorar muito o trânsito, o tráfego e vai possibilitar à população mais segurança.

A questão da segurança é muito importante em Belém, em razão da precária iluminação pública, da ausência de pavimentação de ruas, por falta de saneamento e principalmente pela situação em que se encontra Belém, o Estado do Pará e todo o Brasil, no que se refere à segurança pública.

Tenho também que registrar, Sr. Presidente, Senador João Alberto, a visita que a CAF fará a Ananindeua, Município da área metropolitana de Belém. Da mesma forma que Belém, foi também aprovado o financiamento para Ananindeua, a carta-consulta para serviços de infra-estrutura nessa cidade. Isso vai beneficiar mais de 600 mil pessoas. Conseguimos aprovar esse financiamento junto à Secretaria do Tesouro Nacional e ao Ministério da Fazenda. Contamos com a participação importante do prefeito de Ananindeua, Helder Barbalho\*, que conseguiu, inclusive, junto à Câmara Municipal da sua cidade, aprovar esse financiamento inédito. A isso o Município de Ananindeua, pela primeira vez, habilitou-se e aprovou esse financiamento que vai dar realmente uma nova cara para a cidade. Com certeza isso contribuirá muito para diminuirmos os índices de acidentes, porque vai melhorar a infra-estrutura, vai melhorar os índices de natalidade e diminuir os índices de mortalidade de crianças principalmente pela deficiência existente nessa área sanitária, na área de doenças endêmicas. Com certeza, isso vai atender, e muito, o município de Ananindeua.

Faço esse registro porque essa é uma notícia que aguardávamos há algum tempo. Tenho certeza de que o trabalho do Senado Federal, da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, de todos os senhores membros do Senado pela aprovação que tivemos ainda este ano... Em uma matéria publicada no **Jornal do Brasil** dizia que os empréstimos foram aprovados a toque de caixa, tanto o empréstimo do Pará como o do Rio Grande do Norte e do Estado do Rio de Janeiro.

Ao contrário, aprovamos os empréstimos, todos, dentro da maior legalidade, dentro do prazo regimental. Apenas tivemos a capacidade de mudar a validade, a

vigência da resolução, principalmente, conseguimos convencer os Senadores desta Casa de que precisávamos alterar a Resolução nº 43, tendo em vista que ela obrigava que contratos só poderiam ser assinados, tanto pelo governo federal como pelos governos estaduais ou municipais, até seis meses antes do prazo final do mandato do gestor. E nós conseguimos alterar isso para 120 dias, modificando essa resolução que há muitos anos não era alterada no Senado.

Conseguimos, convencendo o Ministério da Fazenda, o próprio Ministro da Fazenda, o Ministro Guido Mantega; o Secretário do Tesouro Nacional, Carlos Kwall, e o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Bernardo Api, e o Secretário Adjunto do Tesouro Nacional, que participa, assiste a todas as reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. Na reunião, quando discutimos este assunto, mostrando que, neste ano precisávamos aprovar duas alterações. Uma delas permitia a diminuição do prazo para a assinatura dos contratos, bem como a prorrogação de uma resolução que permitia que os contratos fossem assinados sem a Certidão Negativa de Pessoa Jurídica, a CNPJ, de todos os órgãos da administração porque o sistema hoje implantado exigia que todos os órgãos da administração estadual, municipal e federal teriam que, para assinar qualquer contrato, apresentar um número enorme de certidões, o que dificultava e, normalmente, atrapalhava não só o tempo como também criavam obstáculos que eram intransponíveis, principalmente para os municípios brasileiros. No Estado do Paraná, Londrina foi atendida com essa necessidade. Tenho certeza de que aprovamos uma mudança que dá mais celeridade e transparência, permitindo aos municípios e aos Estados brasileiros. E aí incluo o Estado do Pará que terá agora a chance de, ainda no esforço concentrado que faremos nos dias 4, 5 e 6 de setembro, de aprovar um empréstimo externo que se encontra na Secretaria do Tesouro Nacional, que é o Pará Rural. São R\$124.000.000,00 – US\$62 milhões – que já estão lá, praticamente aprovados, dependendo de uma única pendência que não foi incluída no Plano Plurianual do Estado do Pará.

Já entrei em contato com o Governo do Estado do Pará para que fosse providenciada essa modificação, fosse retirada essa pendência. E, no esforço concentrado, se assim Deus permitir, votaremos esse projeto na Comissão de Assuntos Econômicos, votaremos a sua urgência e, se Deus quiser, votaremos também no Plenário do Senado Federal esse projeto que é da maior importância para mais de sessenta, dos 143 Municípios do Estado do Pará. Nós já aprovamos aqui, logo nos primeiros dois ou três anos de mandato no Senado Federal, o Paraurb\*, um projeto também

financiado pelo Bird, que levou recursos para 63 Municípios no Estado do Pará, que foram atendidos com infra-estrutura. Agora, com certeza, com esses recursos, teremos caixa para viabilizarmos alguns projetos que estão paralisados no Pará, relativos à pavimentação e ao asfaltamento de ruas que estamos fazendo em vários Municípios.

Esses recursos, com certeza, servirão para melhorar a infra-estrutura rural do nosso Estado e, principalmente, dos Municípios responsáveis pela capacidade produtiva do Estado, que geram impostos, empregos, renda e fazem com que o Pará participe positivamente da balança comercial do Brasil.

O Pará exporta mais de 4,5 bilhões de dólares por ano e importa menos de 400 milhões de dólares. Assim, tem um superávit de mais de quatro milhões de dólares por ano há mais de doze anos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Luiz Otávio, e parabeno o Pará. V. Ex<sup>a</sup> sempre foi um arauto das coisas do Pará aqui no Senado.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí, ex-Prefeito da bonita cidade de Teresina, capital daquele Estado.

**O SR. MARCOS GUERRA** (PSDB – ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Marcos Guerra, do PSDB do Espírito Santo.

**O SR. MARCOS GUERRA** (PSDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, requero à Mesa, na forma do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja formulado um voto de congratulação ao Sr. Walter Luiz Dalla Bernardina, Presidente do Grupo São Bernardo Saúde, e aos diretores e funcionários daquela empresa pela conquista do 1º Lugar do Brasil para a Mulher Trabalhar, edição de 2006, concedido pelo conceituado **Guia Exame-Você S/A**. Essa empresa, que já ganhou no ano passado, não é grande, concorreu com várias grandes empresas no Brasil, é uma empresa de saúde e tem conquistado vários prêmios. Este ano ganhou como a melhor empresa do Brasil para as mulheres trabalharem. Então, é um motivo de orgulho para mim e para Colatina estar aqui encaminhando à Mesa do Senado este voto de congratulação.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Mesa aguarda o encaminhamento do requerimento e dará seguimento de acordo com o Regimento.

Senador Heráclito Fortes, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra por 10 minutos.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu quero, em primeiro lugar, por dever de justiça e coerência, comunicar à Casa documento que recebi.

Ontem, eu repercuti, da tribuna desta Casa, uma nota da revista **Veja** sobre um jantar em que o chefe de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Sr. Luiz Gushiken, teria participado em um fino restaurante de São Paulo com um empresário do setor de comunicação – e a revista não revela quem -, e consumido um vinho caro, repetindo mais ou menos o que o candidato à Presidência fez há quatro anos.

Recebi do Sr. Gushiken uma correspondência em que desmente a revista e diz inclusive que está tomando providência. Tive a cautela, antes, de ligar para a revista. E o repórter com quem falei, o diretor, compreendeu a minha posição de fazer o anúncio, mas afirmou que no domingo, no final de semana, quando da edição, ela voltará ao assunto.

Eu quero fazer o registro para que não fique a impressão de que é algo pessoal contra o chefe de Assuntos Estratégicos; apenas contra um servidor público que ocupa uma função importante, porta a porta com o Presidente da República, de origem trabalhadora. Notícias dessa natureza repercutem mal no Brasil inteiro. A começar pelos garçons, que, como ele, são de origem trabalhadora e vêem aquele desperdício exatamente patrocinado por um membro influente de um partido que deveria dar o melhor exemplo ao País.

Cumpri a minha parte e fico aqui aguardando esclarecimentos ou não, comprometendo-me, inclusive, a voltar ao assunto na próxima segunda-feira.

Por dever de ofício, Senador César Borges, tenho que tratar de um assunto e louvar a TV Senado. Estávamos aqui quando a Líder do Governo fez uma apologia ao preço do gás de cozinha no Brasil inteiro. Por ironia do destino, recebo um fax de Santa Catarina, de um atento ouvinte desta TV Senado, que me deixa duplamente triste por dois Estados.

Em primeiro lugar, o gás subiu entre 30% e 35%, sendo a média, mais ou menos, de 30%. Pasmem, senhores, onde o gás mais subiu foi em Santa Catarina e no Piauí. Isso me deixou triste e realmente preocupado com a Líder, que tinha obrigação de saber, pelo menos, que o seu Estado foi o mais penalizado com essa subida do gás. Fica aqui o registro.

Pedi a V. Ex<sup>a</sup> – sei que vou receber – esse discurso pronunciado há pouco, em que se faz uma apologia sobre os lucros obtidos pelas grandes empresas no Brasil este ano.

Mas sei que o Estado de Santa Catarina, que tem vocação para setores como a indústria calçadista, a indústria da cerâmica, a indústria têxtil e a indústria de laticínios – cujas exportações estão proibidas por determinação do Ministério da Saúde, tendo em vista falhas gravíssimas no Governo com relação à campanha de combate à febre aftosa –, foi bastante penalizado. E uma quantidade de *e-mails* que recebi de ouvintes daquele Estado já dá uma prova imediata de que esse discurso não vai muito com a realidade do que acontece no Brasil. Logo a seguir, vimos aqui um pronunciamento do Senador da Bahia César Borges, que governou aquele Estado e que não conta nenhum avanço para corroborar com o pronunciamento de S.Ex<sup>a</sup>.

Infelizmente, o Senador Sibá Machado atendeu ao chamamento da Líder e, dessa vez, em dupla, retiraram-se do plenário. Naquela velha tradição de o Governo não querer debater verdades com a Oposição. Lamentável! O Senador Sibá Machado é um homem que não foge ao debate. Mas o Partido dos Trabalhadores é um partido de hierarquia forte, e desobediência custa caro. Então, S. Ex<sup>a</sup> teve que atender ao chamamento. Tenho certeza de que a contragosto.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz aqui é mostrar, mais uma vez, o veio autoritário do Partido dos Trabalhadores. Vejam V.Ex<sup>as</sup> que eles proclamam liberdade nas tribunas, mas, nos tribunais, não abrem mão das prerrogativas autoritárias.

Na semana passada, recebi aqui, de maneira desprezível, uma pessoa que foi ao meu gabinete e que me trouxe um pequeno boneco, a princípio querendo chamá-lo de Lulóquio. Eu achava que com aquele nome atingiria diretamente a figura do Presidente da República, por isso não concordei. Um ou dois dias depois ele voltou. Havia substituído o nome por Pitóquio. Era uma figura simpaticíssima, com um narigão, numa versão tecnológica, moderna, que infelizmente não vai poder ser apresentada. Por meio de controle remoto, no momento em que o boneco mentia, o nariz crescia. Era algo fantástico. Só a criatividade do brasileiro consegue alcançar, a custo quase zero, a preço barato, esse tipo de coisa.

Lamento que a proibição da continuidade da fabricação do boneco vá desempregar gente, ou tirar a possibilidade de emprego. A imaginação brasileira é criadora, Senador Marcos Guerra. Imagine que no Blog do Noblat, que repercute a matéria, a quantidade de brasileiros querendo ter acesso a esse inocente boneco é algo impressionante. E há sugestões. Uns querem que se faça chaveiro, outros, que se faça aquele bonequinho de colocar na frente do carro, que agrada às crianças. O boneco é simpático, não é arrogante. Tem um defeito que às vezes a criança tem, mas, com

uma boa educação, ela passa a ter compromisso com a verdade ao se tornar adulta. Afinal é uma criança.

Bom, recebo agora já uma decisão do juiz auxiliar do Tribunal do Estado, Dr. Oton Lustosa, que expediu uma sentença proibindo a coligação Resistência Popular de usar o boneco Pitóquio em comícios ou propaganda gratuita no Estado.

É o tipo da medida tomada por expectativa. O boneco foi lá. Foi dado o presente, foi entregue, não sei o destino, nunca mais tive notícia dele. As notícias foram todas por meio da correspondência recebida. E a minha preocupação é saber se a Justiça brasileira toda vai tomar a mesma providência. Porque a minha preocupação, criativo como é o Brasil, é que as pessoas já tenham clonado – já que o clone é uma coisa em moda – o Pitóquio original e ele esteja disseminado pelo Brasil afora.

Não entendo por que uma decisão tomada dessa maneira. Aliás, o PT, num passado recente, era useiro e vezeiro em usar esses expedientes, em satanizar as pessoas. É isso.

Mas vou mostrar coisa mais grave que está acontecendo no Piauí. A Justiça proíbe a vinculação do PT ao mensalão. Nós não podemos mais dizer, na propaganda eleitoral, que existiu mensalão no Brasil. E aí?

E aí? Vamos mostrar o quê? Não vi nenhuma decisão sobre o dólar na cueca. Não está aqui. No entanto, no momento em que se falar sobre isso, evidentemente, vão entrar na Justiça.

Novamente, o Governador entra e ganha na Justiça. O PT consegue proibir que se veicule, na televisão, o envolvimento do Governador do Estado com os “sanguessugas”. Eu até pensava que não tivesse nada com o episódio, e daí não temer o debate sobre o assunto. Acharam umas ambulâncias estocadas num muro no fundo, ele recebeu o Vedoin duas vezes, mas isso poderia não dizer nada. O que houve de grave foi a liberação de recursos após o prazo permitido pela lei eleitoral. O Tribunal de Contas, de maneira ágil, tomou providências e pediu.

Aliás, estou curioso para ver o despacho do Ministro Valmir Campelo no todo. Vi apenas um resumo. Quero saber exatamente o que foi que motivou S. Ex<sup>a</sup> a tomar partido, a tomar uma decisão dessa natureza, uma vez que é um homem muito seguro, muito tranquilo, muito equilibrado.

Agora vem outra: “Wellington Dias quer acabar vídeos de humor do Firmino”. Firmino é o candidato do PSDB. Tem que tomar conhecimento, até porque não conseguimos nem nos coligar, tivemos diferenças, e não é justo que ele não possa sequer reproduzir um vídeo de humor – não entendi bem o que é – mostrando ações de S. Ex<sup>a</sup> o Governador do Piauí.

Se esse pedido de Constituinte do Lula passa, não tenho dúvida de que eles vão criar um tribunal de Nuremberg. O modelo que seria adotado pelo Brasil com essa nova Carta Constitucional é o modelo do Chávez e do Evo Morales.

Aliás, o Lula tem demonstrado gratidão para com esses dois fiéis companheiros. No programa de televisão, ele se mostra, muito cerimonioso – parecia que estavam se vendo pela primeira vez –, com vários estadistas europeus, num cumprimento formal, mas não mostra nenhuma fotografia de um encontro seu, de intimidade real, inclusive desrespeitosa, com Evo Morales, como aquela em que Evo o abraça. O Evo Morales não aparece no programa de Sua Excelência. Mas a fixação é grande, desde o começo. Até o avião comprado pelo Governo brasileiro é igual ao comprado pelo seu líder maior: Hugo Chávez.

Trago isto à tribuna porque acho lamentável que o PT enverede por esse caminho do cerceamento à liberdade.

Agora fico preocupado, porque o que acontece na campanha eleitoral do Piauí, Senador João Alberto, é um fato muito grave. Fico me perguntando: será que vão poder dizer que o Governador prometeu fazer estrada no Piauí todo em troca de votos e que está começando uma aqui, outra acolá, e não está continuando? Ou a Justiça Eleitoral vai proibir de se dizer isso? Será que não vamos poder dizer que o Governador prometeu vinte mil empregos e anunciou a instalação da Vale do Rio Doce no sul do Piauí? Seria para o ano de 2005 e o *slogan* era “O Piauí adora Vale”. Agora pergunto: vale o quê? Os empregos não aconteceram, nada, tudo factóide.

Teremos condições de, em praça pública, dizer que o Governador anunciou, no Piauí, inclusive marcando data, um vôo internacional saindo de Milão para Parnaíba. O que havia de funcionários, de empresários, em Parnaíba ajeitando suas vendas para receber italianos, franceses, o pessoal todo querendo treinar uma língua para facilitar aquele contato... O Governador mandou, inclusive, a equipe precursora para vir no avião. Aí esqueceram-se da escada, daquele carrinho da bateria e do combustível. Esqueceram de tudo. Esqueceram mais: esqueceram da migração.

Tinha de haver um posto da alfândega para receber os que chegassem. Esqueceram da data. Adiaram para setembro; mas, como setembro já está chegando e em outubro haverá eleição, estão adiando para dezembro.

Será que vamos poder dizer que o Governador prometeu para outubro a reinauguração da estrada de ferro São Luís/Teresina e não fez nada? É uma estrada que poderia ter, inclusive, uma grande importância

não só para o transporte de nossas riquezas, mas, principalmente, para o turismo.

Vamos poder dizer que é mentira a história das quatro hidrelétricas prometidas, que iam começar, pois já estava tudo pronto? Vamos poder dizer que é mentira?

O estilo Duda Mendonça, que é o que funciona aqui e em São Paulo, inspirado ainda no “fura fila” do Sr. Maluf... Todo mundo se lembra disso: era o “fura fila” e o Pitta. O Maluf dizia que, se o Pitta não cumprisse tudo, o povo poderia nunca mais votar em Maluf. Nem o Pitta cumpriu e nem ele deixou de pedir voto. Duda agora está lá. Ele não pode aparecer, não vai na frente, mas parece-me que a campanha que ele faz para o Mercadante gratuita. Pelo menos quanto à campanha da eleição passada, na própria CPMI, os dois concordaram que era uma generosidade de um empresário do setor de comunicação, de um “marqueteiro” famoso, para um velho amigo. Mas o estilo é o mesmo: estradas que não existem, pontes que não saíram da prancheta, a refinaria do Hugo Chávez...

Agora eles estão com o factóide de resolver o problema da Marinha Mercante. Vamos ter, daqui a alguns dias, o esforço concentrado. A psicose é aprovar esse aumento de crédito para que a Transpetro possa construir os tais navios. Estão prometendo navio em todo lugar. Em todo lugar vai ter um estaleiro. É uma brincadeira a facilidade com que prometem estaleiro. Vão resolver o problema da Transpetro, que é rica, mas vão se esquecer, Sr. Presidente, dos pequenos estaleiros, inclusive de um existente no seu Estado, o Estado do Maranhão, que precisa, esse sim, do Fundo da Marinha Mercante, vão se esquecer de estaleiros para atender o transporte de passageiros da Amazônia, para construir as barcas que fazem a travessia entre Rio e Niterói, para atender à população. Querem fechar um pacote para atender à Marinha Mercante.

Senador Marcos Guerra, vejam só o descaramento: o projeto vai até 2024, mas querem resolver o problema agora. Querem que o Senado aprove. Se o Senado não fizer isso estará contra o Brasil? Não! O Senado da República tem que ter responsabilidade nesses assuntos, até por que, Senador Marcos Guerra, esse é um projeto que mexe – reconhece-se isso na exposição de motivos – na infra-estrutura do transporte brasileiro. Por que, na tramitação, não se remeteu a matéria à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura? Por que fizeram a aprovação a toque de caixa, quando sequer era um dia rotineiro de reunião da comissão? Trata-se de coisas em cuja aprovação precisamos ter muita cautela.



Vamos admitir que a generosidade nos remetes-se a essa aprovação, num crédito de confiança. Ainda assim, segundo a programação deles, há apenas 10% dos recursos liberados para o presente ano. Há algo errado nisso, Senador Marcos Guerra!

Mesmo assim, vamos lá. Acaba-se com o dinheiro do Fundo da Marinha Mercante. A Transpetro tem condições de tirar empréstimos externos alongados, sem comprometer o BNDES, em melhores condições e com aval insuspeito e ilimitado, que é o da Petrobras. Vamos usar esse fundo para a geração de empregos no País, fortalecendo os estaleiros pequenos que já existem e que são permanentes.

Concedo o aparte ao Senador Marcos Guerra, com muita alegria.

**O Sr. Marcos Guerra** (PSDB – ES) – Senador Heráclito Fortes, com muita sabedoria, V. Ex<sup>a</sup> trouxe a esta tribuna vários fatos que ocorrem de norte a sul do País. Ainda agora, fiz um pronunciamento justamente sobre os nossos dois brasis. São R\$5,6 bilhões para gerar em torno de 22 mil empregos até o ano de 2025. Reforço a conta que fiz da tribuna ainda agora: os grandes projetos, em torno de R\$2 milhões, geram um único emprego. Há setores da economia brasileira que estão morrendo, como o do vestuário, lembrado por V. Ex<sup>a</sup>, do Estado da Senadora, no Vale do Itajaí, que, tenho certeza, está me ouvindo e sabe do que estou falando. O Governo não faz nada para socorrer esses segmentos, inclusive este a que V. Ex<sup>a</sup> se refere, os pequenos estaleiros.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Aliás, Santa Catarina é forte também na questão dos estaleiros.

**O Sr. Marcos Guerra** (PSDB – ES) – Com certeza.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – A Senadora até foi lá com o Presidente, inaugurar, fazer o lançamento de um barco desses. Mas é preciso estimular a indústria de uma maneira geral.

**O Sr. Marcos Guerra** (PSDB – ES) – Com certeza, Senador. Infelizmente, o Governo realmente não tem olhado para a geração de emprego, que está nos micros, pequenos e médios negócios. V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns, pois assoma à tribuna, mais uma vez, para relatar à Nação os problemas sérios que devem ser corrigidos com o maior rigor. Lamento também que o Estado de V. Ex<sup>a</sup> não possa citar mensalões em campanha eleitoral. Realmente, é uma pena porque a população perde a oportunidade de realmente se lembrar de fatos importantes que aconteceram na Nação brasileira e que mudaram inclusive o rumo da política nacional.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – O mais grave, Senador, é que, no Piauí, não há nenhum

mensaleiro, não podemos importar o exemplo. Estamos proibidos de dizer o que houve no Brasil, até para alertar. É uma situação difícil.

Quero encerrar, Senador João Alberto, para mostrar como está o PT. Questionei o Senador Sibá Machado, que tem se mostrado um excelente economista e que mostra que ninguém é insubstituível. S. Ex<sup>a</sup> tem conseguido explicar de maneira mais fácil. Eu, por exemplo, que não entendo nada de economia, consigo entender o que o Sibá diz e não entendo o Mercadante. O Senador Sibá Machado é muito mais lógico, muito mais prático e fala com todos.

Perguntei, sobre a Volkswagen, qual era a posição do Governo, se era contra ou a favor dos trabalhadores. Não respondeu. Foi aqui, foi acolá, não respondeu. Daí eu pergunto: a Volkswagen está recebendo empréstimos do BNDES, e esse banco não exige nenhuma contrapartida pela manutenção dos empregos?

S. Ex<sup>a</sup> aqui disse uma coisa fantástica: que a fábrica está envelhecida e que pretende mudar de cidade. Já pensaram o que é transferir famílias, três mil e tantas famílias? O PT de hoje pensa assim. O PT de hoje pensa assim. Se fosse antigamente, estaria na porta da fábrica fazendo piquete, estaria fazendo nas fábricas o que o Bruno Maranhão fez aqui no Congresso, invadindo, fazendo bagunça. Mas não há preocupação alguma. Hoje, para coroar tudo isso, há um jantar importante em São Paulo, ao qual acho que o Presidente da República deve ir. É missão. Espero que seja um jantar com interesses republicanos, para discutir a conjuntura nacional e não necessidades eleitorais que, como sabemos, são grandes. Mas que ele discuta, não venha com bravata como fez quando foi para a Inglaterra, quando disse que iria tratar olho no olho a questão daquele brasileiro que, por engano, foi morto no metrô, e se encantou com os tapetes do Palácio, com a conversa da Rainha, com o luxo e com a riqueza e não trouxe nenhuma solução, e a família ainda hoje espera.

Lamento, Sr. Presidente, que essas coisas estejam acontecendo. A minha preocupação é que Sua Excelência esteja jogando um cesto de pedras para cima e se esqueça de sair de baixo, fazendo com que, na hora certa, todas elas caiam sobre a sua cabeça.

É esperar para ver.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os Srs. Senadores Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio, Sérgio Guerra, Marcos Guerra, Alvaro Dias, Renan Calheiros e Edison Lobão enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Dois atos falhos e uma revelação”, publicada no **Jornal do Brasil**, do último dia 11 de agosto do corrente.

A matéria trata da entrevista concedida pelo presidente Lula ao **Jornal Nacional** e de seus tropeços ao responder as perguntas dos apresentadores William Bonner e Fátima Bernardes. Segundo a matéria, o presidente-candidato se mostrou “nervoso, tenso, trocando as palavras”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# Dois atos falhos e uma revelação

Nervoso, tenso, trocando as palavras, o presidente-candidato Luiz Inácio Lula da Silva respondeu ontem às perguntas dos apresentadores William Bonner e Fátima Bernardes, do **Jornal Nacional**, no Palácio do Planalto, na bancada montada especialmente para a entrevista. Minutos antes, soube, pela pesquisa Ibope encomendada pela TV Globo, que pode ganhar as eleições no primeiro turno. O cenário positivo não aplacou o nervosismo. Na primeira fala, um erro: “combate à ética”. No quarto programa, depois de ouvidos os adversários Geraldo Alckmin (PSDB), Heloísa Helena (PSOL) e Cristovam Buarque (PDT), o presidente foi tratado como “candidato”. Ao final de questões incisivas sobre escândalos de corrupção no governo, a imagem que ficou foi a de um presidente apreensivo com perguntas no campo da ética.

Lula informou que demitiu os ex-ministros da Casa Civil José Dirceu e da Fazenda Antônio Palocci, depois de acusados de envolvimento em escândalos. “Afastei todos. Afastei o José Dirceu. E afastei o Palocci”. A revelação colide com o teor da

carta de despedida a Dirceu (“meu querido Zé”) e do discurso de adeus a Palocci (“eterno companheiro, grande irmão, o melhor ministro da Fazenda de todos os tempos”).

Questionado sobre porque Paulo Okamoto – amigo de Lula e presidente do Sebrae, acusado de pagar dívidas do presidente com o PT – não liberou seu sigilo bancário para esclarecer as suspeitas, Lula respondeu: “É um direito dele não querer quebrar o sigilo, isso pode acontecer com qualquer cidadão. Pode acontecer com você, Fátima, com você, William”.

Durante os 11 minutos e meio cravados, durante os quais foi interrompido três vezes, Lula deu apenas um sorriso. Nervoso, ao final da entrevista cometeu mais um ato fa-

lho. Perguntado sobre o que gostaria de fazer no segundo mandato, o presidente-candidato elogiou o próprio governo, citando dados positivos da economia, e cometeu mais um desliz: “Está tudo crescendo neste país, a única coisa que cai é o salário”. Logo depois, corrigiu-se: “Não, não. Desculpe, é a inflação”. E riu.

Os tropeços do presidente-candidato talvez pudessem ter sido evitados. Como debates e entrevistas já fazem parte da rotina presidencial, Lula dispensou o chamado *media training*, programa especial de treinamento utilizado pela maioria dos candidatos, com o objetivo de prepará-los para entrevistas coletivas à mídia impressa e eletrônica. À tarde, em reunião com assessores no Palácio da Alvorada, o presidente atualizou números e estatísticas do governo, e repassou temas que vêm sendo abordados com frequência durante a campanha eleitoral, como segurança pública, geração de emprego e renda, crescimento da economia, taxas de juros e combate à corrupção.

“ Afastei todos. Afastei o José Dirceu. E afastei o Palocci

**Luiz Inácio Lula da Silva,**  
presidente e candidato

■ Leia e opine no **JB Online.**  
[www.jb.com.br/24horas](http://www.jb.com.br/24horas)

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da entrevista concedida pela Delegada da DRT/AM, Gláucia Reis Credie, intitulada “Não ao trabalho infantil”, publicada no jornal **Diário do Amazonas**, em sua edição de 13 de agosto do corrente.

Na entrevista, a Delegada Regional do Trabalho trata da brilhante iniciativa de criar uma comissão para combater a utilização de crianças e adolescentes na venda de jornais impressos nos semáforos de Manaus. A Delegada Gláucia destaca, ainda, os trabalhos de

fiscalização da DRT no combate à exploração do trabalho infantil.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida entrevista passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.  
Muito obrigado.

# DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## Não ao trabalho infantil

Crianças e adolescentes estão proibidos de vender jornais nas ruas da cidade. A Delegacia Regional do Trabalho (DRT/AM) em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT) e Secretaria Municipal de Direitos Humanos (Semdh) montaram uma comissão para impedir a comercialização de jornais por crianças, segundo informou a delegada da DRT, Gláucia Credie, em entrevista dada à repórter Paula Litaiff. Gláucia propôs que as empresas de jornais impressos se responsabilizem pela fiscalização dos distribuidores de jornais que utilizam mão-de-obra infantil.

**“Nossa intenção não é multar, mas buscar parceiros para o combate ao trabalho infantil”**

A utilização de crianças e adolescentes para a venda de jornais nos semáforos é uma prática muito antiga em Manaus e no Brasil. Quando surgiu a ideia de combater esse tipo de ação na cidade? Surgiu em 2001 na DRT, durante a gestão de Jorge Guimarães (atual secretário da Secretaria Municipal de Direitos Humanos (Semdh)). Na época, a Delegacia convocou os distribuidores dos cinco jornais da cidade para assinar um Termo de Ajustamento e Conduta se comprometendo a não utilizar mão-de-obra infantil na venda de jornais.

Eles cumpriram com o acordo? Nunca cumpriram, durante cinco anos. É na segunda vez que chamávamos os distribuidores para prestar contas na DRT, não eram os mesmos que tinham assinado o Termo de Ajustamento e Conduta. Havia muita rotatividade desse tipo de profissional nas empresas de jornal impresso, então se tornava difícil o cumprimento do acordo. Os novos distribuidores valiam-se do fato que não foram notificados pela DRT. Enquanto isso, as crianças continuavam a ser exploradas. Então decidimos chamar as empresas para discutir o assunto.

Mas por que a DRT decidiu responsabilizar as empresas de jornais pela contratação de crianças feita pelos distribuidores?

Porque toda empresa é responsável pelo processo de comercialização do seu produto até o consumidor final. Ou seja, se uma empresa contrata pessoas de mão-de-obra para utilizar crianças na venda dos produtos dela, ela também se torna co-responsável no crime de exploração do trabalho infantil. Além do mais, como já disse, a fiscalização a pessoas físicas era muito ineficaz. Por outro lado, a relação com empresas é mais sólida e viável judicialmente. Pois todas elas possuem um assessor jurídico que as orientam na execução dos serviços junto à DRT.

O que foi feito para formalizar a responsabilidade das empresas na contratação de crianças para a venda de jornais? No mês de abril deste ano, a DRT juntamente com o MPT solicitaram um estudo da extinta Secretaria Municipal de Infância e Juventude (Seminf), atual Semdh, para saber qual era a faixa etária das pessoas que trabalhavam na venda de jornais na cidade. Além de verificar quais eram as condições de trabalho delas e para que empresas elas trabalhavam. Com o resultado desse estudo em mãos, o Ministério Público do Trabalho entrou com uma ação civil pública contra as seis empresas de jornais da cidade.

O que pediu a ação? Uma indenização no valor de R\$ 200 mil para ser revertido ao Fundo Municipal de Apoio à Criança e ao Adolescente, ligado à Semdh. Esse valor é uma forma de indenizar a sociedade pelo mal causado contra as crianças no período em que elas foram exploradas pelas empresas na venda dos jornais. A segunda petição é uma multa diária no valor de R\$ 1 mil por cada criança ou adolescente encontrado vendendo jornal nas ruas.

A senhora acredita que com essa atitude as empresas passarão a controlar o trabalho de contratação feito pelos distribuidores e as crianças e adolescentes não serão mais usados na venda de jornais?

Temos grandes esperanças que o problema, pelo menos, diminua. Particularmente, já observei uma grande redução no número de crianças e adolescentes vendendo jornais nos semáforos. Mas é claro que ainda existem alguns trabalhando. Na realidade, é bom deixar claro que não é nossa intenção multar as empresas, mas tê-las como parceiras no combate ao trabalho infantil. Isso, na verdade, é o que a sociedade deveria fazer para lutar contra esse mal.

E como a sociedade pode ajudar no combate à exploração do trabalho infantil? Não comprando mais produtos vendidos por crianças e adolescentes. Com essa atitude, os exploradores terão que procurar adultos para contratar. As pessoas precisam ser cientes que, ao comprar de uma criança, elas não estão lhe ajudando, mas prejudicando o futuro. Isso porque estudos demonstram que crianças que trabalham têm baixo rendimento escolar.

O problema é que, embora as instituições realizem ações de combate à exploração infantil e uma parte da população deixe de comprar de crianças, os pais desses meninos insistem em colocá-los nas ruas com a desculpa da necessidade financeira. O que fazer nesse caso? Nesse caso, o Poder Público deve atuar com a realização de políticas públicas voltadas para a geração de empregos. O governo, tanto na esfera estadual como municipal precisa entender que ao criar postos de trabalhos, milhares de crianças podem deixar de trabalhar nas ruas.

Quais são as principais consequências do trabalho na infância?

Posso citar uma em especial que acarreta outras consequências: a baixa escolaridade. Sem perspectiva de vida, jovens tornam-se medocres profissionais, e a falta do dinheiro muitas vezes os leva à prática de crimes.

E em relação a outros segmentos comerciais, como a DRT vem atuando no combate ao trabalho infantil?

Em junho (mês que se celebra o combate ao trabalho infantil) em todo o Brasil de 2005, fizemos um estudo para saber em que segmentos, crianças e adolescentes poderiam ser encontrados e o resultado foi: restaurantes e padarias. Então deslocamos nosso efetivo para fiscalizar esses locais e encontramos somente dois adolescentes. Logo percebemos que o mercado formal quase não usa mão-de-obra infantil. Esse junho deste ano, realizamos palestras e cursos orientando crianças e familiares sobre o problema. Mas no Dia da Criança, em 12 de outubro, a DRT vai chamar todas as instituições ligadas ao combate ao trabalho infantil para pedir prestação de contas dos serviços prestados nos últimos 12 meses.

O DIÁRIO decidiu assinar a carteira de jovens maiores de 16 anos para a venda de jornais. O que a senhora acha disso?

Se houve um acordo judicial, e o juiz entendeu que esses jovens precisavam do emprego para a subsistência deles e da família, não vejo mal nisso. A legislação permite que jovens maiores de 16 anos possam trabalhar, desde que o trabalho não prejudique a vida escolar deles.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Educação e segurança estão carentes de investimentos, diz ONG”, publicada no jornal **Gazeta Mercantil**, em sua edição de 24 de julho do corrente.

A matéria mostra que a Organização não Governamental Contas Abertas, que fiscaliza os gastos públicos, constatou que “o perfil de investimentos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva traz à tona um abismo entre a prática de sua administração e o discurso de campanha adotado pelo presidente-candidato”.

Segundo a matéria, setores como educação e segurança pública se mostraram carentes de investimentos no Governo petista.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**SUCESSÃO PRESIDENCIAL**

# **Educação e segurança estão carentes de investimentos, diz ONG**

**KARLA CORREIA**  
BRASÍLIA

A observação mais detalhada do perfil de investimentos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva traz à tona um abismo entre a prática de sua administração e o discurso de campanha adotado pelo presidente-candidato. Setores como educação, bandeira eleitoral de Lula, e segurança pública, tema inevitável na corrida presidencial, se mostraram carentes de investimentos no governo petista, de acordo com dados levantados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) pe-

**O volume de recursos em educação no primeiro ano do governo Lula foi equivalente a 8% do total de gastos na área**

la Organização não Governamental Contas Abertas, que fiscaliza os gastos públicos.

**INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO**

O volume de investimentos em educação no primeiro ano do governo Lula foi equivalente a 8% do total de gastos na área. Dos R\$ 17,3 bilhões reservados para essa rubrica em 2003, 55,3% foram destinados a encargos sociais e despesas com pessoal.

Os investimentos, que representam o que o governo faz de novo no setor, mereceram 8% dos recursos. Essa percentagem cai para 4% em 2004, em um volume que contrasta com o bordão repetido por Lula, de que dinheiro para a educação não pode ser encarado como despesa em seu governo.

O balanço sobre investimentos em segurança pública, por

sua vez, não só mostra uma queda expressiva nos recursos aplicados pelo governo na área como também traz o questionamento sobre a eficiência desses investimentos. O montante total de investimentos pagos no ano passado no setor equivale a menos da metade daquele desembolsado em 2001.

O volume total de recursos aplicados no Estado de São Paulo entre 2003 e 2006 caiu 16,29 pontos percentuais na comparação com o total investido pela União somente nos dois últimos anos do governo Fernando Henrique Cardoso. Contudo, o estado continua com investimento per capita, nessa área, superior à média nacional de R\$ 130,52. São Paulo recebe R\$ 153,81 em recursos por pessoa. O Rio de Janeiro, outro estado vitimizado pela violência, recebe R\$ R\$ 236,98 por habitante.

**DIÁRIAS DE HOTÉIS**

No ano passado, a União investiu R\$ 484,3 milhões em segurança. Cifra inferior à despesa dos ministérios com diárias em hotéis – R\$ 528,8 milhões – por exemplo. Essa parte dos gastos é uma parcela privilegiada entre as despesas do governo. A União desembolsou R\$ 598,2 milhões com passagens no ano passado.

Outros R\$ 1,403 bilhão com a aquisição de imóveis e R\$ 127,4 milhões com a aquisição de periódicos e pagamentos de anuidades. Materiais e serviços de áudio, vídeo e foto consumiram R\$ 63,2 milhões em verbas orçamentárias, no mesmo período. Para efeito de comparação, a União investiu, no ano passado, R\$ 28 milhões em saneamento. Que é outra bandeira da candidatura de Lula à reeleição.



**O SR. MARCOS GUERRA** (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nos últimos anos, as baixas taxas de crescimento econômico brasileiro têm sido um dos temas mais debatidos no País. As razões são muitas e as mais citadas são a excessiva carga tributária e os juros mais altos do mundo. Mas há um fator poucas vezes mencionado e que tem sido, como os impostos extorsivos e os juros absurdos, um fator determinante para impedir que tenhamos índices de crescimento maiores.

Não há país que cresça sem investimentos em infra-estrutura, especialmente em transportes. O atual Governo, que abandonou o programa de privatizações e não propôs uma alternativa viável, vem assistindo, sem tomar providências, à degradação da infra-estrutura do País. As deficiências da infra-estrutura brasileira fazem com que os empresários gastem por ano US\$4,400 bilhões de dólares a mais que nos Estados Unidos para movimentarem suas mercadorias, de acordo com um estudo da empresa de consultoria Trevisan.

Como poderemos ser competitivos no mercado internacional se o custo de transporte rodoviário por tonelada de grão até o porto de embarque no Brasil é de US\$70.00, enquanto em outros países é de US\$20.00? Como teremos condições de alcançar altas taxas de crescimento se a movimentação de um contêiner em nossos portos custa US\$60.00, e em outros países não passa de US\$15.00? Como incentivar exportações se os navios cargueiros que atracam num porto brasileiro são obrigados a pagar uma “taxa de farol”, única no mundo, de mais de R\$3.400,00 – em plena era da navegação por satélite e das cartas náuticas computadorizadas? São apenas alguns exemplos do chamado “Custo Brasil”, que tanto prejudica nosso desempenho no comércio exterior.

Nossas estradas, em sua maior parte, estão em péssimo estado de conservação – apenas um quarto delas, de acordo com a Confederação Nacional dos Transportes, pode ser considerado como em boas condições de uso. Não tenho notícia de programa algum para recuperá-las, a não ser ações emergenciais e comprovadamente ineficazes, como a recente “Operação Tapa-Buracos” – embora por elas trafeguem 62% das cargas transportadas no País. A movimentação portuária no Brasil cresceu mais de 79% desde 1993, mas muito pouco foi feito até agora para modernizar nossos portos.

Como o Governo federal não investe, não faz manutenção preventiva e não cria condições favoráveis ao investimento privado na área, a perspectiva a médio e longo prazo é de colapso. Se continuarmos a adiar indefinidamente os investimentos em infra-estrutura, jamais alcançaremos índices de crescimento similares aos de outros países emergentes.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Google inc. impetrou ontem ação na justiça

brasileira pedindo que seja indicado um especialista com o objetivo de confirmar, de maneira independente, que o Google Brasil não possui informações de usuários do orkut.com.

Por meio de uma ação civil pública com pedido de liminar, o procurador regional dos direitos do cidadão, Sergio Gardenghi suíama, quer que a filial brasileira seja obrigada a cumprir as ordens já expedidas pela justiça federal de quebra de sigilo de comunidades e perfis criminosos no Orkut, sob pena de multa.

O Ministério Público Federal – MPF – pede na ação que a filial do Google no Brasil, localizada em São Paulo, seja fechada caso a determinação não seja cumprida. no mérito, o mpf pedirá a condenação da google brasil ao pagamento de indenização milionária à sociedade pelos danos causados pelos sucessivos descumprimentos de ordens judiciais.

Há denúncias de mais de 100 mil crimes no orkut, sendo que mais de 40% deles são de pedofilia e pornografia infantil na comunidade virtual.

O Google brasil quer provar que não possui o banco de dados das comunidades virtuais do orkut ou qualquer informação sobre esses usuários.

A empresa alega que as informações sobre usuários do orkut são administradas pelo Google inc., empresa sediada nos estados unidos e que mantém o orkut.

A ausência de uma agenda estratégica do governo, que contemple políticas para as tecnologias de informação e para a economia digital foi tema trazido à tribuna no final de maio passado.

Dado: segundo relatório do fórum econômico mundial, em 2006 o Brasil caiu, pelo terceiro ano consecutivo, seis posições no *ranking* que mede a capacidade dos países de usar a tecnologia da informação para incentivar a competitividade segundo relatório do fórum econômico mundial, em 2006 o Brasil caiu, pelo terceiro ano consecutivo, seis posições no ranking que mede a capacidade dos países de usar a tecnologia da informação para incentivar a competitividade.

O episódio “Google Brasil” ratifica, mais uma vez, a nossa preocupação já manifestada da tribuna do senado :

A ocorrência diária de ilícitos através da internet e redes de todos os tipos reforça a nossa visão: o congresso nacional deve discutir com urgência uma legislação mais rigorosa para impedir os crimes virtuais

Nesse contexto, a questão da certificação digital é inadiável. devemos tornar obrigatória a identificação de todas as partes: o agente, e-consumidor, internauta ou usuário de internet em geral. o anonimato da rede não pode estar a serviço de posturas delituosas. há crimes que nascem via internet. precisamos urgentemente de um amplo projeto de política nacional para nossa economia digital”.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores,

**Homenagem a JK - 30 anos de sua morte**

*Pronunciamento do senador Renan Calheiros*

*Presidente do Senado Federal - 22/08/06*

Homenageamos, na sessão de hoje, a memória de um dos brasileiros mais queridos e admirados deste século, o ex-presidente Juscelino Kubitschek.

A morte de JK, 30 anos atrás, deixou órfão um país inteiro. Foi com ele que vivemos os anos dourados. Foi com ele que experimentamos um período de desenvolvimento sem precedentes.

Com JK, o Brasil entrou na era da modernidade, na era industrial. Ganhou 13 mil quilômetros de estrada, uma indústria automobilística e naval, ganhou uma nova Capital em pleno cerrado. Ganhou, acima de tudo, auto-estima e confiança no futuro.

O Brasil de JK foi o Brasil da bossa nova e do cinema novo, da era de ouro do futebol, da efervescência cultural e intelectual. Foi o Brasil das grandes obras, dos 50 anos em apenas cinco.

Dinâmico, visionário, empreendedor, o presidente seresteiro e bom de papo soube conduzir, como nenhum outro, um crescimento econômico anual de oito por cento, em média. Implantou um Plano de Metas ambicioso, com foco nas áreas de energia, de transportes, alimentação, educação e indústria de base.

O Brasil deu, naquela época, um salto invejável em direção ao futuro. E é esse caminho que precisamos continuar trilhando.

Homenagear Juscelino Kubitschek, 30 anos depois, não é apenas lembrar sua história, admirar a imponência de Brasília, a capital que ele sonhou e construiu, nem apenas reconhecer sua enorme contribuição para o desenvolvimento do Brasil.

Homenagear JK é retomar o caminho do desenvolvimento e do crescimento econômico. É colocar esse país de novo rumo ao futuro e à modernidade. É esse nosso desejo, é essa a nossa esperança.

Muito obrigado!

**O SR. EDISON LOBÃO** (PLF – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a TV Senado, de 11 a 13 deste mês de agosto, divulgou o programa especial “Guardiões da Fronteira”, uma ampla reportagem sobre a atuação do Exército nos limites amazônicos. Como registra a apresentação do programa: “Em pleno coração da Amazônia, nos limites das fronteiras com nossos vizinhos, brasileiros marcam presença garantindo a soberania nacional. O programa apresenta quem são estas pessoas, como elas superam adversidades e suportam as agruras e perigos da selva e o modo de vida nos postos avançados no Exército Nacional.”

Essa reportagem devolveu-me aos idos da “Eco 92” – e eu era então o governador do Maranhão, a 4 de junho de 1992 -, a conferência sobre meio ambiente que, reunindo no Rio de Janeiro as lideranças de 180 nações, teve fundamental importância histórica ao chamar a atenção da opinião pública mundial, pela primeira vez, para as ligações entre os problemas ambientais do planeta, as condições econômicas e a justiça social.

Na ocasião, Sr. Presidente, pudemos admirar e aplaudir, no decorrer desse mais importante congresso internacional do fim do século que se exauriu, a plena segurança então vivida pelos integrantes da Conferência e pela população carioca.

Foi a contribuição proporcionada pelas nossas Forças Armadas, junto às bravas forças policiais e militares daquele Estado, à realização pacífica daquele congresso, que alcançou extraordinária relevância pelos resultados alcançados.

Além da competência dos oficiais das nossas três Forças Militares, que dedicam suas vidas às carreiras que abraçaram, há de ressaltar a eficiência dos chamados “praças”, os modestos conscritos ou engajados que, com plena consciência da disciplina e hierarquia, estão sempre a postos para cumprir suas missões.

No Exército, têm sido inúmeras tais missões de paz e segurança, atribuídas à Força Terrestre e seu Batalhão de Aviação. Só no Rio de Janeiro, além da “Eco 92”, ocorreram as chamadas Operações I e II, em 1994 e 1995, sempre articuladas com órgãos de todos os níveis de governo. Fizeram-se presentes nos conflitos fundiários no Sul do Pará e fazem-se permanentemente atuantes no reconhecimento e patrulhamento de fronteiras, na colaboração com o IBAMA no controle e monitoramento das queimadas e desmatamentos, nos casos de calamidades públicas e, entre outras missões, atendendo às requisições da Justiça Eleitoral para garantir o clima de tranquilidade nos sucessivos pleitos eleitorais.

Vemos em todos esses acontecimentos, Senhor Presidente, o modesto soldado verde-oliva no contexto dos “heróis anônimos”, que, ao lado dos que os comandam, são credores da grande estima que lhes devota a nação.

Na pesquisa IBOPE de agosto de 2005 – estudo que vem sendo realizado desde 1989 –, as Forças Armadas estão incluídas entre as instituições em que os brasileiros mais confiam, resultado que não nos surpreende pela avaliação que no dia a dia aferimos junto ao povo.

Isto explica por que, nesta lamentável conjuntura de violência sofrida por nosso país, tanto se pede a presença das Forças Militares para preencher os vazios da reação legal a esse colapso da segurança.

Contudo, não é esta a missão constitucional para a qual estão preparados o Exército, Marinha e Aeronáutica. Aos nossos aguerridos oficiais e soldados não se atribuíram o exercício e a logística para embates tipicamente policiais. Colaboram com os órgãos de prevenção e repressão federais e estaduais quando necessário, como ocorreu e ocorre nos casos citados, mas seria uma inconveniência envolver os militares das Forças Militares – oficiais e soldados – nas lutas urbanas contra bandidos cuja única bandeira é a do crime covarde e a da crueldade.

Às Forças Armadas, Sr. Presidente – e isto temos dito cansativamente no Senado -, o que se tem a fazer, na contribuição que delas se pode contar contra a crescente ousadia dos fora da lei, é lhes proporcionar recursos relevantes para ampliar sua atuação nos limites fronteiriços. Dar-lhes condições efetivas para a defesa das enormes extensões territoriais através das quais se deslocam os armamentos e as drogas que fortalecem os bandos delituosos. Este o caminho, adotado na maioria dos países, único possível para impedir a audaciosa posse de armas pesadas, contrabandeadas, com as quais se exibem publicamente os criminosos das favelas metropolitanas.

Mas o meu objetivo hoje é referir-me ao “25 de agosto” – data do aniversário de Caxias -, quando se festeja no Exército o “Dia do Soldado”. Creio ser de muita oportunidade repercutir desta tribuna essa comemoração. É o reconhecimento devido pelo país a esses jovens “praças” que, com o seu preparo militar, compõem o importante contingente atento à defesa do Brasil.

Levo a todos eles, Senhor Presidente, através do seu comandante General-de-Exército Francisco Roberto de Albuquerque, a minha saudação pela data comemorativa do 25 de agosto, almejando que continuem oferecendo o devotamento e o patriotismo reconhecidos por toda a nação.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 16 minutos.)*

**(OS Nº 14910/06)**



**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL Nº 191, DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das suas atribuições regimentais, conferidas pelo art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

Considerando o disposto no art.8º da Instrução Normativa nº 44, de 02 de outubro de 2002, no que se refere à obrigatoriedade de o órgão de controle interno manifestar-se sobre a legalidade dos atos de admissão, concessão e desligamento cadastrados no SISAC pelo órgão de pessoal;

Considerando que situações diversas levaram a um grande volume de processos do Senado Federal e da Secretaria Especial de Editoração e Publicações aguardando a análise da Secretaria de Controle Interno para que o Tribunal de Contas da União proceda ao julgamento da legalidade das respectivas concessões, RESOLVE:

Art. 1º - Instituir Comissão Especial incumbida de atender a demanda extraordinária referente à conferência e à correção dos atos de admissão e concessão de aposentadoria e pensão no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC, do Tribunal de Contas da União, com a seguinte composição:

<b>Matrícula</b>	<b>NOME</b>
16862	Paula Cunha Canto de Miranda
53445	Lucineide Soares da Silva
53196	Conceição de Maria Coelho da Silva
52179	Ana Claudia Ornelas Ricart Rocha
23222	Deusimar Mousinho Lima
21572	Constança Valença Rocha
49272	Antonio de Lisboa Ribeiro Bonfim

Art. 2º Designar a servidora PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA, matrícula 16862, para exercer a presidência da presente Comissão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2006.

Senado Federal, em 23 de agosto de 2006.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 192 , DE 2006**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

**R E S O L V E:**

I – Designar os servidores José Lindberg Brandão Moreira, matrícula 11013, João Batista Silva Campos, matrícula 29972 e Wilson Pereira de Carvalho Filho, matrícula 37439, para sob a presidência do primeiro, integrarem Comissão de Justificação Administrativa, incumbida de analisar a inclusão da pensão civil de que trata o Processo nº 004145/05-4.

II – Fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos da presente Comissão.

Senado Federal, 23 de agosto de 2006.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 1715 , DE 2006**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

**R E S O L V E**

designar a servidora **EUFLOSINA DA SILVA MATOS**, matrícula nº 32685, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 1º de junho de 2006, com lotação e exercício no Serviço de Atividades Especiais da SEEP.

Senado Federal, 22 de Agosto de 2006

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1716 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012925/06-3**,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANA VALESKA SAMWAYS FERNANDEZ**, matrícula n.º 152551, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 23 de agosto de 2006.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1717 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012924/06-7**,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LEONARDO MARÇAL PAES REBELO DE SOUZA**, matrícula n.º 168467, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 23 de agosto de 2006.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1718, DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012918/06-7**,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **VALERIA FERNANDES DIAS**, matrícula n.º 164930, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete da Liderança do PDT.

Senado Federal, em 23 de agosto de 2006.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1719, DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012888/06-0**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANTONIO QUIRINO DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 23 de agosto de 2006.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral



**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 1720 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012786/06-3**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **REINALDO PEREIRA DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Senado Federal, em 23 de agosto de 2006.




**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 1721 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012817/06-6**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MYRIAN PEREIRA DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Suplência de Secretário.

Senado Federal, em 23 de agosto de 2006.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1722 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 012822/06-0,

**RESOLVE** dispensar o servidor WELLINGTON CARAM JÚNIOR, matrícula 52817, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete Administrativo, Símbolo FC-7, da Secretaria Especial de Comunicação Social, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Elaboração de Contratos da Subsecretaria de Apoio Técnico a Contratações, a partir de 21 de agosto de 2006.

Senado Federal, 23 de agosto de 2006.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1723 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009728/06-6,

**RESOLVE** dispensar a servidora JANETE MARIA RUBSTEM LINHARES TINOCO, matrícula 36800, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Ney Suassuna, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Garibaldi Alves Filho, a partir de 19 de julho de 2006.

Senado Federal, 23 de agosto de 2006

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº.1724 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 011231/06-8,

**RESOLVE** dispensar a servidora **ELBA ARAÚJO DE MARIA**, matrícula 21328, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Garibaldi Alves Filho, com efeitos financeiros a partir de 19 de julho de 2006,

Senado Federal, 23 de agosto de 2006.

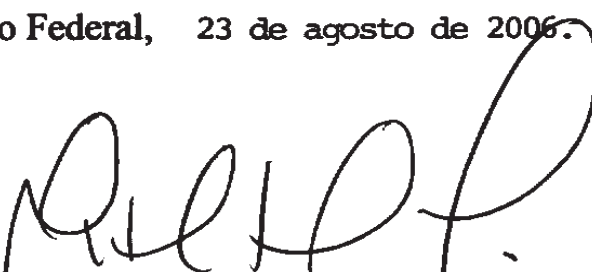
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº. 1725 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 012705/06-3,

**RESOLVE** designar o servidor **DIOMEDES FERREIRA GOMES**, matrícula 23325, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Secretaria de Ata, a partir de 09 de junho de 2006.

Senado Federal, 23 de agosto de 2006.

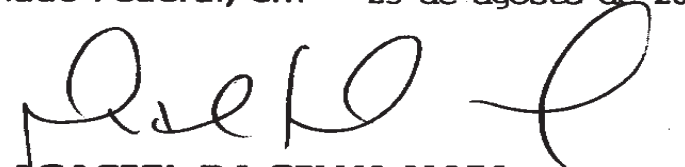
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 1726 , de 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 14.329/85-9.

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 189, de 1985, que aposentou o servidor **BRENO BRAZ DE FARIA**, para incluir a vantagem referente à incorporação de quintos/décimos, prevista na Resolução SF nº 42/93 e excluir a chamada "Diferença de Classe" prevista no inciso III do art. 430 da Resolução SF 58/78, a partir de 1/4/1993, bem como ratificar a inclusão das vantagens previstas nos artigos 1º, 2º e 3º da Resolução SF nº 74/94 c/c o art. 193 da Lei nº 8.112/90, a partir de 1/7/1994.

Senado Federal, em 23 de agosto de 2006.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 1727 , de 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 000.856/88-6.

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 11/1988, que aposentou o servidor **ANTÔNIO JOSÉ DA ROCHA**, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, para substituir a vantagem de 20%, nos termos da Resolução (SF) nº 58/1972, pelas vantagens previstas nos arts. 1º, 2º e 3º da Resolução nº 74/94, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 23 de agosto de 2006.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral



**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1728 , de 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, regulamentada pela Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 16 de dezembro de 1997, bem como na delegação de competência instituída pelo Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1999, e tendo em vista o que consta no Processo nº 012084/06-9 ,

Resolve, fundamentado no art. 1º da Lei nº 9.506/97, combinado com o art. 28, inciso I, terceira parte, e seu § 4º, e arts. 30 e 38, da Lei nº 7.087/82, conceder pensão de dependentes, vitalícia, a MARIA DA GRAÇA BENTES LOBATO, na condição de ex-companheira pensionada, equiparada a ex-esposa pensionada, no valor de R\$ 6.360,00 (seis mil e trezentos e sessenta reais), correspondendo a 50% (cinquenta por cento) do que percebia o pensionista segurado, o ex-senador JOÃO DE PAIVA MENEZES, ERGON 134380, a partir de 20/07/2006, dia seguinte ao óbito.

Senado Federal, 23 de agosto de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 1729 de 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF nº 9, de 1997, tendo em vista o Ato nº 11/2006, do Presidente do Senado Federal, publicado em 4 de março de 2006, e o que consta do processo nº 2121/06-9, resolve APOSENTAR, por invalidez permanente, o servidor IVOLETE LISTEN DE OLIVEIRA FILHO, matrícula 129280, Auxiliar Legislativo, Classe "A", Padrão 3, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Senado Federal, em 23 de agosto de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral do Senado Federal

**ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1730 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

**Designar a servidora REGINA CÉLIA MARTINS GARCIA BRANDÃO**, matrícula 51930/SF, ocupante do cargo de Técnico Legislativo/Administração, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, como substituta do Diretor da Consultoria - CON, da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal – PRODASEN, nos casos de eventuais afastamentos e/ou impedimentos do titular.

Senado Federal, em 23 de agosto de 2006



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

<b>Bahia</b> PFL – Rodolpho Tourinho* <sup>S</sup> PFL – Antonio Carlos Magalhães** PFL – César Borges**	<b>Rio Grande do Sul</b> PMDB – Pedro Simon* BLOCO-PT – Paulo Paim** PTB – Sérgio Zambiasi**	<b>Amazonas</b> PMDB – Gilberto Mestrinho* PSDB – Arthur Virgílio** PDT – Jefferson Péres**
<b>Rio de Janeiro</b> BLOCO-PT – Roberto Saturnino* PRB – Marcelo Crivella** PMDB – Sérgio Cabral**	<b>Ceará</b> PSDB – Luiz Pontes* BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes** PSDB – Tasso Jereissati**	<b>Paraná</b> PSDB – Alvaro Dias* BLOCO-PT – Flávio Arns** PDT – Osmar Dias**
<b>Maranhão</b> PMDB – João Alberto Souza* PFL – Edison Lobão** PFL – Roseana Sarney**	<b>Paraíba</b> PMDB – Ney Suassuna* PFL – Efraim Morais** PMDB – José Maranhão**	<b>Acre</b> BLOCO-PT – Tião Viana* PMDB – Geraldo Mesquita Júnior** BLOCO-PT – Sibá Machado** <sup>S</sup>
<b>Pará</b> PMDB – Luiz Otávio* BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa** PSDB – Flexa Ribeiro** <sup>S</sup>	<b>Espírito Santo</b> PSDB – João Batista Motta* <sup>S</sup> PSDB – Marcos Guerra** <sup>S</sup> BLOCO-PL – Magno Malta**	<b>Mato Grosso do Sul</b> PSDB – Juvêncio da Fonseca* PTB – Antônio João** <sup>S</sup> PMDB – Ramez Tebet**
<b>Pernambuco</b> PFL – José Jorge* PFL – Marco Maciel** PSDB – Sérgio Guerra**	<b>Piauí</b> PMDB – Alberto Silva* PFL – Heráclito Fortes** PMDB – Mão Santa**	<b>Distrito Federal</b> PTB – Valmir Amaral* <sup>S</sup> PDT – Cristovam Buarque** PFL – Paulo Octávio**
<b>São Paulo</b> BLOCO-PT – Eduardo Suplicy* BLOCO-PT – Aloizio Mercadante** PFL – Romeu Tuma**	<b>Rio Grande do Norte</b> PTB – Fernando Bezerra* PMDB – Garibaldi Alves Filho** PFL – José Agripino**	<b>Tocantins</b> PSDB – Eduardo Siqueira Campos* BLOCO-PL – João Ribeiro** PC do B – Leomar Quintanilha**
<b>Minas Gerais</b> BLOCO-PL – Aelton Freitas* <sup>S</sup> PSDB – Eduardo Azeredo** PMDB – Wellington Salgado de Oliveira** <sup>S</sup>	<b>Santa Catarina</b> PFL – Jorge Bornhausen* BLOCO-PT – Ideli Salvatti** PSDB – Leonel Pavan**	<b>Amapá</b> PMDB – José Sarney* PMDB – Gilvam Borges** PSDB – Papaléo Paes**
<b>Goiás</b> PMDB – Iris de Araújo* <sup>S</sup> PFL – Demóstenes Torres** PSDB – Lúcia Vânia**	<b>Alagoas</b> P-SOL – Heloísa Helena* PMDB – Renan Calheiros** PSDB – João Tenório** <sup>S</sup>	<b>Rondônia</b> PMDB – Amir Lando* BLOCO-PT – Fátima Cleide** PMDB – Valdir Raupp**
<b>Mato Grosso</b> PSDB – Antero Paes de Barros* PFL – Jonas Pinheiro** BLOCO-PT – Serys Slhessarenko** -----	<b>Sergipe</b> PFL – Maria do Carmo Alves* PMDB – Almeida Lima** BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**	<b>Roraima</b> PTB – Mozarildo Cavalcanti* PDT – Augusto Botelho** PMDB – Romero Jucá**

### Mandatos

\*: Período 1999/2007    \*\*: Período 2003/2011

<b>SECRETARIA DE COMISSÕES</b>		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b>		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS</b>		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES</b>			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varella	(Ramal: 3506)



## **COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA**

**Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA**

**Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO**

<b>Ana Júlia Carepa – PT/ PA</b>
<b>Eduardo Suplicy – PT/SP</b>
<b>Fátima Cleide – PT/RO</b>
<b>Flexa Ribeiro – PSDB/PA</b>
<b>Luiz Otávio – PMDB/PA</b>
<b>Demóstenes Torres – PFL/GO</b>
<b>Serys Shessarenko – PT/MT</b>
<b>Sibá Machado – PT/AC</b>

**Prazo Final: 18.3.2005**

**Designação: 16.2.2005**

## COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB  
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	7. Serys Slhessarenko – PT
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

# **1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS**

**(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB**

**Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) <sup>(3)</sup>
Ney Suassuna <sup>(1)</sup>	3. Serys Slhessarenko <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

**Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Luiz Otávio	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)



**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL  
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB  
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(3)</sup>
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>
<b>PDT</b>	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Aelton Freitas - PL**

**Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
**(21 titulares e 21 suplentes)**

**Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) <sup>(3)</sup>	6. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	6. (vago) <sup>(5)</sup>
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)



**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT**  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Mão Santa	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) <sup>(4)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(3)</sup>	1. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	
<b>PDT</b>	
	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: (vago) <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB <sup>(4)</sup>	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(6)</sup> (cedida pelo PSDB)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup> (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR**  
(5 membros)

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator: Geral:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)



**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT <sup>(8)</sup> (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup> (cedida pelo PFL) <sup>(1)</sup>	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(7)</sup> (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) <sup>(6)</sup>
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(3)</sup>
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

<sup>(7)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(8)</sup> O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
**(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**

**Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(1)</sup> <sup>(5)</sup>	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(2)</sup> <sup>(6)</sup>	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
<b>PMDB</b>	
Sérgio Cabral	1. (vago) <sup>(4)</sup>
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) <sup>(7)</sup>	4. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida pelo PFL

<sup>(2)</sup> Vaga cedida pelo PSDB

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(7)</sup> A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns - PT**  
**Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) <sup>(3)</sup>	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Valdir Raupp	3. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE - CMA  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL <sup>(2)</sup>	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB <sup>(3)</sup>
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	5. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB <sup>(1)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Valmir Amaral - PTB <sup>(1)</sup>	1. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).



**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS  
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À  
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT  
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL  
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL <sup>(1)</sup>
<b>PMDB</b>	
(vago)	1. Luiz Otávio
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT**  
**Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) <sup>(6)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup>	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) <sup>(7)</sup>
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) <sup>(2)</sup>
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(7)</sup> O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(2)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: [altairgs@senado.gov.br](mailto:altairgs@senado.gov.br)

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Gerson Camata	5. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup>
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) <sup>(6)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(2)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)



**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta <sup>(2)</sup>
Mão Santa	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>	2. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(3)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB <sup>(3)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

<sup>(3)</sup> Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286  
E – Mail: [scomci@senado.gov.br](mailto:scomci@senado.gov.br)

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira  
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas  
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627  
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella  
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –  
Telefone: 3311-3506 Fax:  
E – Mail: marcello@senado.gov.br



**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

**1ª Eleição Geral:** 19.04.1995

**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999

**3ª Eleição Geral:** 27.06.2001

**4ª Eleição Geral:** 13.03.2003

**5ª Eleição Geral:** 23.11.2005

**Presidente: Senador João Alberto Souza<sup>1</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres<sup>1</sup>**

<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)</b>					
<b>Titulares</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>	<b>Suplentes</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro <sup>2</sup> (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca <sup>2</sup> (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan <sup>2</sup> (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. (Vago) <sup>4</sup>		
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
<b>PMDB</b>					
(Vago) <sup>6</sup>			1. (Vago) <sup>3</sup>		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (Vago) <sup>2-5</sup>	AP	1717
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)</b>					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago) <sup>2-7</sup>		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
<b>PDT</b>					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
<b>PTB</b>					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 17.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

<sup>1</sup> Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

<sup>2</sup> Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

<sup>3</sup> Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES), licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

<sup>4</sup> Vaga ocupada pelo Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB/AL), licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

<sup>5</sup> O Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado do cargo durante o período de 25.7.2006 a 14.11.2006.

<sup>6</sup> O Senador Ney Suassuna renunciou à titularidade do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar de acordo com o Of. GLPMDB nº 307-B/2006, lido na Sessão de 15.8.2006.

<sup>7</sup> A Senadora Serys Slhessarenko, eleita na Sessão do SF do dia 18.4.2006 para integrar, como suplente, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, renunciou à respectiva vaga de acordo com o Ofício GSSS2 nº 337, lido na Sessão de 17.8.2006.

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

**COMPOSIÇÃO** <sup>1</sup>

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) <sup>2</sup>	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) <sup>4</sup>	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) <sup>3</sup>	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 9.6.2006)

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

<sup>2</sup> Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

<sup>3</sup> Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

<sup>4</sup> Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**COMPOSIÇÃO**

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

## CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

### COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

**Presidente:** Senadora Serys Slhessarenko  
**Vice-Presidente:** Senador Geraldo Mesquita Júnior

<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

#### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

## CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado João Caldas (PL-AL)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho<sup>1</sup>

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO <sup>2</sup>	EMANUEL SOARES CARNEIRO <sup>2</sup>
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO <sup>2</sup>
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE <sup>2</sup>
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT <sup>2</sup>	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER <sup>3</sup>	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA <sup>2</sup>	STEPAN NERCESSIAN <sup>2</sup>
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS <sup>2</sup>	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO <sup>2</sup>	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

<sup>1</sup> Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

<sup>2</sup> Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

<sup>3</sup> Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)  
**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA<sup>4</sup>**

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)<sup>5</sup>

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

<sup>4</sup> Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

<sup>5</sup> Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.



## **COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**

Representação Brasileira

### **COMPOSIÇÃO**

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

<b>Presidente:</b> Senador SÉRGIO ZAMBIASI	<b>Vice-Presidente:</b> Senador PEDRO SIMON
<b>Secretário-Geral:</b> Deputado DR. ROSINHA	<b>Secretário-Geral Adjunto:</b> Deputado LEODEGAR TISCOSKI

### **MEMBROS NATOS**

<b>Senador ROBERTO SATURNINO (PT)</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	<b>Deputado ALCEU COLLARES (PDT)</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

### **SENADORES**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)</b>	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
<b>PMDB</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)</b>	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)
<b>PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)</b>	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)

### **DEPUTADOS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>PT</b>	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
<b>PMDB</b>	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
<b>Bloco PFL/Prona</b>	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
<b>PSDB</b>	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
<b>PP</b>	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
<b>PTB</b>	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
<b>PL</b>	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
<b>PPS</b>	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Deputado ALCEU COLLARES**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  HENRIQUE FONTANA PT-RS	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  NEY SUASSUNA PMDB-PB
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>  JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b>  ALVARO DIAS PSDB-PR
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>  ALCEU COLLARES PDT-RS	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>  ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos  
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

**Composição**

**(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)**

**Presidente: RENAN CALHEIROS<sup>(1)</sup>**

<b>Deputados</b>	<b>Senadores</b>
	Renan Calheiros <sup>(2)</sup>

Atualizada em 9.6.2006

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

<sup>(2)</sup> Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

## SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

### DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 31,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 96,60</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 127,60</b>

### PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 62,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 193,20</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 255,20</b>

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

### NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	<b>R\$ 0,30</b>
Porte avulso	<b>R\$ 0,80</b>

### ORDEM BANCÁRIA

<b>UG - 020055</b>	<b>GESTÃO 00001</b>
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: [http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru\\_simples.asp](http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp), código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450  
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



**EDIÇÃO DE HOJE: 106 PÁGINAS**